

Relatórios

Atividade de Inspeção do Trabalho

Relatório 2016

Catálogo recomendada

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

Atividade de inspeção do trabalho: relatório 2016 / Autoridade para as Condições do Trabalho; coord. Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva. – Lisboa: ACT, 2017 – 149 p.; 30cm.

Relatórios / Inspeção do trabalho / Papel da inspeção do trabalho / Acidentes de trabalho / Doenças profissionais / Relatórios de atividade / Dados estatísticos / Relações de trabalho / Trabalho clandestino / Grupos vulneráveis / Condições de trabalho / Construção e obras públicas / Prevenção de riscos profissionais / Indústria extrativa / Agricultura / Pesca / Transportes rodoviários / Trabalhadores migrantes / Duração do trabalho/ Legislação /Portugal

AUTOR

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

COORDENAÇÃO

DSAAI – Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva

COMPOSIÇÃO

DID – Divisão de Informação e Documentação

EDITOR

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

EDIÇÃO

Lisboa, 2017

Índice

Introdução	5
1. Organização da ACT e contexto de ação	8
1.1. Enquadramento organizacional	8
1.2. Referenciais de planeamento da ação inspetiva	13
1.4. Recursos Humanos.....	17
1.5. Desenvolvimento de competências	18
1.5.1. Formação	18
1.6. Universo sujeito à atividade inspetiva.....	19
1.6.1. Estrutura do emprego	19
1.6.2. Estrutura empresarial	25
1.7. Indicadores sobre a sinistralidade laboral	27
1.7.1. Acidentes de trabalho	27
1.7.2. Doenças profissionais	33
1.8. Legislação com relevância nas relações de trabalho publicada em 2016.....	40
2. Estatística da atividade inspetiva	41
2.1. Indicadores da atividade.....	41
2.1.1. Indicadores da atividade de controlo inspetivo	41
2.1.2. Indicadores da atividade de informação, aconselhamento e cooperação com outras entidades.....	48
2.2. Atividade de controlo inspetivo	48
2.2.1. Visitas inspetivas e estabelecimentos visitados	48
2.2.2. Informações elaboradas.....	55
2.2.3. Pedidos de intervenção	55
2.2.4. Infrações e sanções	58
2.2.5. Apuramentos salariais e contribuições para a Segurança Social	63
2.3. Atividade de controlo inspetivo no domínio das relações de trabalho	68
2.3.1. Considerações gerais	68
2.3.2. Informações elaboradas em matéria das relações de trabalho.....	73
2.3.2.1. Procedimentos coercivos e não coercivos no domínio das relações de trabalho.....	73
2.3.2.2. Procedimentos coercivos e não coercivos no domínio da segurança e saúde no trabalho.....	80
2.4. Licenciamento Industrial.....	83
2.5. Acidentes de trabalho objeto de inquérito ACT.....	85

2.6. Atividade de informação e aconselhamento	98
2.6.1. Considerações gerais	98
2.6.2. Serviço informativo	102
3. Principal incidência de ação inspetiva.....	104
3.1. Intervenções e campanhas em destaque	104
3.1.1. Diálogo social	106
3.1.2. Protocolos celebrados, grupos de trabalho e missões	106
3.2. Trabalho não declarado.....	117
3.3. Trabalho irregular	119
3.4. Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços	121
3.5. Ação inspetiva no domínio dos grupos vulneráveis	126
3.6. Controlo das condições de condução e repouso em transportes rodoviários	128
3.7. Atividades de representação coletiva de trabalhadores	129
3.8. Situações de crise empresarial.....	130
4. Principal incidência de ação inspetiva no domínio da prevenção dos riscos profissionais....	133
4.1. Intervenção em setores de maior incidência de sinistralidade.....	133
4.1.1. Construção e obras públicas	133
4.1.2. Indústria extrativa	134
4.1.3. Agricultura.....	134
4.1.4. Pescas	135
4.1.5 Outros setores de atividades	136
5. Atividade no domínio da instrução de processos de contraordenação.....	137
6. Atividade técnica administrativa	143
6.1. Atividade geral	143
6.2. Trabalho de estrangeiros	144
6.3. Processos de alargamento do período de laboração e de laboração contínua	145
7. Conclusão	146
Resumo	149
Résumé	149
Abstract.....	149

Introdução

A elaboração do presente relatório cumpre uma obrigação internacional assumida por Portugal que resulta da ratificação da Convenção n.º 81 sobre a Inspeção do Trabalho na Indústria e Comércio e da Convenção n.º 129 sobre a Inspeção do Trabalho na Agricultura – através, respetivamente, do Decreto-Lei n.º 44.148, de 6 de janeiro de 1962, e do Decreto n.º 91/81, de 17 de julho - adotadas pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho (adiante designada OIT) nas sessões de 11 de julho de 1947 e de 25 de junho de 1969.

De acordo com os artigos 20.º e 21.º da Convenção n.º 81 e os artigos 26º e 27.º da Convenção n.º 129, ambas da OIT, a autoridade central de inspeção do trabalho publica um relatório anual de carácter geral sobre os trabalhos dos serviços de inspeção colocados na sua dependência e desse relatório é enviada uma cópia ao diretor-geral do Bureau Internacional do Trabalho, devendo conter:

- a) Leis e regulamentos cujo controlo de aplicação depende da competência da inspeção de trabalho, publicados no ano em causa;
- b) Quadro de efetivos da inspeção do trabalho;
- c) Estatísticas dos estabelecimentos sujeitos ao controlo inspetivo e número de trabalhadores empregados nesses estabelecimentos;
- d) Estatísticas das visitas de inspeção;
- e) Estatísticas das infrações cometidas e das sanções impostas;
- f) Estatísticas dos acidentes de trabalho;
- g) Estatísticas das doenças profissionais;
- h) Quaisquer outros assuntos relacionados com estas matérias, desde que estejam sob a fiscalização e sejam da competência dessa autoridade central.

A função de inspeção do trabalho executada no âmbito das missões da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) enquadra-se num modelo de inspeção de tipo generalista em que, para além da segurança e saúde no trabalho, a competência dos(as) inspetor(as) abrange o domínio das relações de trabalho. Neste modelo de inspeção incluem-se outros países da Europa como a Espanha, França, Luxemburgo, Itália e Grécia. Difere este modelo do seguido pelos países do norte da Europa, de carácter especialista, caracterizado por se consagrar, quase exclusivamente, ao domínio da segurança e saúde no trabalho.

Os dados recolhidos e apresentados no presente relatório foram agrupados e especificados de acordo com os domínios referidos de intervenção cometida aos inspetores do trabalho: relações de trabalho e segurança e saúde no trabalho.

Sempre que se entendeu relevante evidenciar a distribuição da ação inspetiva por setor de atividade económica, esses dados foram agrupados, de acordo com a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), Revisão 3, estabelecida no Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, numa estrutura correspondente às 18 “secções” (primeiro nível da CAE), identificadas através de um código alfabético de «A» a «S».

A distribuição no território continental dos dados recolhidos foi, predominantemente, apresentada de acordo com a distribuição territorial dos serviços desconcentrados da ACT e respetivas áreas de jurisdição definidas no Despacho n.º 29673/2007, de 4 de dezembro, com exceção das doenças profissionais que são apresentadas de segundo as unidades de nível III das nomenclaturas de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) – regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Para além dos dados constantes no sistema informático (SINAI) da ACT, na elaboração do presente Relatório foram recolhidos outros dados considerados pertinentes junto do Instituto de Segurança Social (ISS), Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, da Direção-Geral de Política de Justiça, bem como o recurso ao Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI). O IMI é uma ferramenta eletrónica acessível através da *Internet* concebida e disponibilizada pela Comissão da UE, para assistir as entidades competentes do Espaço Económico Europeu na troca de informações com as entidades homólogas dos respetivos estados-membros.

A estrutura do relatório compreende seis partes que a seguir se referenciam.

O **Capítulo 1** identifica os principais recursos humanos disponíveis para o exercício da ação inspetiva, inclui uma lista dos diplomas legais publicados em 2016, bem como os indicadores estatísticos disponíveis relativamente a estabelecimentos, trabalhadores, acidentes de trabalho e doenças profissionais, que importam às competências de controlo e de informação da ACT e que permitem caracterizar o universo sujeito à ação da ACT.

O **Capítulo 2** identifica os principais indicadores de suporte da atividade inspetiva com base nos quais se traça uma panorâmica geral da atividade da área inspetiva da ACT no ano de 2016, nos domínios nucleares da sua ação: as relações de trabalho e a segurança e saúde no trabalho. Contém ainda informação sobre a participação da ACT nos processos de licenciamento industrial e na realização de inquéritos de acidentes de trabalho graves e mortais.

O **Capítulo 3** evidencia a ação inspetiva da ACT com destaque para intervenção inspetiva setorial e campanhas desenvolvidas a nível nacional. Identifica, ainda, as situações detetadas de trabalho não declarado ou irregular, o número de comunicações de destacamento dos(as) trabalhadores(as) para o estrangeiro, as intervenções no domínio da prevenção e controlo da discriminação e condições de trabalho e emprego, incluindo de grupos vulneráveis de trabalhadores(as), bem como no controlo das condições de condução e repouso no trabalho da condução automóvel profissional, a atividade desenvolvida no âmbito da proteção dos direitos de representação coletiva dos(as) trabalhadores(as), bem como das situações de crise empresarial.

O **Capítulo 4** contempla a ação predominantemente proativa da ACT, tendo em vista assegurar o seu contributo na redução dos acidentes de trabalho, particularmente nos setores de atividade de maior risco.

O **Capítulo 5** apresenta um conjunto de indicadores respeitantes ao processamento das contraordenações laborais que ocorrem na sequência da intervenção inspetiva.

O **Capítulo 6** trata da atividade técnica administrativa que incumbe à ACT desenvolver no âmbito da receção e tratamento de informação de que é destinatária, bem como da prática de atos administrativos para os quais a legislação laboral, da segurança e saúde no trabalho e da segurança social lhe atribuiu competência.

Todos os dados apresentados só foram possíveis graças ao esforço, empenho e profissionalismo de todos os trabalhadores da ACT no cumprimento da sua missão, aos quais a Direção desta instituição expressa o seu agradecimento.

1. Organização da ACT e contexto de ação

1.1. Enquadramento organizacional

Missão

A ACT tem por missão a promoção da melhoria das condições de trabalho através da fiscalização do cumprimento das normas em matéria laboral e o controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho, bem como a promoção de políticas de prevenção dos riscos profissionais.

Compete-lhe o controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho em todos os setores de atividade privados.

Compete-lhe o controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho em todos os setores de atividade com exceção dos serviços e organismos da administração pública central, direta e indireta, e local, onde a competência da ACT se encontra restrita às atividades de promoção de segurança e saúde no trabalho, de acordo com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Visão

Consolidação da ACT como uma entidade pública de referência na promoção da segurança, saúde e bem-estar no trabalho e da garantia de elevados padrões de cumprimento dos normativos em matéria laboral, num quadro de uma globalização justa e de um desenvolvimento sustentável, e de igualdade de oportunidades.

Atribuições

A ACT prossegue atribuições que são típicas da função de inspeção de trabalho:

- Promover, controlar e fiscalizar o cumprimento das disposições legais, regulamentares e convencionais, respeitantes às relações e condições de trabalho, de acordo com os princípios vertidos nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelo Estado Português designadamente as relativas:
 - À segurança e saúde no trabalho;
 - Ao combate contra o trabalho infantil;
 - Ao destacamento de trabalhadores para outros países.

- Proceder à sensibilização, informação e aconselhamento no âmbito das relações e condições de trabalho, para esclarecimento dos sujeitos intervenientes e das respetivas associações, com vista ao pleno cumprimento das normas aplicáveis;
- Colaborar com outros órgãos da Administração Pública, incluindo os de outros Estados membros do espaço económico europeu e com outras entidades, públicas ou privadas, com vista ao respeito integral das normas laborais, nos termos previstos na legislação comunitária e nas Convenções da OIT, ratificadas por Portugal;
- Sugerir as medidas adequadas em caso de falta ou inadequação de normas legais ou regulamentares.

Constituem, ainda, funções acessoriamente atribuídas à função de inspeção de trabalho:

- Assegurar o procedimento das contraordenações laborais e organizar o respetivo registo individual;
- Proceder à tramitação de atos administrativos, receber e tratar as comunicações e notificações, respeitantes às condições de trabalho e às relações de trabalho que, nos termos da lei, lhe devam ser dirigidos;
- Promover o desenvolvimento, a difusão e a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da segurança e saúde no trabalho;
- Exercer as competências em matéria de licenciamento industrial que lhe sejam atribuídas por lei;
- Exercer as competências em matéria de trabalho de estrangeiros que lhe sejam atribuídas por lei.

A ACT prossegue as atribuições referidas em empresas de todos os setores de atividade, independentemente da sua forma ou natureza jurídica e em qualquer local em que se verifique a prestação de trabalho ou existam indícios suficientes dessa prestação (com exceção da administração pública, setor onde a competência da ACT se encontra restrita às atividades de promoção de segurança e saúde no trabalho).

As atribuições da ACT encontram-se expressas, de forma detalhada, no art.º 2.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012 de 31 de julho – lei orgânica da ACT.

No quadro seguinte sintetizam-se as referidas atribuições expressas na lei orgânica, de modo a permitir uma perceção rápida das áreas e formas de intervenção:

Quadro 1 – Áreas de Intervenção

Áreas de atuação / Formas de intervenção		Promover	Controlar	Fiscalizar	Participar / Colaborar	Gerir Processos / Coordenar	Comunicar, Informar e Sensibilizar	Apoiar organizações Sindicais e Patronais
Relações Laborais	Cumprimento das disposições legais regulamentares e convencionais	*	*	*				
	Relações laborais (incluindo trabalho de estrangeiros e trabalho de menores)	*	*	*	*		*	
	Contraordenações					*		
Segurança e Saúde no Trabalho	Conhecimentos científicos e técnicos sobre SST	*			*	*	*	
	Políticas SST	*			*		*	*
	Formação SST	*				*		*
	Sistema de prevenção de riscos profissionais					*		*
	Funcionamento dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho			*	*	*		
	Representação nacional do Sistema Internacional de alertas para SST	*			*		*	
	Sistema Industrial responsável				*		*	
Repre-sentações	Representação / Colaboração Internacional				*		*	

Equipa diretiva

A Autoridade para as Condições do Trabalho ACT é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e dirigido por um inspetor-geral coadjuvado por dois subinspetores-gerais.

Inspetor-Geral: Pedro Nuno Pimenta Braz

Subinspetor-Geral: Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo

Subinspetor-Geral: António José Robalo dos Santos

Tem ainda como órgão o **Conselho Consultivo para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho** que é um órgão colegial, de natureza consultiva, que apoia a ACT no exercício das suas competências em matéria de segurança e saúde no trabalho. É composto pela direção da ACT, por uma chefia intermédia designada pela Direção e por representantes dos parceiros sociais membros da Comissão Permanente de Concertação Social.

Estrutura

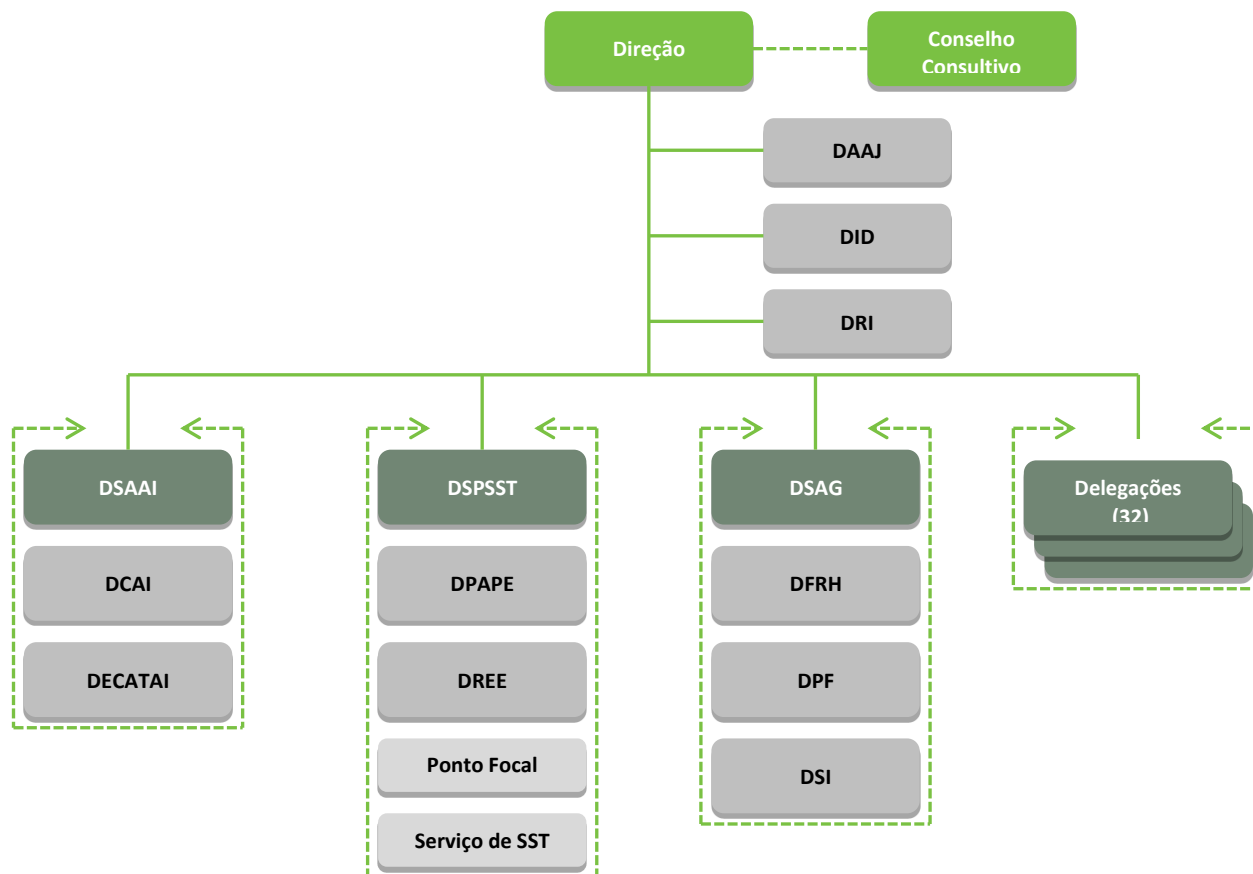
A organização interna da ACT obedece a um modelo organizacional que, no fundamental, se apoia numa estrutura hierarquizada no que respeita às áreas de gestão, conceção, apoio técnico, de promoção da segurança e saúde no trabalho e na área inspetiva. A ACT tem sede em Lisboa, exercendo competências em todo o território continental.

A estrutura nuclear da ACT integra os Serviços Centrais, sediados em Lisboa e as unidades orgânicas desconcentradas, que constituem a rede de proximidade de serviços de inspeção de trabalho. São 32 serviços desconcentrados localizados em Almada, Aveiro, Barreiro, Beja, Braga, Bragança, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Évora, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Lisboa, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Santarém, S. João da Madeira, Setúbal, Sintra, Tomar, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão, Vila Real e Viseu.

Organograma da ACT

- A **Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva** (DSAAI), com duas unidades orgânicas flexíveis: a Divisão de Coordenação da Atividade Inspetiva (DCAI) e a Divisão de Estudos, Conceção e Apoio Técnico à Atividade Inspetiva (DECATAI);
- A **Direção de Serviços para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho** (DSPSST), com duas unidades orgânicas flexíveis: a Divisão de Promoção e Avaliação de Programas e Estudos (DPAPE) e a Divisão de Regulação de Entidades Externas (DREE);
- A **Direção de Serviços de Apoio à Gestão** (DSAG), com três unidades orgânicas flexíveis: a Divisão de Formação e Recursos Humanos (DFRH), a Divisão Patrimonial e Financeira (DPF), a Divisão de Sistemas de Informação (DSI);
- A **Divisão de Auditoria e Assuntos Jurídicos** (DAAJ)
- A **Divisão de Informação e Documentação** (DID);
- A **Divisão de Relações Internacionais** (DRI)

Autoridade para as Condições do Trabalho



Localização das Delegações

1.2. Referenciais de planeamento da ação inspetiva

A atividade de inspeção do trabalho privilegiou o acompanhamento das situações de crise empresarial, ações dirigidas à redução dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais através da melhoria da segurança e saúde no trabalho nos locais de trabalho, desenvolvimento de dinâmicas de combate ao trabalho não declarado, promoção da agenda do trabalho digno, reconhecimento das garantias de igualdade e não discriminação, bem como dinamização do diálogo social.

Para o efeito, foram tidos em conta um conjunto de referenciais que se enunciam de seguida.

Referenciais Internacionais

A **Agenda do Trabalho Digno**, definida desde a 87.^a Conferência Internacional do Trabalho (1999) e reforçada pela Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008, 97.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho). Esta Declaração da OIT incorpora quatro objetivos estratégicos fundamentais, em torno dos quais se articula a Agenda do Trabalho Digno:

- promover o emprego através da criação de um ambiente institucional e económico sustentável;
- desenvolver e reforçar as medidas de proteção social;
- promover o diálogo social e o tripartismo;
- respeitar, promover e aplicar os princípios fundamentais do trabalho.

No que toca às Convenções da Organização Internacional do Trabalho, é ainda relevante o referencial da OIT de **Políticas e Estratégias para 2010-2015** (adotado pelo Conselho de Administração da OIT na sua 304.^a sessão, em março de 2009), que serve de base ao plano de ação da OIT para o período de 2010-2016 (adotado pelo Conselho de Administração da OIT na sua 307.^a sessão, em março de 2010) e tem por objetivo melhorar a situação de segurança e saúde do trabalho em todo o mundo, incentivando os responsáveis para a tomada de decisões e elaboração e aplicação de políticas e programas de ações nacionais que visam introduzir melhorias no sistema nacional de segurança e saúde do trabalho, por forma a alcançar o maior grau de efetividade das normas internacionais referidas (Convenção n.º 155 da OIT, do seu Protocolo de 2002, e da Convenção n.º 187).

As **Políticas de coesão social e a Estratégia Europa 2020**, têm como prioridades: o crescimento inteligente (desenvolver a economia, baseada na inovação e no conhecimento), promover uma economia mais eficiente, mais verde e mais competitiva, crescimento inclusivo, de modo a fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Referenciais Nacionais

A **Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 (ENSST 2015-2020)** publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2015 de 18 de setembro, que visa, fundamentalmente, 3 objetivos estratégicos:

- 1) Promover a qualidade de vida no trabalho e a competitividade das empresas;
- 2) Diminuir o número de acidentes de trabalho em 30% e a taxa de incidência de acidentes de trabalho em 30%;
- 3) Diminuir os fatores de risco associados às doenças profissionais.

O **V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação 2014-2017**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro, prevê a adoção de um conjunto de medidas estruturadas em torno das seguintes áreas estratégicas:

- 1) Integração da Perspectiva da Igualdade de Género na Administração Pública, Central e Local;
- 2) Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas:
 - 2.1) Educação, Ciência e Cultura;
 - 2.2) Saúde;
 - 2.3) Juventude e Desporto;
 - 2.4) Inclusão Social e Envelhecimento;
 - 2.5) Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- 3) Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal;
- 4) Orientação Sexual e Identidade de Género;
- 5) Organizações não-governamentais;
- 6) Comunicação Social;
- 7) Cooperação.

O **III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017¹**, aprovado pela Resolução n.º 101/2013, de 31 de Dezembro, que comporta um conjunto de medidas estruturadas em torno de cinco áreas estratégicas de intervenção (num total de 53 medidas):

- Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar;
- Educar, Formar e Qualificar;
- Proteger, Intervir e Capacitar;
- Investigar Criminalmente
- Cooperar.

O **Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020**, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março, que reforça a necessidade de combate à migração ilegal e à utilização perversa das migrações para exploração laboral e identifica como eixos prioritários de intervenção, nomeadamente e no que toca às competências de intervenção da ACT:

- (i) A consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal, continuando a tradição personalista de Portugal;
- (ii) A inclusão de novos nacionais, em razão da aquisição da nacionalidade ou da descendência de imigrantes;

O **Compromisso para o Crescimento, a Competitividade e o Emprego, de Janeiro de 2012**, que afirma a necessidade de “garantir que a par da redução do défice orçamental em percentagem do PIB, sejam criadas as condições para uma recuperação forte e duradoura do crescimento económico, multiplicando as oportunidades para o investimento, para a criação de emprego e manutenção e melhoria da sua qualidade”, apresentando como objetivo a criação de empregos de qualidade.

Mais diretamente ligados à missão da ACT são de relevar os objetivos do combate à economia informal (II.K.) e o Cap. IV relativo à legislação laboral, subsídio de desemprego e relações laborais, explicitando medidas em matéria de organização do tempo de trabalho, regime de feriados e férias, despedimento, regime jurídico das compensações em caso de cessação do contrato de trabalho e criação do fundo de compensação do trabalho, promoção da mediação e da arbitragem laboral, fiscalização das condições de trabalho, criação do centro de relações laborais tripartido e subsídio de desemprego e negociação coletiva.

¹ Ver ainda capítulo 3.1.2 Protocolos celebrados.

De referir, em particular, o ponto IV, sob o título “Fiscalização das Condições de Trabalho e Comunicações à Autoridade para as Condições do Trabalho”, que estabelece um conjunto de simplificações com dispensas de comunicações à ACT e deferimentos tácitos ou autorizações por via eletrónica, o que cria, necessariamente, um conjunto de desafios de eficácia e eficiência na sua ação.

Neste ponto é, ainda, salientado que “deve ser reforçada a atuação da ACT para garantir o cumprimento da lei, nomeadamente por organização de campanhas em todos os casos em que são visíveis violações da lei, na verificação das situações solicitadas pelos parceiros sociais, em todos os encerramentos ilegais de empresas ou situações de salários em atraso, e, em geral, nos casos que ponham em causa a concorrência leal”.

E, ainda, referenciais relativos à gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, à igualdade de género, à sustentabilidade e à redução de custos na Administração Pública.

1.3. Referencial da atividade inspetiva

A ação inspetiva desenvolvida pelos inspetores do trabalho tem um padrão de harmonização constante do referencial da atividade inspetiva, aprovado em maio de 2014, tem em vista o aumento da qualidade do serviço público no domínio da inspeção do trabalho e o reforço da atividade operacional de concretização da missão da ACT de promoção da melhoria das condições de trabalho.

O documento explicita os valores, princípios éticos e legais de ação dos inspetores do trabalho e dos demais funcionários da ACT e é igualmente importante para os parceiros sociais, empregadores, trabalhadores e suas organizações representativas, bem como para outras entidades, em particular as que constituem a Rede Nacional de Prevenção de Riscos Profissionais. Todas estas entidades podem assim entender melhor os valores, princípios e procedimentos da ação inspetiva, tornando-se esta mais previsível e transparente como serviço da administração do Estado.

O referencial encontra-se disponível no sítio da ACT na *Internet*. Para visualizar o documento, clique [aqui](#).

1.4. Recursos Humanos

Para o desenvolvimento da ação inspetiva, a ACT dispõe de um corpo de inspetores do trabalho que detêm a condição de funcionários públicos e estão investidos dos necessários poderes de autoridade pública, conforme decorre das obrigações internacionais assumidas pela ratificação das convenções da Organização Internacional do Trabalho n.ºs 81, 129 e 155.

O estatuto da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102/2000, de 2 de junho, confere, ainda, a este corpo de profissionais mecanismos de autonomia técnica e de independência, bem como regras específicas de deontologia profissional, para além das previstas no regime jurídico geral de atividades de inspeção, auditoria e fiscalização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho.

Este estatuto visa proporcionar os necessários níveis de rigor a uma atuação que aplica o critério de oportunidade na seleção de prioridades de intervenção inspetiva, na delimitação do âmbito das visitas inspetivas aos locais de trabalho e na seleção de metodologias e instrumentos de ação mais aptos a reconduzir ao cumprimento da lei, visando a obtenção de resultados que traduzam um sentido real de eficácia.

Quadro 1 – Evolução do número de inspetores(as) do trabalho 2012/2016

2012			2013			2014			2015			2016		
H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
110	249	359	105	238	343	86	222	308	86	221	307	91	223	314

Em 2016 não foram admitidos novos inspetores, pelo que o número total reflete apenas pedidos de mobilidade de outros profissionais de inspeção para a ACT. Mesmo com a satisfação destes pedidos, o número de inspetores é inferior em 21,8% relativamente ao número de inspetores existente em 2009 (402).

Quadro 2 – Inspetores(as) do trabalho por região

Regiões	Inspetores (as) do trabalho
Região Norte	103
Região Centro	58
Região de Lisboa e Vale do Tejo ²	120
Região do Alentejo	17
Região do Algarve	16
Total	314

² Inclui inspetores colocados nos serviços centrais.

1.5. Desenvolvimento de competências

1.5.1. Formação

No ano de 2016, foram ministradas 43 ações de formação profissional aos (às) inspetores (as) do trabalho, o que significou, em termos totais, 8.105 horas de formação.

Foram ministradas 1.851 horas de formação na área da legislação laboral e 2.160 horas de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Gráfico 1 – Ações de formação em legislação laboral

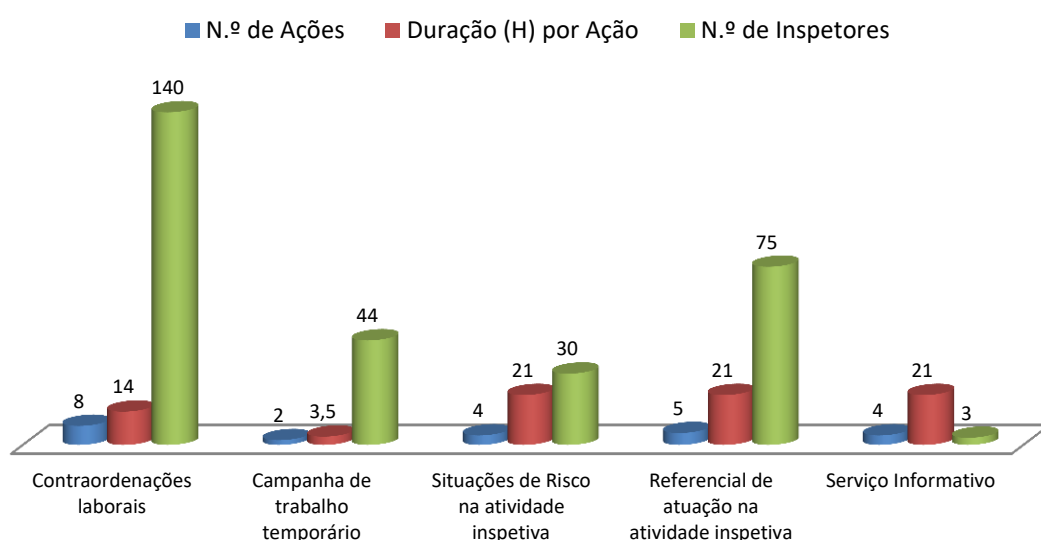
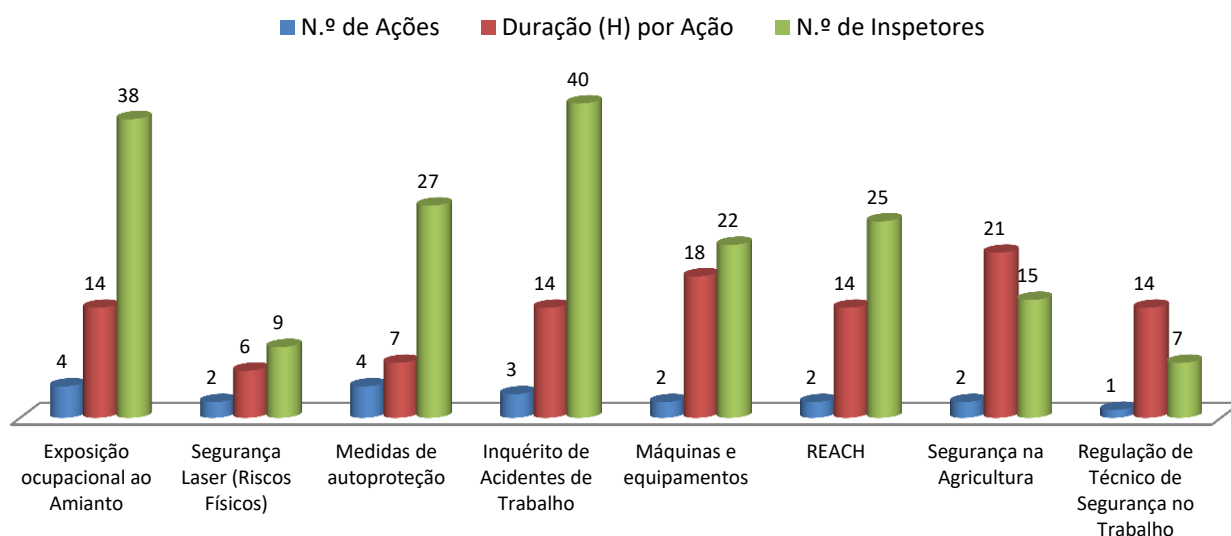


Gráfico 2 – Ações de formação em segurança e saúde do trabalho



1.6. Universo sujeito à atividade inspetiva

Com base em dados estatísticos recolhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE) – www.ine.pt - foram construídos alguns quadros com um conjunto de indicadores estatísticos, que permitem caracterizar o universo sujeito à ação da ACT, apesar de serem, na sua maioria, mais abrangentes por incluírem os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

1.6.1. Estrutura do emprego

**Quadro 3 - Indicadores Globais População / Emprego
2012-2016**

Condição perante o trabalho	2012	2013	2014	2015	2016
	Milhares de indivíduos				
População Total	10.600,0	10.499,3	10.387,3	10.341,3	10.294,2*
Homens	5.126,4	5.062,0	4.925,1	4.901,5	4.870,4
Mulheres	5.473,6	5.437,4	5.462,2	5.439,8	5.423,8
População ativa	5.494,8	5.389,4	5.225,6	5.195,2	5.178,3
Homens	2.897,6	2.824,2	2.681,0	2.657,3	2.652,4
Mulheres	2.597,2	2.565,1	2.544,6	2.537,8	2.525,9
População empregada	4.634,7	4.513,5	4.499,5	4.548,7	4.605,2
Homens	2.443,6	2.369,9	2.319,5	2.334,3	2.361,4
Mulheres	2.191,1	2.143,6	2.180,0	2.214,4	2.243,8

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego, PORDATA: última atualização – 8/02/2017

* Referente ao 4.º trimestre de 2016

**Quadro 4 - População empregada por setor de atividade principal
2016**

Atividade principal	2016 Milhares de indivíduos		
	Homens	Mulheres	Total
População Empregada	2.361,4	2.243,8	4.605,2
Setor Primário A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	211,0	107,4	318,4
Setor Secundário B a F: Indústria, construção, energia e água	788,4	339,9	1.128,3
Setor Terciário G a U: Serviços	1.362,1	1.796,5	3.158,6

Fonte: INE, PORDATA: última atualização – 8/02/2017

Quadro 5 - População empregada: total e por nível de escolaridade completo 2012-2016

Nível de escolaridade completo	2012	2013	2014	2015	2016
	Milhares de indivíduos				
Sem nível de escolaridade	155,4	127,6	104,9	87	78,4
Básico - 1º ciclo	896,1	799,9	710,3	668,9	641,4
Básico - 2º ciclo	662,9	612,7	590,9	578,6	565,8
Básico - 3º ciclo	956,5	934	936,4	947,7	941,7
Secundário e pós-secundário	949,9	1.010,00	1.080,80	1.133,20	1.182,10
Superior	926	945,1	1.076,30	1.133,30	1.195,80

Fonte: INE, PORDATA: última atualização – 8/02/2017

Quadro 6 - População empregada: por situação na profissão principal 2012-2016

Situação na Profissão	2012	2013	2014	2015	2016
	Milhares de indivíduos				
Trabalhador por conta de outrem	3.628,4	3.541,0	3.611,0	3.710,6	3.787,2
Trabalhador por conta própria ³	976,0	943,2	864,5	815,1	864,5
Trabalho familiar não remun. e outros	30,3	29,4	24,0	23,0	29,0
TOTAL (População empregada)	4.634,7	4.513,5	4.499,50	4.548,7	4.605,2

Fonte: INE, PORDATA: última atualização – 8/02/2017

Quadro 7 - População empregada por conta de outrem por tipo de contrato 2012-2016

Tipo de contrato de trabalho	2012	2013	2014	2015	2016
	Milhares de indivíduos				
Trabalhadores por conta de outrem	3.628,4	3.541,0	3.611,0	3.710,6	3.787,2
Contrato sem termo	2.878,6	2.779,8	2.836,5	2.895,5	2.943,2
Contrato com termo	617,9	629,2	644,4	687,3	705,4
Outro tipo de contrato de trabalho	131,9	132,0	130,1	127,8	138,6

Fonte: INE, PORDATA: última atualização – 8/02/2017

Na dimensão de estrutura do emprego por situação na profissão, o trabalho por conta de outrem correspondeu, em 2016, a 82,2% do total da população empregada, enquanto os trabalhadores

³ O valor resulta do somatório do trabalhador por conta própria como isolado e trabalhador por conta própria como empregador.

por conta própria corresponderam a 18,8% desse total. Estes valores representam um aumento do número de trabalhadores por conta de outrem face ao ano anterior.

Os contratos de trabalho sem termo corresponderam, em 2016, a 77,7% do total da população empregada por conta de outrem, e com termo (certo ou incerto) a 18,6%.

Por regime de duração de trabalho, verifica-se que 11,9%⁴ da população empregada total se encontrava a tempo parcial, o que representa um decréscimo de 0,54% face ao ano de 2015.

Vicissitudes contratuais

Quadro 8 – Situações de *Layoff* – 2012/2016

	Situações de <i>Layoff</i>				
	2012	2013	2014	2015	2016
Entidades Empregadoras⁵	550	547	344	254	211
Beneficiários⁶	8.703	7.434	4.460	3.872	4.126
Redução de Horário de Trabalho	4.178	3.439	2.281	2.413	2.142
Suspensão Temporária	3.985	3.995	2.179	1.459	1.984

Fonte: Instituto de Segurança Social – Situação da base de dados a 1/02/2017

O número de entidades empregadoras diminuiu face ao ano de 2015, contudo, regista-se uma inversão dessa tendência no que diz respeito ao número de beneficiários.

⁴ Dados PORDATA 2016: Tempo Completo – 4.055,8 e Tempo Parcial – 549,5 (milhares de indivíduos).

⁵ Por ano de processamento (situação da base de dados em 01-02-2017).

⁶ Por ano de processamento e tipo de subsídio (contabilizados beneficiários cujo motivo de lançamento tenha sido “concessão normal”), (situação da base de dados em 01-02-2017).

Quadro 9 – Despedimentos coletivos concluídos – ano de 2016

Dimensão da empresa	Empresas	Trabalhadores				
		Total	A despedir	Despedidos	Revogação	Outras Medidas
Microempresas	151	753	552	503	23	26
Pequenas empresas	198	4.380	1.754	1.516	86	152
Médias empresas	74	7.679	1.366	1.091	37	238
Grandes Empresas	41	54.733	1.911	1.602	9	300
Total	464	67.545	5.583	4.712	155	716

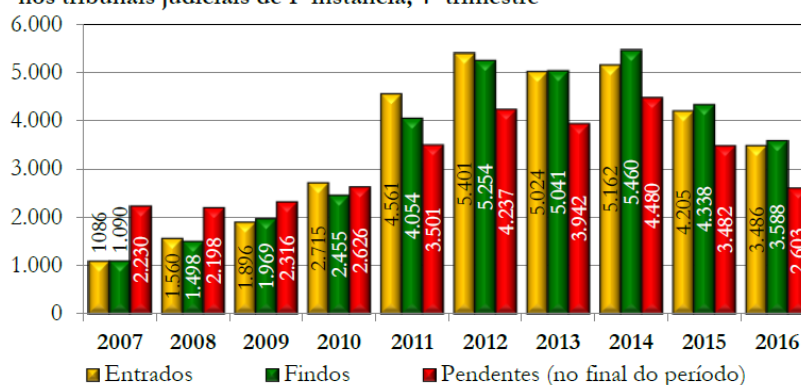
Fonte: DGERT (Direção-Geral das Relações de Trabalho – Ministério da Economia e do Emprego) – Despedimentos coletivos – 2016 – Continente – Processos concluídos

Face ao ano anterior verificou-se um decréscimo do número de processos de despedimento coletivo comunicados e concluídos pela DGERT. Esta tendência mantém-se no número de trabalhadores despedidos abrangidos nesses processos, que baixou 10% face ao ano de 2015.

Estatísticas sobre processos de falência, insolvência, recuperação de empresas e processos especiais de revitalização (2007-2016)

Figura 1 – Processos de falência, insolvência, recuperação de empresas e processos especiais de revitalização

Figura 1 - Processos de falência, insolvência e recuperação de empresas nos tribunais judiciais de 1ª instância, 4º trimestre



Fonte: Destaque estatístico do 4.º trimestre de 2016 da Direção-Geral da Política da Justiça

A figura 1 permite comparar os quartos trimestres dos anos de 2007 a 2016. A partir do ano de 2013 regista-se uma diminuição do número de processos entrados. A comparação dos períodos homólogos relativos ao quarto trimestre de 2007 e ao quarto trimestre de 2016 revela um

aumento de cerca de 221.0% no número de processos entrados. Contudo, este aumento é acompanhado por um aumento similar do número de processos findos, cuja variação em igual período foi de cerca de 229.2%. Em 2016, o número de processos pendentes no final do quarto trimestre apresenta uma diminuição face ao valor registado no final do quarto trimestre de 2015 (decrécimo de 25.2%).

No que concerne ao número de insolvências decretadas nos tribunais judiciais de 1.^a instância, verifica-se que no quarto trimestre de 2016, face ao quarto trimestre de 2015, registou-se uma diminuição de 16.2% no número de insolvências decretadas. Face ao quarto trimestre de 2014 registou-se uma diminuição de 34.7% nesse valor.

Figura 2 – Insolvências decretadas nos tribunais de 1.^a instância, 4.^o trimestre



Fonte: Destaque estatístico do 4.^o trimestre de 2016 da Direção-Geral da Política da Justiça

Considerando a secção da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) das pessoas coletivas de direito privado envolvidas nos processos do quarto trimestre de 2016, com insolvência decretada é possível afirmar que 29.4% correspondiam à categoria de comércio por grosso, retalho e reparação de veículos e 17.9% à categoria de indústria transformadora, sendo estas categorias com o peso mais relevante.

Figura 3 – Processos com insolvência decretada

**Processos do 4.º trimestre de 2016
com insolvência decretada, em função da
secção da Classificação Portuguesa das
Atividades Económicas (CAE) da pessoa
coletiva de direito privado envolvida**



Fonte: Destaque estatístico do 4.º trimestre de 2016 da Direção-Geral da Política da Justiça

1.6.2. Estrutura empresarial

Quadro 10 – Principais indicadores económicos das empresas não financeiras portuguesas – 2015

		Empresas		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
		N.º	Taxa de Variação 13-14 %	N.º	Taxa de Variação 13-14 %	10 ⁶ Euros	Taxa de Variação 13-14 %
Total das empresas não financeiras		1.163.082	3,1	3.578.913	3,8	331.602	2,7
Por forma jurídica	Empresas individuais ⁷	790.881	3,4	876.886	3,0	14.375	1,2
	Sociedades	372.201	2,4	2.702.027	4,0	317.227	2,7
Por dimensão	Micro, Pequenas e Médias	1.162.069	3,1	2.860.037	3,3	198.698	3,7
	Empresas (PME)						
	Grandes	1.013	4,1	718.876	5,6	132.903	1,2

Fonte: Empresas em Portugal, 2015, INE (março, 2017)

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2015 (últimos dados disponíveis), existiam em Portugal 1.163.082 empresas não financeiras. Face ao ano de 2014, o número de empresas do setor não financeiro e o pessoal ao serviço cresceram 3,1% e 3,8% respetivamente.

O número de empresas individuais cresceu 3,4% relativamente ao ano de 2014, mais 1% que o crescimento do número de sociedades. Contudo, as sociedades registaram um crescimento superior nas restantes variáveis económicas.

Em 2015 existiam 1.013 empresas de grande dimensão (mais 40 que em 2014) e o número de pessoas por elas empregue cresceu 5,6% face ao ano anterior.

⁷ Tipo de unidade empresarial que abrange as formas jurídicas de empresário em nome individual e trabalhador independente.

Quadro 11 – Número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço por setor de atividade – 2015

Setor de atividade	Empresas		Pessoal ao Serviço		Volume de negócios	
	N.º	Taxa de Variação 13-14 %	N.º	Taxa de Variação 13-14 %	10 ⁶ Euros	Taxa de Variação 13-14 %
Agricultura e pescas	133.427	3,6	192.467	4,0	6.293	6,2
Indústria	67.795	0,7	679.337	2,9	83.019	1,8
Energia e água	2.471	12,7	39.470	2,3	24.393	-1,7
Construção e atividades imobiliárias	110.060	2,5	348.317	2,1	22.749	2,7
Comércio	222.034	0,1	735.834	2,3	123.745	3,5
Transportes e armazenagem	21.638	-1,1	154.438	2,4	17.731	-0,7
Alojamento e restauração	91.826	9,2	293.478	7,4	10.118	10,1
Informação e comunicação	15.600	5,2	90.993	6,4	11.395	0,5
Outros serviços	498.231	3,8	1.044.579	4,9	32.160	5,0
Total	1.163.082		3.578.913		331.602	

Fonte: INE, SCIE (março, 2017)

Relativamente ao ano de 2014, o setor do alojamento e restauração obteve a taxa de crescimento mais elevada relativamente ao volume de negócios – 10,1%, por outro lado, o setor da energia e água e o setor dos transportes e armazenagem apresentaram valores negativos.

1.7. Indicadores sobre a sinistralidade laboral

1.7.1. Acidentes de trabalho

Apresentam-se de seguida os dados disponíveis mais recentes relativamente a acidentes de trabalho graves e mortais, tendo por base os elementos recolhidos pelo Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE).

Estes dados têm por base os seguintes conceitos (de acordo com as definições estatísticas do GEE do Ministério da Economia):

Acidente de trabalho – todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo atos derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

São **excluídos**, dos dados dos quadros 12 a 14 e dos gráficos 3 a 7:

- os ferimentos autoinfligidos;
- acidentes que se devem unicamente a causas médicas e doenças profissionais;
- acidentes que ocorram no percurso para o local de trabalho ou no regresso deste (**acidentes de trajeto – *in itinere***);
- pessoas estranhas à empresa, sem qualquer atividade profissional.

Acidente de trabalho mortal - acidente de que resulte a morte da vítima num período de um ano (após o dia) da sua ocorrência.

Atividade económica – atividade económica desenvolvida no estabelecimento.

Taxa de incidência de acidentes de trabalho – A taxa de incidência deve ler-se por cada 100.000 trabalhadores. No cálculo desta taxa o denominador tem por base os dados do inquérito ao emprego do INE, para as pessoas abrangidas pelo Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais.

$$\text{Taxa de incidência} = \frac{\text{N.º de Acidentes de Trabalho}}{\text{N.º de Pessoas Expostas ao Risco}} \times 100\,000$$

No cálculo desta taxa o denominador tem por base os dados do inquérito ao emprego do INE, para as pessoas abrangidas pelo Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais.

Nos quadros seguintes referem-se aos acidentes ocorridos em Portugal e no estrangeiro.

Quadro 12 - Número total de acidentes de trabalho e taxas de incidência, segundo a atividade económica – 2014

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Total de Acidentes Trabalho			Acidentes Trabalho Mortais		
	v.a	%	Taxa. Incidên.	v.a	%	Taxa. Incidên.
TOTAL	203.548	-	4.523,8	160	-	3,6
SUBTOTAL	202.886	100,0	-	160	100,0	-
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8.603	4,2	2.211,1	25	15,6	6,4
B – Indústrias Extrativas	986	0,5	8.021,3	6	3,8	48,8
C – Indústrias Transformadoras	54.073	26,7	7.316,8	25	15,6	3,4
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	238	0,1	1.570,1	-	-	-
E – Capt., trat. e distrib. água; sanea., gestão de resíd. e despol.	2.808	1,4	8.971,0	3	1,9	9,6
F – Construção	27.309	13,5	9.902,3	43	26,9	15,6
G – Comércio p/ grosso e a retalho; repar. veíc. aut. e motoc.	31.328	15,4	4.678,0	14	8,8	2,1
H – Transportes, Armazenagem	12.300	6,1	7.011,2	18	11,3	10,3
I – Alojamento, Restauração e similares	14.444	6,1	4.502,0	3	1,9	1,1
J – Atividades de informação e comunicação	989	0,5	931,6	1	0,6	0,9
K – Atividades Financeiras e de seguros	681	0,3	679,9	1	0,6	1,0
L – Atividades imobiliárias	757	0,4	2.545,4	-	-	-
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.526	1,2	1.397,7	2	1,3	1,1
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	14.503	7,1	*-	13	8,1	*-
O – Administração Pública, Defesa e Seg. Social obrigatória	9.128	4,5	2.887,9	2	1,3	0,6
P – Educação	2.218	1,1	1.554	1	0,6	0,3
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	16.161	8,0	4.247,7	1	0,6	0,3
R – Ativ. artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2.145	1,1	3.743,1	-	-	-
S – Outras atividades de serviço	2.818	1,4	2.634,6	2	1,3	1,9
T – At. famil. emp. pess. domést. e ativ. prod. famil. p/ uso próprio	854	0,4	731,1	-	-	-
U – Ativ. dos organ. internac. e outras instit. extra-territoriais	17	0,0	654,0	-	-	-
CAE Ignorada	-	-	-	-	-	-

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

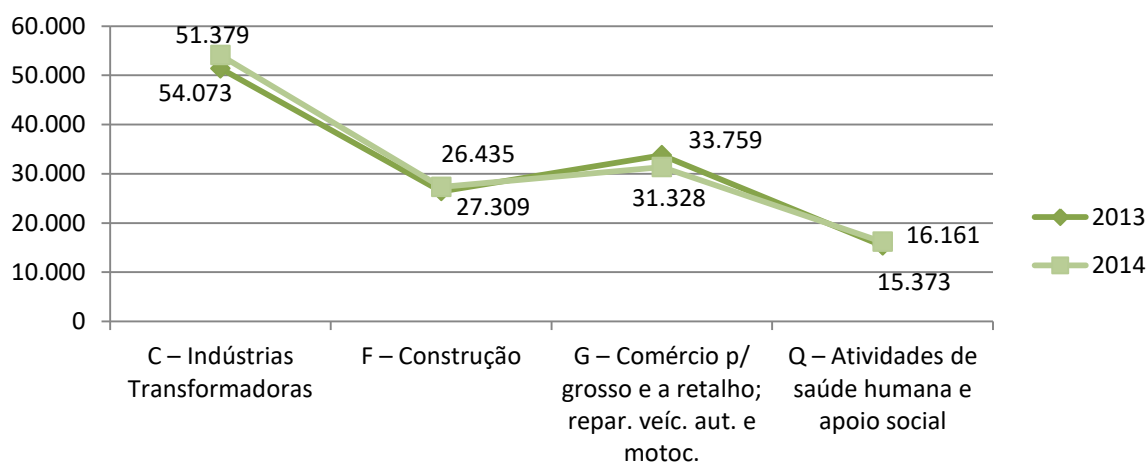
*Nas “atividades administrativas e dos serviços de apoio” estão incluídas as empresas de trabalho temporário e prestação de serviços. Em termos de população exposta ao risco, a atividade registada para os trabalhadores desta atividade é identificada naquelas atividades onde exercem os serviços.

No ano de 2014 registaram-se 203.548 acidentes de trabalho, dos quais 160 tiveram como consequência a morte do trabalhador.

Apesar do setor das indústrias transformadoras ser aquele com maior sinistralidade global, constata-se que a sinistralidade teve um maior impacto no setor da construção com uma taxa de incidência de 9.902,3 acidentes por cada 100.000 trabalhadores. A taxa de incidência verificada neste setor é mais de 2 vezes superior à taxa de incidência para o total dos setores de atividade – 4.523,8. O setor da captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, que em termos absolutos é dos setores com sinistralidade mais reduzida, regista a segunda maior taxa de incidência: 8.971,0 acidentes por cada 100.000 trabalhadores.

Em termos da gravidade, medida através da taxa de incidência para os acidentes de trabalho com consequência mortal, o setor das indústrias extrativas é o que mais se destaca, sendo que, registou a maior taxa de incidência nos acidentes mortais - 48,8 -, mais de 13 vezes superior à taxa global: 3,6 acidentes mortais por cada 100.000 trabalhadores.

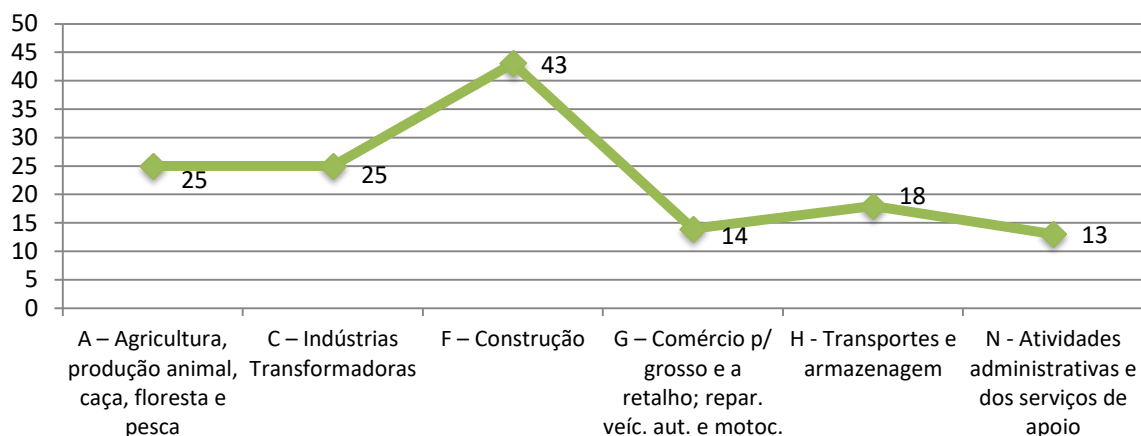
Gráfico 3 – Número total de acidentes de trabalho 2013-2014, por atividade económica



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

Mais de metade dos acidentes de trabalho do ano de 2014 ocorreram nos setores de atividade das indústrias transformadoras, comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e no setor da construção, os quais registaram, respetivamente, 26,7%, 15,4% e 13,5% do total dos acidentes de trabalho em que se conhece a atividade económica do estabelecimento ao qual o sinistrado está afeto.

Gráfico 4 – Número total de acidentes de trabalho mortais, por atividade económica - 2014



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

O setor da construção continua a ser o setor com a percentagem de sinistralidade mais grave – 26,9 % (i.e., 43 vítimas mortais), seguido pelo setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e pelo setor das indústrias transformadoras, ambos com 25 vítimas mortais cada (15,6%). Destaca-se o setor das atividades administrativas e dos serviços de apoio que, face ao ano anterior, teve um aumento de 8 acidentes mortais.

Quadro 13 - Acidentes de Trabalho – 2010/2014

Anos	Total de acidentes de trabalho	Taxa de Incidência
2010	215.632	5.202,0
2011	209.183	5.241,8
2012	193.611	5.198,8
2013	195.578	4.415,5
2014	203.548	4.523,8

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

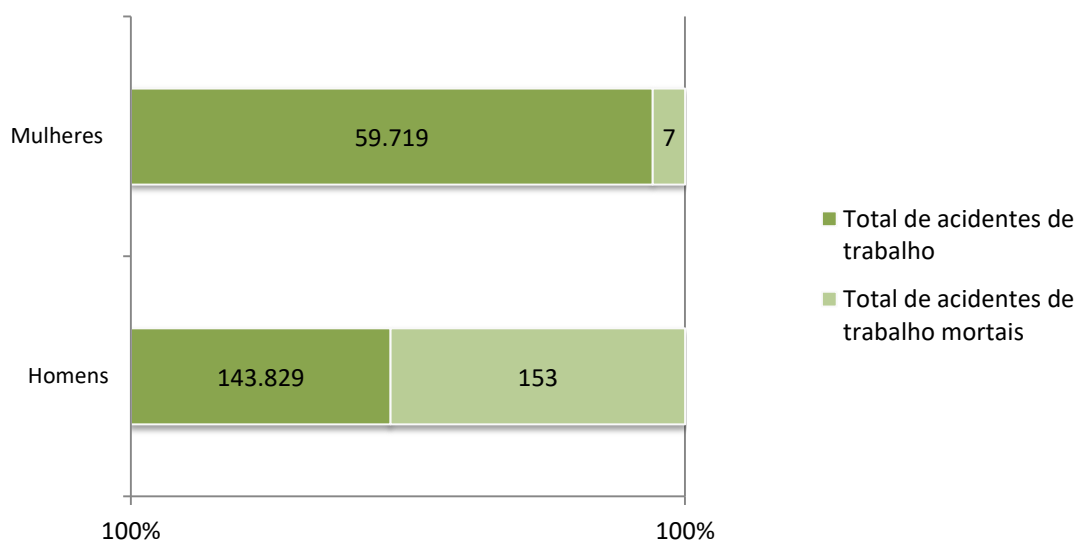
Relativamente ao ano anterior, no ano de 2014 verificou-se um aumento de 3,9% do número total de acidentes de trabalho, o que contrariou uma tendência decrescente que já se tinha vindo a registar desde 2010.

Quadro 14 - Acidentes de Trabalho Mortais – 2010/2014

Anos	Totais de acidentes de trabalho mortais	Total de acidentes de trabalho	Taxa de Incidência de AT mortais
2010	208	215.632	5,0
2011	196	209.183	4,9
2012	175	193.611	4,7
2013	160	195.578	3,6
2014	160	203.548	3,6

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

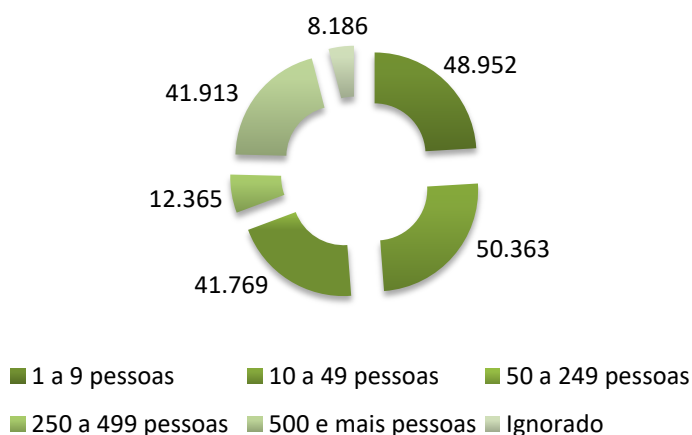
Relativamente aos acidentes de trabalho mortais, o valor manteve-se igual ao ano de 2013.

Gráfico 5 – Acidentes de trabalho, por sexo – 2014

Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

Na distribuição dos acidentes de trabalho por sexo observa-se que, em 2014, 70,7% dos acidentes ocorreram com homens. Esta tendência mantém-se nos três setores de atividade com maior índice de sinistralidade (indústrias transformadoras, construção e comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos).

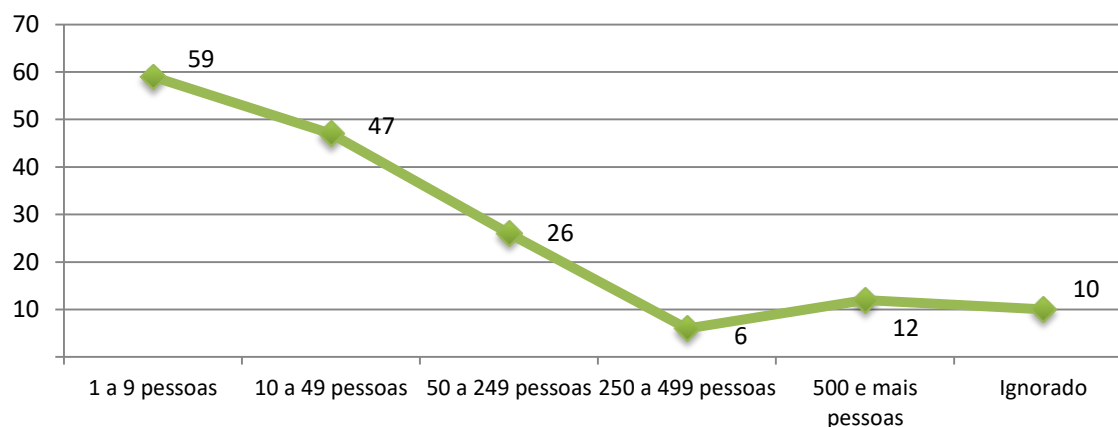
Gráfico 6 - Número total de acidentes de trabalho, por dimensão da empresa - 2014



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2014

Cerca de metade do total de acidentes de trabalho, para os quais se conhece a dimensão da entidade empregadora ou entidade equiparada, ocorreram em pequenas empresas (10 a 49 pessoas) e micro empresas (1 a 9 pessoas) ou com trabalhadores independentes: 25,8% e 25,1%, respetivamente.

Gráfico 7 - Número total de acidentes de trabalho mortais, por dimensão da empresa - 2014



Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos – Estatísticas em síntese-Acidentes de trabalho 2013

A grande maioria dos acidentes de trabalho mortais ocorreram com trabalhadores de micro empresas (1 a 9 trabalhadores) ou com trabalhadores independentes, 39,4%. Nas grandes empresas, com 250 e mais pessoas ao serviço, registaram a menor percentagem do total de acidentes mortais, 12%.

1.7.2. Doenças profissionais

Os indicadores estatísticos disponíveis respeitam às doenças profissionais reconhecidas como tal pela Segurança Social no âmbito da sua atividade de atribuição de prestações sociais.

Embora se trate de uma medida com fiabilidade razoável no que concerne aos acidentes de trabalho, o cálculo de taxas de incidência não é aplicável com a mesma acuidade e robustez, no curto prazo, às doenças profissionais, devido a um conjunto de motivos que fazem parte da sua natureza intrínseca, a saber: existência de patologia múltipla e co-morbididade, diferentes tempos de latência entre a exposição e a manifestação clínica que pode ser de dias em alguns casos e de décadas em outros.

A estas condições limitadoras devem ser acrescentados os fenómenos de subnotificação, componente inevitável de todos os sistemas de notificação obrigatória.

Por isso, a produção de informação sobre doenças profissionais, nomeadamente taxas de incidência e prevalência bem como de todos os cálculos estatísticos nelas baseados, só fazem sentido em longas séries temporais e não são de modo algum apropriados para monitorizar ações desenvolvidas no terreno. Para este efeito, outras medidas devem ser utilizadas.

Alguns dos quadros que se seguem carecem de sentido interpretativo: por exemplo, no que respeita ao tipo de incapacidade esta é apresentada por doença mas algumas doenças coexistem com graus de incapacidade diferentes que se somam no mesmo indivíduo de acordo com o princípio da capacidade restante, tal como é imposto pela Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI). Esta descrição não evidencia de forma alguma a verdadeira situação de incapacidade verificada pelo trabalhador – grau de incapacidade global.

Quando o médico presume a existência de doença profissional participa obrigatoriamente ao Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais do ISS. O interessado, ou os seus representantes legais, podem dar início ao processo por via de requerimento de pensão por incapacidade permanente por doença profissional dirigido àquele serviço.

O Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais do Instituto da Segurança Social (ISS) recomenda uma interpretação prudente da informação, considerando, ainda, que em termos da metodologia utilizada na recolha de dados estatísticos se verificaram duas condicionantes: uma devida à existência de doentes com mais do que uma doença e outra pelo facto de se considerar a data da certificação da doença e não a data do seu início.

Quadro 15 – Participações obrigatórias/ requerimentos iniciais – 2012/2016

Anos	Participações obrigatórias	Requerimentos iniciais
2012⁽¹⁾	5.029	5.084
2013⁽¹⁾	5.051	5.100
2014⁽²⁾	5.502	5.733
2015⁽³⁾	6.661	6.689
2016⁽⁴⁾	2.641	2.715

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), base de dados dinâmica: recolha a ⁽¹⁾03/06/2014, ⁽²⁾15/05/2015, ⁽³⁾25/03/2016 e ⁽⁴⁾21/04/2017

A distribuição dos casos certificados no ano em apreço de doentes portadores de doença profissional⁸ por género e grupo etário foi a que consta do quadro seguinte:

Quadro 16 – N.º de Doenças Profissionais por natureza da incapacidade, por género, escalão etário (à entrada) e ano de certificação: 2016

GRP: Escalão Etário (Data Entrada)	DP sem Incapacidade			DP com Incapacidade* IPP/IPATH/IPATHIPP/IPATQT			Total		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
20 a 24 anos	*	*	*	*	*	*	*	*	12
25 a 29 anos	13	3	16	39	13	52	52	16	68
30 a 34 anos	31	13	44	74	31	105	105	44	149
35 a 39 anos	76	27	103	258	56	314	334	83	417
40 a 44 anos	86	32	118	359	114	473	445	146	591
45 a 49 anos	105	29	134	452	137	589	557	166	723
50 a 54 anos	127	41	168	603	185	788	730	226	956
55 a 59 anos	60	89	149	454	254	708	514	343	857
60 a 64 anos	23	40	63	184	116	300	207	156	363
65 a 69 anos	*	*	10	11	18	29	14	25	39
70 ou mais anos	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Total	525	283	808	2.443	938	3.381	2.968	1.221	4.189

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), base de dados dinâmica: recolha a 25/03/2016.
A desagregação dos dados sinalizados com asterisco (*) viola o segredo estatístico.

⁸ Lista das doenças profissionais - Constante do Decreto-Regulamentar n.º 6/2001, de 5 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 76/2007, de 17 de julho

**Quadro 17 – Doenças profissionais certificadas
por tipo de incapacidade e manifestação clínica – 2012 a 2016**

Ano Certificação	Diagnóstico	Natureza da Incapacidade		
		DP sem Incapacidade	DP com Incapacidade (IPP / IPATH / IPATHIPP / IP)	Total
2012⁽¹⁾	Total	1.056	1.671	2.727
	Afeções músculo-esqueléticas	742	1.234	1.976
	Perturbações de audição	274	116	390
	Perturbações neurológicas	31	11	42
	Efeitos irritantes na pele ou nas membranas mucosas		22	22
	Cancro		5	5
	Outro diagnóstico	9	283	292
2013⁽¹⁾	Total	1.230	2.315	3.545
	Afeções músculo-esqueléticas	809	1.712	2.521
	Perturbações de audição	343	187	530
	Efeitos irritantes na pele ou nas membranas mucosas	5	30	35
	Cancro		4	4
	Outro diagnóstico	73	382	455
	Total	967	2.180	3.147
2014⁽²⁾	Afeções músculo-esqueléticas	743	1.665	2.408
	Cancro		3	3
	Doenças infecto-contagiosas	4	3	7
	Efeitos alérgicos		61	61
	Efeitos irritantes na pele ou nas membranas mucosas	7	38	45
	Perturbações de audição	147	87	234
	Perturbações neurológicas	58	58	116
	Perturbações pulmonares	5	251	256
	Outro diagnóstico	3	14	17
	Total	975	2.684	3.659
2015⁽³⁾	Afeções músculo-esqueléticas	798	2.424	3.222
	Cancro	0	3	3
	Efeitos alérgicos	0	12	12
	Perturbações de audição	145	89	234
	Perturbações neurológicas	4	11	15
	Perturbações pulmonares	7	130	137
	Doenças infecto-contagiosas*			
	Efeitos irritantes na pele ou nas membranas mucosas*	21	15	36

Ano Certificação	Diagnóstico	Natureza da Incapacidade		
		DP sem Incapacidade	DP com Incapacidade (IPP / IPATH / IPATHIPP / IP)	Total
2016 ⁽⁴⁾	Perturbações oculares*			
	Outro diagnóstico*			
	Total	808	3.381	4.189
	Afeções músculo-esqueléticas	636	2.867	3.503
	Doenças infecto-contagiosas	10	*	*
	Efeitos alérgicos	*	77	*
	Efeitos irritantes na pele ou nas membranas mucosas	4	29	33
	Outro diagnóstico	*	12	*
	Perturbações de audição	123	65	188
	Perturbações hematológicas	0	3	3
	Perturbações neurológicas	26	117	143
	Perturbações oculares	3	3	6
	Perturbações pulmonares	*	204	*

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), base de dados dinâmica: recolha a ⁽¹⁾03/06/2014, ⁽²⁾15/05/2015, ⁽³⁾25/03/2016 e ⁽⁴⁾21/04/2017. A desagregação dos dados sinalizados com asterisco (*) viola o segredo estatístico.

Quadro 18 – Doenças profissionais certificadas por tipo de incapacidade e manifestação clínica – 2012 a 2016

Ano Certificação	Diagnóstico	Natureza da Incapacidade				Total
		DP sem ⁹ Incapacidade	IPP ¹⁰	IPATHIPP	IPATQT ¹¹ / IPATH ¹²	
2012⁽¹⁾	Total	1.056	1.631	34	6	2.727
2013⁽¹⁾	Total	1.230	2.271	41	3	3.545
2014⁽²⁾	Total	967	2.137	40	3	3.147
2015⁽³⁾	Total	975	2.646	34	4	3.659
2016⁽⁴⁾	Total	808		3.381		4.189

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), base de dados dinâmica: recolha a ⁽¹⁾03/06/2014, ⁽²⁾15/05/2015, ⁽³⁾25/03/2016 e ⁽⁴⁾21/04/2017

⁹ Doença profissional sem incapacidade

¹⁰ Incapacidade Parcial Permanente

¹¹ Incapacidade Permanente Absoluta para todo e qualquer trabalho

¹² Incapacidade Permanente Absoluta para o trabalho habitual

**Quadro 19 – N.º de Doenças Profissionais certificadas
por natureza da incapacidade, por fator de risco e ano de certificação**

Fator de Risco	Ano Certificação				
	2012 ⁽¹⁾	2013 ⁽¹⁾	2014 ⁽²⁾	2015 ⁽³⁾	2016 ⁽⁴⁾
Total Geral *	2.727	3.545	3.147	3.659	4.189
1 Doenças provocadas por agentes químicos	7	5	3	0	5
2 Doenças do aparelho respiratório	237	284	238	126	190
3 Doenças cutâneas	20	32	97	19	113
4 Doenças provocadas por agentes físicos	2.431	3.178	2.768	3.496	3.850
42 Causadas por Ruído	392	531	234	235	190
45 Causadas por agentes mecânicos	2.027	2.642	2.529	3.246	3.643
4502 Sobrecarga sobre bainhas tendinosas, tecidos peritendinosos, inserções tendinosas ou musculares	1.591	2.125	1.979	2.565	2.695
4503 Pressão sobre nervos ou plexos nervosos devida à força aplicada, posição, ritmo, atitude de trabalho ou à utilização de utensílios ou ferramentas	436	517	545	681	948
Outras Doenças provocadas por agentes físicos	12	5	5	15	17
5 Doenças infecciosas e parasitárias	17	35	19	12	17
Outros agentes causadores não incluídos na lista em vigor	15	11	22	6	14

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), base de dados dinâmica: recolha a ⁽¹⁾03/06/2014, ⁽²⁾15/05/2015, ⁽³⁾25/03/2016 e ⁽⁴⁾21/04/2017. A desagregação dos dados sinalizados com asterisco (*) viola o segredo estatístico.

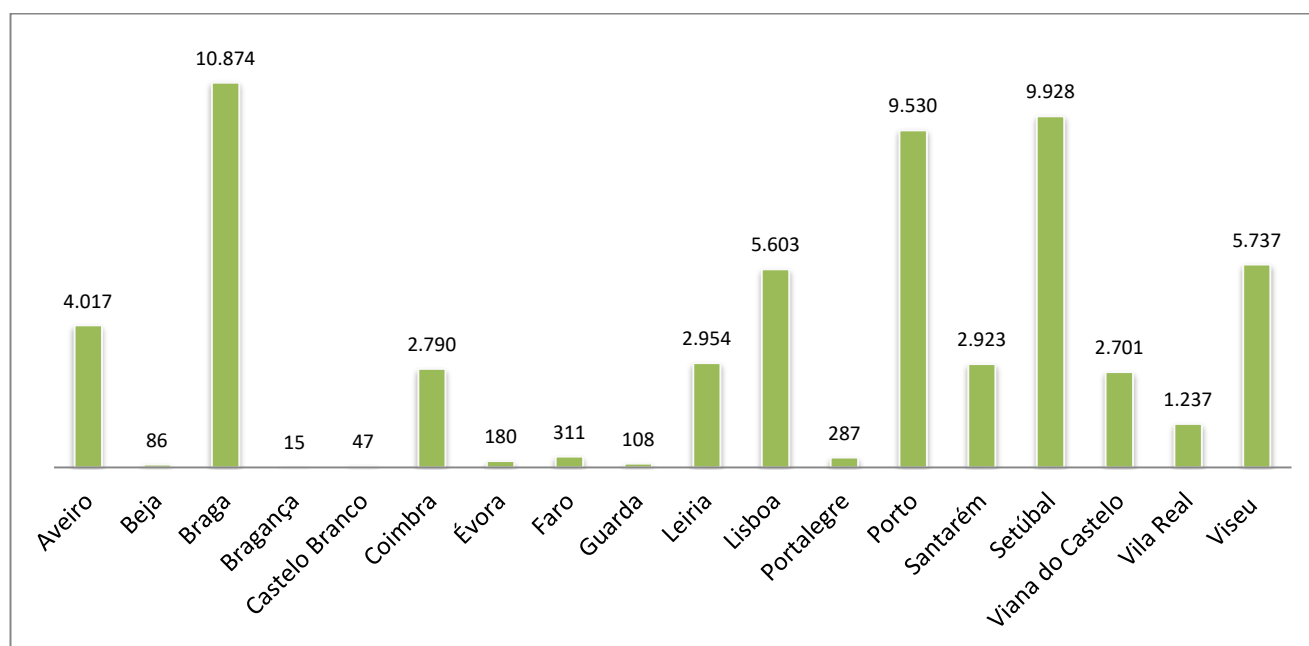
Quadro 20 – N.º de Doenças Profissionais certificadas por natureza da incapacidade, por secção CAE e certificação no ano de 2016

Atividades Económicas	2016		
	DP sem Incapacidade	DP com Incapacidade	Total
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8	39	47
Indústrias extrativas	10	55	65
Indústrias transformadoras	441	1.703	2.144
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	*	*	8
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8	25	33
Construção	25	114	139
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	83	349	432
Transportes e armazenagem	20	64	84
Alojamento, restauração e similares	20	167	187
Atividades de informação e de comunicação	5	8	13
Atividades financeiras e de seguros	5	25	30
Atividades imobiliárias	*	*	15
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	11	16	27
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	26	139	165
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	15	55	70
Educação	5	36	41
Atividades de saúde humana e apoio social	80	325	405
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0	13	13
Outras atividades de serviços	19	103	122
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	0	0	0
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0
Outras Atividades	27	159	186
Total	813	3.413	4.226

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/GRP), base de dados dinâmica: recolha a 21/04/2017
A desagregação dos dados sinalizados com asterisco (*) viola o segredo estatístico.

De notar que pode existir exposição simultânea a múltiplos fatores de risco e que a exposição a um fator de risco poderá dar origem a várias alterações de saúde em compartimentos orgânicos diferentes – doenças diferentes. Um doente poderá também ser portador em simultâneo de doenças com tipos de incapacidade diferentes: sem incapacidade, com incapacidade parcial, IPATH e a incapacidade global resulta do somatório das incapacidades calculadas pelo princípio da capacidade restante.

Gráfico 8 - Número de doenças profissionais certificadas por distrito de residência (à entrada) e ano de certificação: 2016



1.8. Legislação com relevância nas relações de trabalho publicada em 2016

Quadro 21 – Legislação publicada (mais relevante) – 2016

Diploma	Assunto
Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro	Atualiza o valor da retribuição mensal mínima garantida a partir de 1 de janeiro de 2017
Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (OE 2017)	O artigo 274.º suspende a vigência, durante o ano 2017, da parte final do n.º 1 do artigo 263.º (subsídio de Natal) e da parte final do n.º 3 do artigo 264.º (subsídio de férias), do Código do Trabalho e dispõe em conformidade
Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto	Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro
Portaria n.º 121/2016, de 4 de maio	Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)
Lei n.º 7-A/2016, de 30 de abril (OE 2016)	O artigo 213.º, n.º 2 prorroga o regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias durante o ano de 2016
Lei n.º 8/2016, de 1 de abril	Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais

Quadro 22 – Jurisprudência - 2016

Jurisprudência	Assunto
Acórdão n.º 76/2016 do Tribunal Constitucional publicado no DR n.º 67/2016, II série de 2016-04-06	Julga inconstitucional a norma contida no n.º 1 do artigo 257.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho – dever de comunicação dos acidentes de trabalho às autoridades administrativas que é imposto aos empregadores
Acórdão do STJ (proc. n.º 1607/14.4TTLSB.L1.S1 Revista – 4.ª Secção)	As alterações introduzidas pela Lei nº 23/2012 de 25 de junho ao Código do Trabalho, que determinaram a redução do valor do trabalho suplementar e suspenderam pelo período de 2 anos a vigência da cláusula 40ª do CCTV do setor dos transportes rodoviários de mercadorias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, nº 9 de 8/03/1980, com as sucessivas alterações, não se repercutem no valor mensal atribuído à retribuição prevista na Cláusula 74ª nº 7 do mesmo CCTV, não determinando a sua redução em função do valor atribuído ao trabalho suplementar

2. Estatística da atividade inspetiva

2.1. Indicadores da atividade

De acordo com as Convenções n.º 81 e n.º 129 da OIT e das suas concretizações na legislação nacional (cfr. Lei orgânica da Autoridade para as Condições do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho), as funções de inspeção do trabalho da ACT têm um carácter diversificado, mas é da sua articulação congruente que se pode esperar um correto e eficaz exercício da sua missão principal de acompanhamento e de controlo do cumprimento das normas relativas às condições de trabalho.

Essas funções conhecem a enumeração seguinte:

- Intervenção e controlo inspetivo nos locais de trabalho, no âmbito do setor privado, em todos os setores de atividade económica em matéria de segurança e saúde no trabalho e em questões sócio laborais;
- Informação e conselho aos trabalhadores, aos empregadores e suas instituições representativas, nos locais de trabalho ou fora deles;
- Apoio e cooperação com outras entidades públicas ou privadas que prosseguem missões no mesmo domínio;
- Alerta sobre o “estado do direito”, chamando a atenção das autoridades competentes para as deficiências e abusos que não estejam previstos na lei, contribuindo para o enriquecimento do quadro normativo.

A par destas funções, a ACT desenvolve, ainda, um outro conjunto de atividades acessórias de que se dá nota nos capítulos 5 e 6.

2.1.1. Indicadores da atividade de controlo inspetivo

Os indicadores de atividade relacionados com o controlo inspetivo nos locais de trabalho e os resultados dela resultante que a seguir se apresentam, não traduzem todo o campo de atuação da ACT, como resulta da diversidade das funções que desempenha, tal como aliás acontece de igual forma noutros países. Representam-se apenas os dados de intervenção inspetiva em locais de trabalho.

Conceitos

Visita inspetiva: Deslocação a um estabelecimento, estaleiro temporário ou móvel ou local de trabalho efetuada por um(a) inspetor(a) do trabalho no exercício das suas funções, tendo em vista inspecionar os locais de trabalho, verificando, avaliando e controlando o cumprimento de

normas legais, convencionais e regulamentares integradas no âmbito de competências de inspeção do trabalho.

Primeira visita: Visita inspetiva efetuada pela primeira vez a um dado estabelecimento, estaleiro temporário ou móvel ou local de trabalho, no âmbito de um processo inspetivo.

Segunda e outras visitas: Deslocação ou deslocações necessárias à verificação do cumprimento/incumprimento de procedimentos determinados, acompanhamento de situações laborais, consolidação da recolha de dados necessários e concretização da intervenção inspetiva que não foi possível realizar na primeira visita, realizada no âmbito do processo inspetivo.

Processo inspetivo: Conjunto sequencial de atos que visam promover a melhoria das condições do trabalho através do controlo do cumprimento das normas em matéria laboral e da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho, quer no âmbito das relações laborais privadas quer no âmbito da Administração Pública.

Visita no âmbito do licenciamento industrial: As vistorias e auditorias no contexto de licenciamento industrial decorrem de acordo com a respetiva disciplina legal. Com efeito, e no quadro das competências do inspetor do trabalho¹³, compete-lhe emitir parecer (de acordo com os procedimentos previstos na plataforma da Autoridade para a Modernização Administrativa - AMA) e realizar vistorias conjuntas com outros organismos no âmbito de processos de licenciamento relativos à instalação, alteração e laboração de estabelecimentos, tendo em vista a prevenção de riscos profissionais.

As visitas efetuadas integram-se num processo de vistoria/auditoria em matéria de segurança e saúde no trabalho; como tal, salvaguardando as situações de perigo grave e iminente que exijam uma atuação imediata por parte do inspetor do trabalho, todas as medidas de segurança determinadas pelo inspetor são formalizadas no auto de vistoria.

Visita conjunta: Sempre que seja identificada a necessidade de intervenção conjunta com outras entidades (Instituto da Segurança Social - ISS, Guarda Nacional Republicana -GNR, Polícia de Segurança Pública - PSP, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF, Autoridade Tributária - AT, ...), deve ser seguido o planeamento e preparação previamente efetuados, garantindo a articulação e respeitando o gesto profissional de todas, bem como:

- Conhecer e respeitar as competências e formas de intervenção de cada entidade;
- Assegurar a articulação de valências, em função da estratégia do ato inspetivo, por forma a garantir o efeito útil da intervenção.

¹³ Artigo 10.º, n.º 1, alínea g) do Decreto-Lei n.º 102/2000.

Sempre que sejam envolvidos profissionais de outros serviços desconcentrados da ACT, deve ter-se em atenção:

- As estratégias definidas para a intervenção e os procedimentos a adotar perante as irregularidades detetadas;
- A harmonização do gesto inspetivo e dos instrumentos a adotar, por forma a garantir um entendimento lógico e previsível da intervenção.

Local de trabalho: Espaço onde o trabalhador desenvolve a sua atividade, incluindo os lugares por onde se desloca no desempenho da(s) sua(s) tarefa(s).

Estabelecimento: Unidade organizacional que goza de certa autonomia de decisão, designadamente quanto à afectação de seus recursos, e que compreende uma estrutura organizativa com todos os elementos do ativo, materiais e imateriais, imobilizados necessários ao desenvolvimento da atividade económica, principal ou acessória. O estabelecimento compreende um ou vários locais de trabalho.

Estaleiro: Local onde se efetuam trabalhos de construção de edifícios ou outros no domínio da engenharia civil, nomeadamente trabalhos de escavação, terraplenagem, montagem e desmontagem de elementos pré-fabricados, demolição, bem como os locais onde se desenvolvem atividades de apoio direto aos mesmos.

Informações/relatórios: Reporte escrito dos resultados obtidos na(s) visita(s) inspetiva(s) efetuada(s) e na análise documental, no qual se relata a situação denunciada (se for o caso), a situação encontrada, o que foi averiguado, os procedimentos adotados (ou não) e sua fundamentação, bem como a avaliação final da intervenção inspetiva, considerando os objetivos predefinidos e os resultados alcançados, isto é, o grau de transformação do local de trabalho onde ocorreu a ação, salientando, também, as irregularidades voluntariamente corrigidas e a consequente melhoria das condições do trabalho.

Acidente de trabalho: Aquele que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte¹⁴.

São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

¹⁴ Artigo 8.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

Para a OIT, entende-se por acidente de trabalho todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os atos de violência, derivado do trabalho ou com ele relacionado, do qual resulta uma lesão corporal, uma doença ou a morte, de um ou vários trabalhadores¹⁵.

Acidente de trajeto ou *in itinere*: Acidente que ocorre no trajeto normalmente utilizado pelo trabalhador, qualquer que seja a direção na qual se desloca, entre qualquer dos seus locais de trabalho no caso de ter mais de um emprego, entre o seu local de trabalho ou de formação ligado à sua atividade profissional e a sua residência principal ou secundária, o local onde toma normalmente as suas refeições, o local onde recebe normalmente o seu salário, o local onde ao trabalhador deva ser prestada qualquer forma de assistência ou tratamento por virtude de anterior acidente ou o local onde por determinação do empregador presta qualquer serviço relacionado com o seu trabalho, do qual resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte¹⁶.

Doença profissional: Perturbação da saúde contraída em consequência de uma exposição, durante um dado período de tempo, a fatores de risco decorrentes de uma atividade profissional. De acordo com a legislação nacional são doenças profissionais as constantes de lista codificada, bem como *as lesões, perturbações funcionais ou doenças não incluídas na lista (...) desde que se prove serem consequência necessária e direta da atividade exercida e não representem normal desgaste do organismo*¹⁷.

Inquéritos de acidente de trabalho ou doença profissional: O inquérito de acidente de trabalho ou de doença profissional é um instrumento de prevenção por excelência.

O inquérito consubstancia a investigação levada a cabo sobre as circunstâncias em que ocorrem acidentes de trabalho ou doenças profissionais com vista ao desenvolvimento de medidas de prevenção adequadas nos locais de trabalho.

Estes inquéritos são efetuados:

- Nos casos determinados legalmente (artigo 10.º, n.º 1, alínea e) do Decreto-Lei n.º 102/2000);
- A pedido do Ministério Público junto dos Tribunais, caso em que têm como característica serem urgentes e sumários.

¹⁵ Resolução da OIT sobre as estatísticas das lesões profissionais devidas a acidentes de trabalho, adotada na 16.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho em 1998.

¹⁶ Artigo 9.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

¹⁷ Artigos 93.º e seguintes da Lei n.º 98/2009 e 283.º, n.º 2 do Código do Trabalho.

Infrações autuadas: Representa o número de infrações constantes dos autos de notícia ou de instrumento similar (v.g. participação quando a infração não tenha sido comprovada pessoal e diretamente), tendo em vista promover a aplicação de uma sanção contraordenacional (coima e/ou sanção acessória) de qualquer violação a normas integradas no âmbito de competência da ACT.

Auto de notícia: Procedimento coercivo que visa assegurar o cumprimento da lei, promovendo a aplicação de uma coima e/ou uma sanção acessória. Sustentado juridicamente no artigo 17.º, n.º 1 da Convenção n.º 81 da OIT, no artigo 22.º n.º 1 da Convenção n.º 129 da OIT, nos artigos 6.º, n.º 1 e 7.º, n.º 1 do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho e nos artigos 10.º, n.º 1 alínea d) e 13.º, n.º 1 e 3 da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, o auto de notícia deve ser levantado pelo inspetor do trabalho quando, no exercício das suas funções, verificar ou comprovar, pessoal e diretamente, ainda que por forma não imediata, qualquer infração a normas integradas no âmbito da competência da ACT, punível com coima.

Participação: Procedimento coercivo adotado para a prática de infrações que constituem contraordenações laborais mas que, não obstante se inscreverem no âmbito das atribuições e competências do inspetor do trabalho, este não verificou, nem comprovou, pessoalmente, a sua prática (art.º 6.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1 do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho e nos art.º 10.º, n.º 1 alínea d) e 13.º, n.º 1 e 4 da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro).

Participação ao MP por utilização indevida do contrato de prestação de serviços: Procedimento coercivo tendo em vista permitir ao Ministério Público dar início ao processo de natureza urgente, relativo à ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho (artigo 26.º, n.º 1 alínea i) e n.º 6 do Código de Processo do Trabalho). A participação remete para o auto elaborado pelo inspetor, e deve ser enviada ao Ministério Público se a situação do trabalhador em causa não for devidamente regularizada pela entidade beneficiária da atividade dentro do prazo concedido. Este procedimento têm a função de desencadear uma ação de reconhecimento do contrato de trabalho.

Notificação para apuramento de quantias em dívida aos trabalhadores e/ou à Segurança Social: Procedimento que visa assegurar o pagamento de quantias devidas a trabalhadores e/ou à Segurança Social, (art.º 7.º/4 a 6 e art.º 11.º, n.º 1 alínea l) do Decreto-Lei n.º 102/2000, de 2 de junho). O apuramento de quantias em dívida é obrigatório quando estejam em causa créditos dos trabalhadores, podendo também ser efetuado em relação a créditos da Segurança Social, nos termos do n.º 5 do art.º 7.º do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho. No entanto, tratando-se de créditos devidos à Segurança Social relativos a falso trabalho independente, falta de comunicação da admissão de trabalhadores à Segurança Social ou trabalho não declarado, tal apuramento é obrigatório nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho. Em caso de incumprimento do empregador da notificação

referida, o apuramento realizado pelo inspetor constitui título executivo (n.º 4 e 5 do art.º 16.º do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho).

Notificação para suspensão imediata de trabalhos: Procedimento que se destina a fazer cessar, de imediato, os trabalhos em curso que representem um perigo grave ou probabilidade séria de lesão da vida, integridade física ou saúde dos trabalhadores. Tem sustentação jurídica no art.º 10.º, n.º 1 alínea d) do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho e nos art.º 10.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, no art.º 13.º, n.º 2 da alínea c) da Convenção n.º 81 da OIT e no art.º 18.º, n.º 2 alínea b) da Convenção n.º 129 da OIT. O incumprimento da notificação é suscetível de configurar a prática de um crime de desobediência, nos termos do n.º 1 do art.º 348.º do Código Penal.

Participação-crime (denúncia obrigatória): Comunicação ao Ministério Público para efeitos de instauração de procedimento criminal, que ocorre quando o(a) inspetor(a) do trabalho recolhe indícios da prática de factos que constituem um tipo legal de crime, nos termos dos art.º 241.º e 242.º, n.º 1 alínea b) do Código de Processo Penal.

Participação-crime por desobediência: Comunicação ao Ministério Público para efeitos de instauração de procedimento criminal que ocorre quando o(a) inspetor(a) do trabalho verifica factos que preenchem o tipo legal de crime de desobediência (art.º 348.º do Código Penal e art.º 241.º, 242.º e 243.º do Código de Processo Penal):

- Desobediência à notificação de suspensão imediata de trabalhos (art.º 348.º do Código Penal conjugado com o art.º 10.º, n.º 1 alínea d) do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho e nos art.º 10.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro)
- Desobediência à notificação para cessação imediata do trabalho de menor com idade, habilitação ou capacidade física e psíquica inferior à legal ou que realize trabalhos proibidos (art.º 348.º do Código Penal conjugado com o art.º 83.º do Código do Trabalho).
- Falta de apresentação deliberada à ACT dos documentos e outros registos por esta requisitados que sejam essenciais para o esclarecimento de quaios situações laborais e/ou que sejam ocultados, destruídos ou danificados(art.º 348.º do Código Penal conjugado com o art.º 547.º do Código do Trabalho)

Participação a outras entidades: Comunicação através da qual se dá informação a outras entidades de situações irregulares relacionadas com as condições de trabalho, que se enquadrem no âmbito das suas competências nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 10.º do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho.

Advertência: Procedimento que se encontra previsto no n.º 2 do art.º 17.º da Convenção n.º 81 da OIT e no n.º 2 art.º 22.º da Convenção n.º 129 da OIT , nos quais é consagrada a possibilidade do inspetor do trabalho fazer advertências ou dar conselhos em lugar de intentar ou

recomendar quaisquer procedimentos. Considerando o comportamento do infrator e a eficácia esperada quanto aos resultados e prioridades da ação inspetiva, podendo ser adotado desde que a contraordenação consista em irregularidade sanável, da qual não resulte já consolidado, de forma irrecuperável, um prejuízo sério para os trabalhadores ou para terceiros, para a administração do trabalho ou para a segurança social, não existam indícios que permitam inferir da existência de conduta dolosa no incumprimento da lei, fundando-se num juízo de prognose sobre a adesão ao cumprimento da lei por parte da entidade inspecionada. Caso haja incumprimento das medidas advertidas devem ser adotados procedimentos coercivos.

Notificação para tomada de medidas de segurança e saúde no trabalho: Procedimento inspetivo adequado à determinação das modificações necessárias a assegurar nos postos de trabalho, o cumprimento das disposições relativas à segurança e saúde dos(das) trabalhadores(as), dentro do prazo fixado pelo inspetor (art.º 13.º, n.º 2 alínea a) da Convenção n.º 81 da OIT, art.º 18.º, n.º 2 alínea a) da Convenção n.º 129 da OIT e art.º 10.º, n.º 1 alínea c) do Decreto-Lei n.º 102/2000, de 2 de junho). À notificação podem estar associados procedimentos coercivos.

Recomendações: Procedimento de natureza não coerciva utilizado no âmbito da atividade de controlo inspetivo, suportado em referenciais técnicos reconhecidos, relativamente a factuaisidades omissas ou não previstas especificamente na lei, ou não tipificadas como contraordenação, traduzindo uma atividade de conselho sobre a melhor forma de lhe dar cumprimento (art.º 3.º, n.º 1 alínea b) e art.º 17.º, n.º 2 da Convenção n.º 81 da OIT e art.º 6.º, n.º 1 alínea b) e art.º 22.º, n.º 2 da Convenção n.º 129 da OIT, e art.º 5.º, n.º 1 do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho).

Em suma, no decurso de uma ação inspetiva, o inspetor do trabalho promove a melhoria das condições do trabalho, adotando o procedimento inspetivo mais adequado à situação concreta, de acordo com os critérios legais enquadramentos de cada procedimento e tendo por base os princípios da legalidade, imparcialidade, proporcionalidade e igualdade no tratamento das diversas situações.

2.1.2. Indicadores da atividade de informação, aconselhamento e cooperação com outras entidades

A ACT dispõe, em todos os seus serviços regionais, de serviços informativos de atendimento presencial e telefónico, onde os(as) trabalhadores(as) e os(as) empregadores(as) e suas instâncias representativas podem obter informação e aconselhamento nos domínios que constituem a sua missão.

A Recomendação n.º 81 da OIT e o art.º 2.º e 3.º do Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho (Lei Orgânica da Autoridade para as Condições do Trabalho) aponta para a necessidade de incentivar a colaboração entre os funcionários dos serviços de inspeção e as organizações de empregadores(as) e de trabalhadores(as), bem como de outras entidades públicas ou privadas, para que se desenvolva o conhecimento sobre a legislação do trabalho, sobre as questões de segurança e saúde do trabalho e se transmitam orientações nesse sentido. As atividades de informação, aconselhamento e cooperação são exercidas, designadamente, através de conferências, colóquios, ações de formação, programas de rádio e televisão, redes sociais – facebook, twitter, youtube – folhetos e outros suportes explicativos que resumam as disposições legais.

Esta atividade encontra ainda expressão na disponibilização de informação no sítio *Internet* da ACT cujo endereço é www.act.gov.pt.

2.2. Atividade de controlo inspetivo

2.2.1. Visitas inspetivas e estabelecimentos visitados

No ano de 2016 os(as) inspetores(as) do trabalho efetuaram 36.076 visitas de inspeção em estabelecimentos, locais de trabalho e sedes de entidades empregadoras.

Quadro 23 – Visitas inspetivas

Tipo de visita	N.º	%
Por iniciativa própria	16.168	44,82
A pedido de terceiros	1.750	4,85
Por iniciativa e a pedido	4.148	11,50
Segundas e outras visitas	14.010	38,83
Total de visitas	36.076	100

Ilustram-se no quadro seguinte o tipo de visitas realizadas em 2016 tendo em vista a promoção da melhoria efetiva das condições de trabalho.

Quadro 24 - Visitas inspetivas por região

Regiões	Visitas de iniciativa	Visitas com origem em pedidos	Visitas de iniciativa e a pedido	Segundas e outras visitas	Total
Alentejo	1.029	49	78	535	1.691
Algarve	904	66	199	915	2.084
Centro	2.506	360	712	2.172	5.750
Lisboa e Vale do Tejo	6.315	632	1.554	5.940	14.441
Norte	5.414	643	1.605	4.448	12.110
Total	16.168	1.750	4.148	14.010	36.076

Na ação inspetiva, independentemente do que a possa ter motivado, os inspetores do trabalho procuram verificar o cumprimento das obrigações legais.

Quadro 25 - Visitas inspetivas por serviço desconcentrado da ACT

Serviço desconcentrado da ACT	Visitas
Centro Local da Península de Setúbal	1.377
Centro Local do Baixo Vouga	1.687
Unidade Local do Barreiro	928
Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo	472
Unidade Local de Braga	1.820
Centro Local do Nordeste Transmontano	813
Centro Local da Beira Interior	566
Unidade Local da Covilhã	471
Centro Local do Mondego	848
Centro Local do Alentejo Central	776
Unidade de Apoio ao CL do Mondego	270
Unidade Local de Faro	1.368
Centro Local da Beira Alta	477
Centro Local do Ave	1.673
Unidade de Apoio ao CL do Douro	224
Centro Local do Lis	811
Centro Local de Lisboa Oriental	5.008
Centro Local do Alto Alentejo	443
Centro Local do Grande Porto	4.080
Centro Local da Lezíria e Médio Tejo	992
Centro Local de Entre Douro e Vouga	1.181
Unidade Local de Setúbal	1.658

Serviço desconcentrado da ACT	Visitas
Unidade de Apoio ao CL da Lezíria e Médio Tejo	340
Centro Local do Oeste	519
Centro Local do Alto Minho	1.051
Unidade Local de Vila Franca de Xira	1.591
Centro Local do Douro	333
Unidade Local de Viseu	620
Unidade Local de Penafiel	935
Centro Local de Portimão	716
Unidade de Apoio ao CL do Oeste	488
Centro Local de Lisboa Ocidental	1.470

Quadro 26 – N.º de Visitas por dimensão do estabelecimento (n.º de trabalhadores)

Dimensão (Por n.º de trabalhadores)	Visitas	%
0-9	30.572	84,74
10-49	4.178	11,58
50-249	1.080	2,99
250 +	246	0,68
Total	36.076	100

Quadro 27- Visitas Inspecivas, estabelecimentos visitados, trabalhadores abrangidos

	2012	2013	2014	2015	2016
Visitas Inspecivas	54.922	41.546	40.665	39.306	36.076
Iniciativa	28.875	19.330	14.071	13.916	16.172
A pedido	19.155	11.652	4.840	4.393	1.750
Iniciativa e pedido	N. D.	7.400	7.190	7.190	4.148
Segundas e outras visitas	6.892	3.164	14.564	13.807	14.010
Estabelecimentos Visitados	37.398	29.539	27.738	25.447	25.339
Iniciativa	N. D.	14.908	14.977	15.171	18.330
A pedido	N. D.	9.692	4.990	3.479	1.897
Iniciativa e pedido	N. D.	4.939	7.771	6.797	5.112
N.º Trabalhadores	499.200	340.092	308.955	234.643	287.351

	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	285.510	200.138	170.060	133.315	168.747
Mulheres	213.690	139.954	138.895	101.328	118.604
Menores	13	15	35	62	190
Menores 18 anos	10	11	30	27	20
Menores 16 anos	3	4	5	35	170
Menores ilegais	1*	1*	0	4	0
Contratos a Termo	47.247	37.324	34.724	28.196	28.656
Homens	26.080	21.458	19.269	14.590	15.555
Mulheres	21.167	15.866	15.455	13.606	13.101
Trabalhadores Independentes	1.461	4.211	2.857	1.155	1.917
Trabalhadores Estrangeiros	3.767	4.178	3.604	2.915	3.277
Legais	3.679	3.971	3.463	2.808	3.195
Ilegais	88	207	141	107	82

* Ilícito criminal por utilização indevida de menor sem idade mínima/escolaridade

Quadro 28 – Trabalhadores beneficiários das ações inspetivas por situação laboral

Situação laboral	H	M	Total
Contratos por tempo indeterminado	143.942	98.688	242.630
Contratos de trabalho a termo	15.555	13.101	28.656
Contratos de trabalho temporário	6.206	3.856	10.062
Contratos de trabalho dissimulados	228	331	559
Trabalhadores não declarados detetados	1.704	1.823	3.527
Trabalhadores independentes	1.112	805	1.917
Contratos de trabalho a tempo parcial*	441	578	1.019
Contratos de trabalho de estrangeiros*	2.367	828	3.195
Contratos de trabalho de menores*	87	103	190
Total	168.747	118.604	287.351

* Abrangidos por regimes contratuais específicos

As visitas da ACT efetuadas no ano de 2016 abrangeram um total de 287.351 trabalhadores, sendo 41,2% do sexo feminino e 58,7% do sexo masculino. Dos trabalhadores abrangidos, 9,9% são contratados a termo e 3,5% trabalhadores temporários. Do universo de trabalhadores abrangidos, 1,2% eram trabalhadores não declarados e 1,1% trabalhadores estrangeiros.

Quadro 29 - Ação inspetiva por principais indicadores

Ação inspetiva	N.º
Visitas inspetivas	36.076
Entidades visitadas	22.944
Locais de trabalho visitados	25.339
Notificações para tomada de medidas em segurança e saúde no trabalho	18.609
Notificações para suspensão imediata de trabalhos	338
Advertências	3.585
Apuramento de quantias em dívida	1.184
Recomendações	209
Participações a outras entidades	1.060
Participações ao Ministério Público	105
Infrações – autos de notícia e participações contraordenacionais	10.379

Quadro 30 - N.º de Participações ao Ministério Público

Objeto da Participação	N.º
Desobediência qualificada	44
Encerramento de empresa	6
Falsificação de documentos	11
Desobediência	2
Efeitos para o empregador da falta de pagamento pontual de retribuição	2
Violação da proibição de substituição de grevistas, de coação, prejuízo ou discriminação de trabalhador	3
Participação por utilização indevida de contratos de prestação de serviços, para fins de instauração de ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho	37

Das 105 participações feitas, 64,7% foram relativas a procedimento criminal (nas situações em que os(as) inspetores(as) do trabalho recolheram indícios da prática de factos que constituem um tipo legal de crime (Código do Trabalho e Código Penal) e 35,2% no âmbito da utilização indevida de contratos de prestação de serviços.

Em 2016, a ACT fez 1.060 participações a outras entidades, como descrito no quadro seguinte.

Quadro 31 - Participações a outras entidades

Entidades Externas	Participações
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1
AUTORIDADE SEGURANÇA ALIMENTAR ECONÓMICA	12
CAMARA MUNICIPAL	9
CENTRO DE SAÚDE/SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA	4
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	1
COMISSÃO NACIONAL PROTEÇÃO DADOS	14
DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL	1
DIREÇÃO GERAL DA ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA	2
DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE	7
DIREÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA	1
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	1
INSPEÇÃO GERAL DE SAÚDE	5
INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA	294
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO	22
INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES	16
INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	7
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2
MINISTÉRIO DO AMBIENTE	3
ORDEM DOS MÉDICOS	3
POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	3
SEGURANÇA SOCIAL	604
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	19
TRIBUNAL DO TRABALHO	25
TRIBUNAL JUDICIAL	4
Total	1.060

Quadro 32 – Ação inspetiva por setores de atividades

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Visitas Inspetivas	Trabalhadores beneficiados	Apuramentos (em euros)	
			Contribuições para a Segurança Social	Créditos devidos a Trabalhadores
	1.187	7.110	125.202,92	217.849,07
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca				
B – Indústrias extrativas	199	3.105	3.048,28	11.098,95
C – Indústrias transformadoras	4.972	117.651	1.529.180,94	2.131.715,95
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	56	163	0,00	0,00
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	246	2.620	11.711,59	60.289,56
F – Construção	10.260	25.933	194.303,26	921.119,88
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4.830	31.005	252.529,90	836.693,13
H – Transportes e armazenagem	2.027	17.056	111.558,95	467.293,65
I – Alojamento, restauração e similares	3.135	15.443	373.334,50	481.007,10
J – Atividades de informação e comunicação	218	2.764	15.121,39	68.949,76
K – Atividades financeiras e de seguros	250	14.723	30.570,63	93.249,04
L – Atividades imobiliárias	769	1.012	14.086,99	61.497,79
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	623	2.646	74.972,09	227.795,25
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3.185	25.053	92.311,68	301.426,46
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	398	654	0,00	27,88
P – Educação	347	3.174	34.778,96	260.086,07
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	1.494	12.396	297.165,73	873.880,80
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	225	838	11.592,70	56.380,18
S – Outras atividades de serviço	738	3.872	275.562,42	278.833,11
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	52	39	8,14	3.361,88
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	2	0,00	0,00
CAE Ignorada	865	92	1.842,00	3.159,00
Total	36.076	287.351	3.448.883,07	7.355.714,51

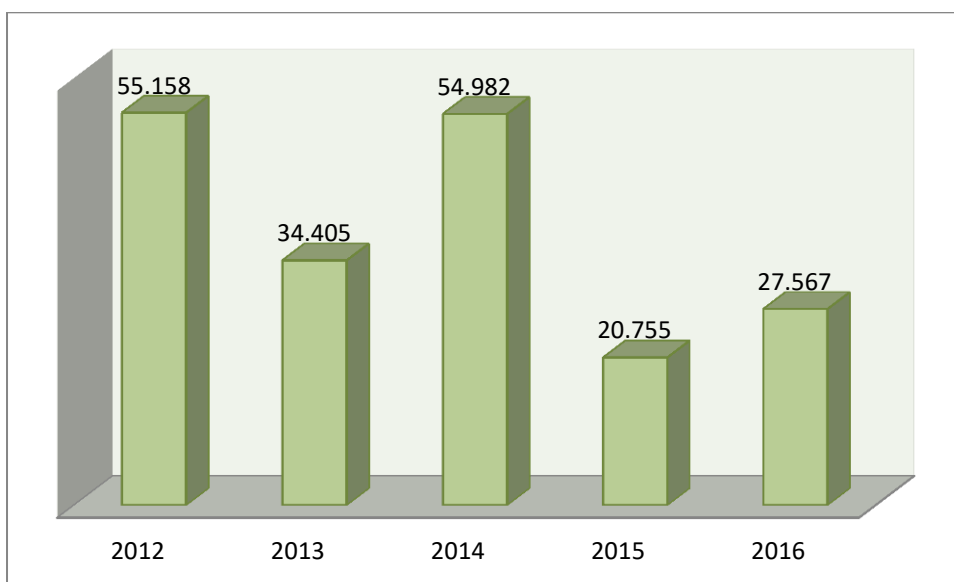
2.2.2. Informações elaboradas

Em resultado da atividade desenvolvida, foram elaboradas no ano de 2016, 27.567 informações técnicas indicadas no quadro seguinte.

Quadro 33 – Informações técnicas - 2016

Informações Técnicas	N.º	%
Iniciativa	19.195	69,63
A pedido	3.082	11,18
Iniciativa e a pedido	5.290	19,19
Total	27.567	100

Gráfico 9 - Informações técnicas - 2012/2016



2.2.3. Pedidos de intervenção

No ano de 2016 deram entrada nos diversos serviços desconcentrados da ACT **8.592** pedidos de intervenção com a origem descrita no quadro seguinte, constatando-se a **diminuição em 69,3%** quando comparado com o número de pedidos recebidos no ano de 2013.

Quadro 34 - Evolução dos pedidos de intervenção de 2012/2016

Origem	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Trabalhadores	13.210	60,5	17.596	62,8	14.526	57,7	10.872	55,35	4.433	51,6
Sindicatos	2.233	10,2	2.711	9,7	3.118	12,4	2.101	10,7	1.053	12,25
Empresas	1.242	5,7	2.003	7,2	2.480	9,9	2.202	11,2	829	9,7
Outros	5.160	23,6	5.691	20,3	5.042	20	4.469	22,75	2.277	26,5
Total	21.845	100	28.001	100	25.166	100	19.644	100	8.592	100

Quadro 35 - Pedidos de intervenção por setor de atividade

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Pedidos Entrados	%	Pedidos Respondidos	% respondidos/ entrados
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	188	3,34	167	88,83
B – Indústrias extrativas	26	0,46	25	96,15
C – Indústrias transformadoras	999	17,77	757	75,78
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,07	2	50,00
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	46	0,82	33	71,74
F – Construção	700	12,45	577	82,43
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	900	16,01	692	76,89
H – Transportes e armazenagem	308	5,48	221	71,75
I – Alojamento, restauração e similares	633	11,26	432	68,25
– Atividades de informação e comunicação	75	1,33	57	76,00
K – Atividades financeiras e de seguros	59	1,05	47	79,66
L – Atividades imobiliárias	59	1,05	52	88,14
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	184	3,27	146	79,35
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	639	11,37	512	80,13
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	21	0,37	15	71,43
P – Educação	111	1,97	80	72,07
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	383	6,81	280	73,11

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Pedidos Entrados	%	Pedidos Respondidos	% respondidos/ entrados
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	71	1,26	50	70,42
Outras atividades de serviço	190	3,38	143	75,26
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	21	0,37	19	90,48
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2	0,04	2	100
CAE Ignorada	3	0,05	1	33,33
Total	5.622	100	4.310	76,66

2.2.4. Infrações e sanções

Quadro 36 – Infrações objeto de auto de notícia ou participação contraordenacional pela ACT por setor de atividade económica

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Infrações	%	Moldura sancionatória mínima (€)
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	451	4,35	612.574,64
B – Indústrias extrativas	32	0,31	79.539,96
C – Indústrias transformadoras	1.406	13,55	2.623.459,96
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5	0,05	21.726
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	41	0,40	87.198,32
F – Construção	1.370	13,20	2.018.436,58
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.982	19,10	3.472.438,78
H – Transportes e armazenagem	552	5,32	818.784,69
I – Alojamento, restauração e similares	2.223	21,42	2.308.146,35
J – Atividades de informação e comunicação	59	0,57	160.136,2
K – Atividades financeiras e de seguros	63	0,61	156.552
L – Atividades imobiliárias	109	1,06	137.925
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	153	1,48	167.477,64
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	963	9,28	1.574.051,26
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	16	0,16	37.842
P – Educação	118	1,14	173.666,98
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	411	3,98	760.087,9
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e ...	79	0,77	101.586
S – Outras atividades de serviço	325	3,13	418.575,28
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	15	0,14	14.440,98

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Infrações	%	Moldura sancionatória mínima (€)
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais		0	
CAE Ignorada	6	0,06	5.854
Total	10.379	100	15.750.500,52

Quadro 37 - Procedimentos inspetivos da ACT em 2016

Atividade económica (CAE - Rev. 3)	Advertências	Particip. Minist. Púb	Suspensão trabalhos	Notificações			Infrações	
				Apresentação documentos	Tomada de medidas	Apuramentos quantias em dívida	ACT	Moldura Sancionatória Mínima (€)
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	83	11	3	522	898	23	451	612.574,64
B – Indústrias extrativas	4		1	81	236	3	32	79.539,96
C – Indústrias transformadoras	492	18	55	2.367	3.236	167	1.406	2.623.459,96
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1		14	20	1	5	21.726,00
E – Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	23		1	111	114	4	41	87.198,32
	308	6	248	3.850	9.156	150	1.370	2.018.436,58
F – Construção								
G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	835	9	6	2.590	1.827	295	1.982	3.472.438,78
H – Transportes e armazenagem	95	4	7	1.027	398	28	552	818.784,69
I – Alojamento, restauração e similares	754	13	1	1.867	758	161	2.223	2.308.146,35
J – Atividades de informação e comunicação	24			132	36	7	59	160.136,20
K – Atividades financeiras e de seguros	12		1	121	19	7	63	156.552,00
L – Atividades imobiliárias	33	8	5	279	332	11	109	137.925,00

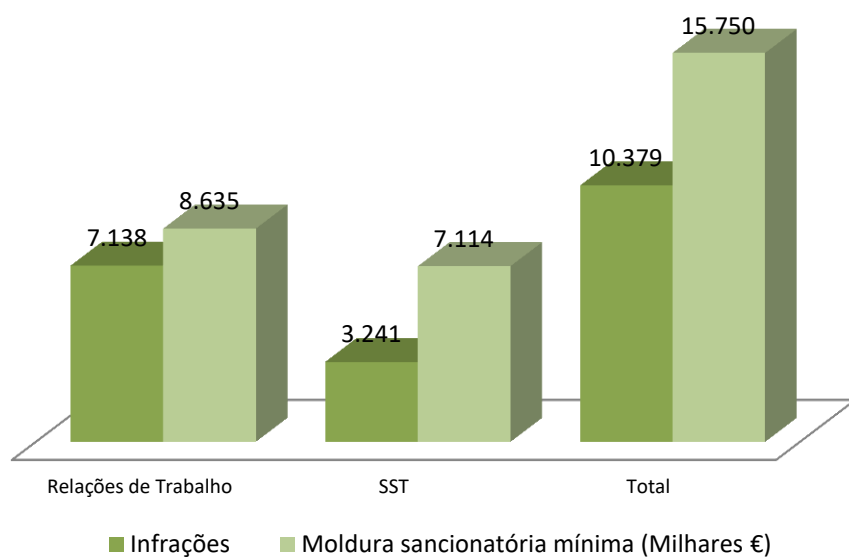
Atividade Económica (CAE – Ver 3)	Advertências	Particip. Minist. Pub.	Suspensão trabalhos	Notificações			Infrações	
				Apresentação documentos	Tomada de medidas	Apuramentos quantias em dívida	ACT	Moldura Sancionatória Máxima (€)
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	60	2		337	215	22	153	167.477,64
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	382	16	2	1.753	536	139	963	1.574.051,26
O – Administração pública, defesa e seg. social obrigatória	6		1	79	64	1	16	37.842,00
	43	6		200	38	15	118	173.666,98
P – Educação								
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	276	5	2	841	342	99	411	760.087,90
R – Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas	22			126	61	7	79	101.586,00
S – Outras atividades de serviços	128	6	2	422	267	42	325	418.575,28
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio				20	25	1	15	14.440,98
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais				2				
	4		3	30	31	1	6	5.854,00
CAE Ignorada								
Total	3.585	105	338	16.771	18.609	1.184	10.379	15.750.500,52

No ano de 2016, e em resultado da ação inspetiva desenvolvida, foram objeto de auto de notícia e participação contraordenacional pela ACT 10.379 infrações, a que correspondeu uma moldura sancionatória mínima de € 15.750.500,52.

Os setores do alojamento e restauração, comércio por grosso e a retalho/reparação de veículos, indústrias transformadoras, construção, atividades administrativas e dos serviços de apoio concentraram 76,5% do total de infrações.

Os setores da construção, indústrias transformadoras, comércio por grosso e a retalho/reparação de veículos concentraram 76,4% do total das notificações para tomadas de medidas realizadas.

O setor da construção concentrou 73,4% das suspensões de trabalhos efetuadas.

Gráfico 10 – Infrações e a respetiva moldura sancionatória mínima (milhares de €)

Quadro 38 – Infrações por serviço e respetiva moldura sancionatória mínima

Unidade Orgânica	N.º	Mínimo da moldura da coima
Unidade Local do Barreiro	965	1.621.211,86
Centro Local do Grande Porto	1.047	1.600.154,16
Centro Local da Península de Setúbal	683	1.061.161,91
Centro Local de Entre Douro e Vouga	637	992.381,36
Centro Local do Baixo Vouga	298	850.815,21
Unidade Local de Setúbal	429	781.864,27
Unidade Local de Vila Franca de Xira	396	768.788,84
Centro Local do Ave	766	663.991,96
Centro Local do Alto Minho	492	662.115,96
Centro Local do Alentejo Central	351	521.554,40
Unidade Local de Faro	310	503.011,30
Unidade Local de Penafiel	340	489.712,62
Centro Local do Oeste	313	475.136,76
Centro Local do Mondego	374	470.501,98
Centro Local de Lisboa Oriental	313	457.490,32
Centro Local da Lezíria e Médio Tejo	250	358.459,82
Centro Local de Lisboa Ocidental	224	347.667,46
Centro Local do Lis	202	316.252,88
Unidade Local de Braga	212	302.683,44
Unidade Local da Covilhã	126	298.625,45
Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo	225	293.961,24
Centro Local do Douro	247	270.639,24
Unidade Local de Viseu	209	249.594,96
Centro Local do Nordeste Transmontano	153	226.536,88
Centro Local de Portimão	154	184.167,04
Centro Local da Beira Alta	146	181.236,88
Unidade de Apoio ao CL do Oeste	90	180.535,98
Unidade de Apoio ao CL do Douro	64	149.708,88
Centro Local do Alto Alentejo	107	147.001,82
Centro Local da Beira Interior	97	116.143,88
Unidade de Apoio ao CL da Lezíria e Médio Tejo	71	101.877,76
Unidade de Apoio ao CL do Mondego	74	88.354,00
DSAAI	14	17.160,00
Total Geral	10.379	15.750.500,52

2.2.5. Apuramentos salariais e contribuições para a Segurança Social

No ano de 2016 foram realizados apuramentos salariais que beneficiaram **14.878** trabalhadores, com um valor de **€ 7.355.714,51**. Também foram apurados **€ 3.448.883,07** de contribuições para a Segurança Social, perfazendo um total de **€ 10.804.597,58**.

Quadro 39 – Apuramentos salariais e prestações sociais (em euros)

Apuramentos salariais	Valor €
Remuneração base	4.010.579,75
Subsídio de Natal	611.453,46
Subsídio de férias	622.226,82
Férias	74.442,77
Outros	2.037.011,71
Total de créditos a trabalhadores	7.355.714,51
Total de contribuições para a SS	3.448.883,07
Total	10.804.597,58

Quadro 40 - Apuramentos salariais e contribuições para a Segurança Social (2012/2016)

Ano	Apuramentos salariais a trabalhadores (em euros)	Contribuições P/Seg. Social (em euros)	Total (em euros)	Trabalhadores beneficiados ¹⁸
2012	21.992.411	4.563.890	26.556.302	13.349
2013	36.594.346,32	6.830.447,14	43.424.793,46	15.147
2014	20.020.825,98	4.442.160,19	24.462.986,17	11.959
2015	9.982.461,85	3.300.644,37	13.283.106,22	14.457
2016	7.355.714,51	3.448.883,07	10.804.597,58	14.878

¹⁸ Com apuramentos de créditos salariais.

Quadro 41 - Apuramentos salariais e contribuições para a Segurança Social por atividade económica

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Montante (em euros)		
	Total	Créditos devidos a Trabalhadores	Contribuições para a Segurança Social
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	343.051,99	217.849,07	125.202,92
B – Indústrias extrativas	14.147,23	11.098,95	3.048,28
C – Indústrias transformadoras	3.660.896,89	2.131.715,95	1.529.180,94
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	72.001,15	60.289,56	11.711,59
F – Construção	1.115.423,14	921.119,88	194.303,26
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.089.223,03	836.693,13	252.529,90
H – Transportes e armazenagem	578.852,60	467.293,65	111.558,95
I – Alojamento, restauração e similares	854.341,60	481.007,10	373.334,50
J – Atividades de informação e comunicação	84.071,15	68.949,76	15.121,39
K – Atividades financeiras e de seguros	123.819,67	93.249,04	30.570,63
L – Atividades imobiliárias	75.584,78	61.497,79	14.086,99
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	302.767,34	227.795,25	74.972,09
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	393.738,14	301.426,46	92.311,68
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	27,88	27,88	0,00
P – Educação	294.865,03	260.086,07	34.778,96
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	1.171.046,53	873.880,80	297.165,73
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	67.972,88	56.380,18	11.592,70
S – Outras atividades de serviço	554.395,53	278.833,11	275.562,42
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	3.370,02	3.361,88	8,14
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0
CAE Ignorada	5.001,00	3.159,00	1.842,00
Total	10.804.597,58	7.355.714,51	3.448.883,07

Os setores das indústrias transformadoras, construção, comércio por grosso e a retalho/reparação de veículos e atividades de saúde humana e apoio social concentraram 65,1% do total de apuramentos realizados.

Quadro 42 - Apuramentos salariais por serviço desconcentrado

Serviço desconcentrado	Trabalhadores beneficiados	Empresas acompanhadas	Montante (em euros)		
			Total	Trabalhadores	Segurança Social
Unidade Local de Setúbal	1.319	1.048	987.346,84	811.790,35	175.556,49
Centro Local do Baixo Vouga	256	871	868.215,03	707.064,37	161.150,66
Centro Local do Ave	1.391	998	783.240,63	323.956,32	459.284,31
Centro Local do Grande Porto	1.065	3.415	771.926,53	565.023,07	206.903,46
Unidade Local de Braga	564	1.084	735.721,93	84.015,43	651.706,50
Centro Local da Península de Setúbal	410	794	693.723,93	387.046,68	306.677,25
Unidade Local de Faro	980	763	691.718,14	591.122,98	100.595,16
Unidade Local de Vila Franca de Xira	963	909	575.776,88	393.517,47	182.259,41
Unidade Local de Penafiel	735	784	575.018,16	457.089,74	117.928,42
Centro Local do Alentejo Central	508	524	411.924,32	339.376,73	72.547,59
Centro Local de Entre Douro e Vouga	398	857	381.421,86	249.136,96	132.284,90
Centro Local do Douro	151	248	282.022,52	143.163,21	138.859,31
Centro Local do Lis	144	667	247.358,87	215.391,49	31.967,38
Centro Local de Lisboa Oriental	345	3.382	245.366,50	188.908,20	56.458,30
Centro Local do Nordeste Transmontano	302	593	243.609,36	195.770,02	47.839,34
Unidade Local de Viseu	382	529	230.317,51	181.320,34	48.997,17
Centro Local da Lezíria e Médio Tejo	619	668	220.837,58	171.738,17	49.099,41
Centro Local de Lisboa Ocidental	96	928	208.509,56	195.749,56	12.760,00
Centro Local do Alto Minho	215	753	192.925,76	133.541,45	59.384,31
Unidade Local do Barreiro	164	505	167.320,44	89.631,11	77.689,33
Centro Local da Beira Alta	543	320	161.258,64	119.260,21	41.998,43
Centro Local do Mondego	1.045	681	156.358,47	104.748,97	51.609,50
Centro Local da Beira Interior	284	313	152.922,80	113.389,34	39.533,46
Unidade Local da Covilhã	428	382	148.141,63	114.879,69	33.261,94
Centro Local do Oeste	168	343	146.635,19	88.403,26	58.231,93
Centro Local do Alto Alentejo	262	278	139.769,70	110.369,48	29.400,22
Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo	203	461	137.873,61	93.093,75	44.779,86
Unidade de Apoio ao CL do Oeste	322	349	85.131,88	63.417,83	21.714,05
Centro Local de Portimão	184	502	61.700,52	53.352,46	8.348,06
Unidade de Apoio ao CL do Mondego	93	202	56.187,38	42.065,76	14.121,62
Dir. de Serviços de Apoio à Actividade Inspectiva	184	47	30.932,28	19.336,22	11.596,06
Unidade de Apoio ao CL do Douro	155	171	13.383,13	9.043,89	4.339,24
Unidade de Apoio ao CL da Lezíria e Médio Tejo	0	314	0,00	0,00	0,00
Total	14.878	24.683	10.804.597,58	7.355.714,51	3.448.883,07

Os montantes relativos às contribuições apuradas, quer para trabalhadores quer a favor da Segurança Social, incluem importâncias pagas voluntariamente pelas empresas na sequência da intervenção da ACT.

Quadro 43 - Apuramentos salariais por setor de atividade económica e n.º de trabalhadores beneficiários

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Créditos devidos a Trabalhadores	N.º de trabalhadores
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	217.849,07	133
B – Indústrias extrativas	11.098,95	4
C – Indústrias transformadoras	2.131.715,95	1.788
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,00	0
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	60.289,56	74
F – Construção	921.119,88	1.021
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	836.693,13	773
H – Transportes e armazenagem	467.293,65	162
I – Alojamento, restauração e similares	481.007,10	596
J – Atividades de informação e comunicação	68.949,76	390
K – Atividades financeiras e de seguros	93.249,04	26
L – Atividades imobiliárias	61.497,79	36
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	227.795,25	65
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	301.426,46	1.709
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	27,88	1
P – Educação	260.086,07	62
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	873.880,80	870
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	56.380,18	5
S – Outras atividades de serviço	278.833,11	216
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	3.361,88	2
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0
CAE Ignorada	3.159,00	5
Total	7.355.714,51	7.938

Quadro 44 - Apuramentos de contribuições para a Segurança Social por setor de atividade económica e n.º de trabalhadores beneficiários

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	Contribuições para a Segurança Social	N.º de trabalhadores
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e	125.202,92	1.217
B – Indústrias extrativas	3.048,28	5
C – Indústrias transformadoras	1.529.180,94	1.491
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,00	0
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	11.711,59	73
F – Construção	194.303,26	758
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	252.529,90	643
H – Transportes e armazenagem	111.558,95	114
I – Alojamento, restauração e similares	373.334,50	782
J – Atividades de informação e comunicação	15.121,39	24
K – Atividades financeiras e de seguros	30.570,63	23
L – Atividades imobiliárias	14.086,99	15
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	74.972,09	56
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	92.311,68	847
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	0,00	0
P – Educação	34.778,96	45
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	297.165,73	709
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	11.592,70	12
S – Outras atividades de serviço	275.562,42	120
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	8,14	1
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0
CAE Ignorada	1.842,00	5
Total	3.448.883,07	6.940

2.3. Atividade de controlo inspetivo no domínio das relações de trabalho

A atividade inspetiva da ACT privilegia, no que toca às relações de trabalho, as matérias em cuja ação possa resultar uma efetiva mais-valia reguladora, reconhecida nos seus Planos de Atividades, designadamente, ao nível das garantias fundamentais associadas ao trabalho digno, com especial relevo para a proteção do salário, da igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego e das condições de informação, consulta e diálogo social e eliminação do trabalho não declarado e irregular.

Por seu turno, a abordagem da prevenção de riscos profissionais compreende a conjugação de esforços dos agentes públicos e privados e a compreensão de todos os componentes materiais e imateriais do trabalho como variáveis relevantes para a segurança e saúde nas organizações.

O bem-estar nos locais de trabalho depende, pois, da correlação entre a definição de políticas e programas de prevenção, do desenvolvimento das atividades de avaliação, prevenção e controlo de riscos e de vigilância da saúde, das políticas de contratação, de remuneração e de gestão de carreiras, de organização dos tempos de trabalho, bem como da conformidade dos componentes materiais do trabalho, da promoção de espaços de diálogo entre os vários níveis hierárquicos e entre empregadores(as), trabalhadores(as) e seus(suas) representantes. Tais critérios orientam a função de inspeção do trabalho na sua ação concreta.

Os dados resultantes da atividade inspetiva estão agrupados de acordo com os objetivos prefixados pelos inspetores do trabalho para as suas visitas inspetivas: se o seu objetivo fundamental era o cumprimento da legislação de segurança e saúde do trabalho, se, por outro lado, era o cumprimento da legislação respeitante às relações de trabalho, ou se o objetivo proposto compreendia ambos os domínios referidos.

2.3.1. Considerações gerais

No que respeita à verificação das condições de trabalho, no âmbito das relações laborais, da segurança e saúde no trabalho e, em simultâneo, nos dois domínios foram realizadas 36.076 visitas no ano de 2016, que abrangeram 287.351 trabalhadores, dos quais 168.747 eram do sexo masculino e 118.604 eram do sexo feminino.

Quadro 45 – Indicadores gerais por domínio

Indicadores gerais	Ano de 2016			
	Relações de trabalho (RT)	Segurança e saúde (SST)	Relações de trabalho e segurança e saúde	Total
N.º de visitas	6.117	7.685	22.284	36.076
Locais de trabalho/estabelecimentos visitados	4.673	5.240	15.426	25.339
Trabalhadores	56.679	63.579	167.093	287.351
Homens	29.569	45.169	94.009	168.747
Mulheres	27.110	18.410	73.084	118.604
Menores	27	22	141	190
Entidades Visitadas	4.460	4.628	13.856	22.944

A ação da ACT tem vindo a refletir cada vez mais uma abordagem global e integrada das situações, privilegiando-se ações inspetivas pluridimensionais que abordem simultaneamente as matérias de relações de trabalho e de SST, como se encontra evidenciado nos quadros seguintes.

Quadro 46 - Incidência da ação inspetiva exclusivamente no domínio das relações de trabalho (2012/2016)

Anos	Total de estabelecimentos visitados	Estabelecimentos visitados em RT	Ti %	N.º total Trab.	N.º Trab. RT	Ti %
2012	37.398	12.778	34,2	499.200	169.578	33,9
2013	29.539	10.106	34,2	340.092	122.379	36,0
2014	27.738	6.414	23,1	308.955	98.284	31,8
2015	25.447	4.918	19,3	234.643	64.185	27,3
2016	25.339	4.673	18,4	287.351	56.679	19,7

TI (taxa de incidência)

Quadro 47 - Incidência da ação inspetiva exclusivamente no domínio da segurança e saúde no trabalho (2012/2016)

Anos	Total de estabelecimentos visitados	Estabelecimentos visitados em SST	Ti %	N.º total trab.	N.º trab. SST	Ti %
2012	37.398	15.446	34,6	499.200	137.283	27,5
2013	29.539	5.056	17,1	340.092	67.949	20,0
2014	27.738	5.037	18,2	308.955	60.107	19,5
2015	25.447	3.949	15,5	234.643	44.814	19,1

Anos	Total de estabelecimentos visitados	Estabelecimentos visitados em SST	Ti %	N.º total trab.	N.º trab. SST	Ti %
2016	25.339	5.240	20,7	308.955	63.579	20,5

TI (taxa de incidência)

Quadro 48 - Incidência da ação inspetiva em ambos os domínios: relações de trabalho e segurança e saúde no trabalho (2012/2016)

Anos	Total de estabelecimentos visitados	Estabelecimentos visitados em RT e SST	Ti %	N.º total Trab.	N.º trab. RT e SST	Ti %
2012	37.398	11.679	31,2	499.200	192.339	38,5
2013	29.539	14.377	48,6	340.092	149.769	44,0
2014	27.738	16.287	58,7	308.955	150.564	48,7
2015	25.447	16.580	65,2	234.643	125.644	53,5
2016	25.339	15.426	60,8	287.351	167.093	48,7

TI (taxa de incidência)

Quadro 49 - Ação inspetiva desenvolvida no domínio das relações de trabalho (RT), da segurança e saúde do trabalho (SST), ou em ambos os domínios (RT e SST), por setor de atividade

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	RT	SST	RT e SST	Total
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	119	362	706	1.187
B – Indústrias extrativas	12	80	107	199
C – Indústrias transformadoras	939	1.164	2.869	4.972
D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio		26	30	56
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	34	69	143	246
F – Construção	425	3.453	6.382	10.260
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.009	567	3.254	4.830
H – Transportes e armazenagem	700	178	1.149	2.027
I – Alojamento, restauração e similares	613	185	2.337	3.135
J – Atividades de informação e comunicação	70	21	127	218
K – Atividades financeiras e de seguros	94	43	113	250
L – Atividades imobiliárias	51	425	293	769
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	124	103	396	623
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	739	260	2.186	3.185

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	RT	SST	RT e SST	Total
O – Administração pública e defesa e Segurança Social obrigatória	38	258	102	398
P – Educação	143	34	170	347
Q – Atividades de saúde humana e apoio social	523	152	819	1.494
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	60	36	129	225
S – Outras atividades de serviço	165	90	483	738
T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	8	32	12	52
U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais				
CAE Ignorada	241	147	477	865
Total	6.107	7.685	22.284	36.076

A ação inspetiva desenvolvida no domínio exclusivamente das relações de trabalho verificou-se com maior incidência no setor do comércio por grosso e a retalho, no setor das indústrias transformadoras e atividades administrativas e dos serviços de apoio com, respetivamente, 1.009, 939 e 739 ações inspetivas.

No domínio das ações exclusivamente relacionadas com condições de segurança e saúde no trabalho, a ação inspetiva desenvolvida verificou-se com maior incidência no setor da construção e das indústrias transformadoras, com, respetivamente, 3.453 e 1.164 ações inspetivas.

Por seu turno, as ações inspetivas desenvolvidas, em simultâneo, nos domínios das relações de trabalho e da segurança e saúde no trabalho, tiveram maior incidência nos setores da construção civil, comércio e reparação de veículos automóveis, das indústrias transformadoras, e alojamento, restauração e similares com, respetivamente, 6.382, 3.254, 2.869 e 2.337 ações inspetivas.

Globalmente, as atividades com maior incidência na ação da ACT, no decurso do ano de 2016, incluíram os setores da construção, das indústrias transformadoras e do comércio e reparação de veículos automóveis, com, respetivamente, 10.260, 4.972 e 4.830 ações inspetivas.

Quadro 50 - Ação inspetiva desenvolvida no domínio das relações de trabalho (RT), da segurança e saúde do trabalho (SST), ou em ambos os domínios (RT e SST), por serviço desconcentrado

Serviço desconcentrado	RT	SST	RT e SST	Total
Centro Local da Península de Setúbal	152	172	1.053	1.377
Centro Local do Baixo Vouga	405	376	906	1.687
Unidade Local do Barreiro	106	133	689	928
Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo	85	140	247	472
Unidade Local de Braga	297	322	1.201	1.820
Centro Local do Nordeste Transmontano	125	231	457	813
Centro Local da Beira Interior	87	118	361	566
Unidade Local da Covilhã	145	115	211	471
Centro Local do Mondego	85	178	585	848
Centro Local do Alentejo Central	83	218	475	776
Unidade de Apoio ao CL do Mondego	16	30	224	270
Unidade Local de Faro	316	387	665	1.368
Centro Local da Beira Alta	74	92	311	477
Centro Local do Ave	255	200	1.218	1.673
Unidade de Apoio ao CL do Douro	29	45	150	224
Centro Local do Lis	171	233	407	811
Centro Local de Lisboa Oriental	578	725	3.705	5.008
Centro Local do Alto Alentejo	123	181	139	443
Centro Local do Grande Porto	835	1.004	2.241	4.080
Centro Local da Lezíria e Médio Tejo	175	222	595	992
Centro Local de Entre Douro e Vouga	185	262	734	1.181
Unidade Local de Setúbal	405	407	846	1.658
Unidade de Apoio ao CL da Lezíria e Médio Tejo	64	86	190	340
Centro Local do Oeste	107	193	219	519
Centro Local do Alto Minho	103	160	788	1.051
Unidade Local de Vila Franca de Xira	329	460	802	1.591
Centro Local do Douro	69	124	140	333
Unidade Local de Viseu	26	148	446	620
Unidade Local de Penafiel	161	256	518	935
Centro Local de Portimão	115	153	448	716
Unidade de Apoio ao CL do Oeste	67	51	370	488
Centro Local de Lisboa Ocidental	323	245	902	1.470
Dir. de Serviços de Apoio à Actividade Inspectiva	11	18	41	70
Total	6.107	7.685	22.284	36.076

2.3.2. Informações elaboradas em matéria das relações de trabalho

Do universo das 27.567 informações técnicas elaboradas, em 2016, 22,3% reportam-se a matéria de relações de trabalho, 20% referem-se ao domínio da segurança e saúde no trabalho e 57,7% dizem respeito à intervenção inspetiva desenvolvida, simultaneamente, em ambos os domínios.

Quadro 51 - Informações técnicas no domínio das relações de trabalho (RT) da segurança e saúde do trabalho (SST), ou em ambos os domínios (RT e SST)

Informações	Ano de 2015			
	RT	SST	RT e SST	Total
Iniciativa	3.286	4.647	11.262	19.195
Pedido	2.254	537	291	3.082
Iniciativa e pedido	620	340	4.330	5.290
Total	6.160	5.524	15.883	27.567

2.3.2.1. Procedimentos coercivos e não coercivos no domínio das relações de trabalho

Os principais tipos de infração objeto de procedimento coercivo e não coercivo no âmbito das relações laborais nos locais de trabalho, estão indicados no quadro seguinte.

Quadro 52 – Procedimentos coercivos e não coercivos no domínio das relações de trabalho, por matérias

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Outros	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Presunção de laboralidade	30	45⁽¹⁾	0	94	515.711,62 €
Direitos de personalidade	36	11	0	5	3.264,00 €
Meios de vigilância à distância	3	6	0	1	2.040,00 €
Informação/afixação existência meios de vigilância à distância	32	5	0	4	1.224,00 €
Conservação de dados pessoais	1	0	0	0	0,00 €
Igualdade e não discriminação	140	1	0	30	151.706,64 €
Igualdade de acesso a emprego e no trabalho	4	0	0	2	5.304,00 €
Afixação de direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação	134	1	0	4	816,00 €
Proibição de discriminação	1	0	0	5	24.480,00 €
Assédio moral	0	0	0	18	116.822,64 €
Igualdade de condições de trabalho	1	0	0	1	4.284,00 €
Parentalidade	14	11	0	24	53.754,00 €
Licença parental inicial	0	1	0	0	0,00 €
Licença parental exclusiva do pai	1	0	0	0	0,00 €
Licença parental complementar	0	0	0	1	1.530,00 €
Exercício do direito a trabalhar a tempo parcial	5	0	0	4	32.334,00 €
Comunicação à CITE de recusa de autorização de trabalho a tempo parcial	0	0	0	11	12.240,00 €
Parecer prévio da CITE – despedimento	0	0	0	3	2.550,00 €
Parecer desfavorável da CITE - despedimento após decisão judicial	0	0	0	1	714,00 €
Dispensa para amamentação ou aleitação	1	0	0	2	2.142,00 €
Dispensa de trabalho noturno	0	0	0	1	1.530,00 €
Horário flexível com filho menor de 12 anos	3	0	0	1	714,00 €

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Outros	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Regime de licenças, faltas e dispensas	3	0	0	0	0,00 €
Proteção de grávida, puérpera ou lactante	1	10	0	0	0,00 €
Comunicação da admissão de trabalhadores à segurança social	10	0	0	1.582	1.385.812,50 €
Trabalho de menores	0	1	2⁽²⁾	3	2.856,00 €
Trabalhador com deficiência ou doença crónica	0	1	0	1	1.530,00 €
Trabalhador-Estudante	2	0	0	1	1.530,00 €
Estrangeiros	4	0	0	86	69.666,00 €
Dever informação a trabalhadores	34	0	0	20	19.278,00 €
Pluralidade de Empregadores	0	0	0	1	27.540,00 €
Destacamento de trabalhadores	4	0	0	103	88.128,00 €
Atividade do trabalhador	7	1	0	11	12.444,00 €
Direitos, deveres e garantias das partes	373	1	0	158	380.253,96 €
Oposição ao exercício dos direitos do trabalhador	4	0	0	6	30.804,00 €
Direito ocupação efetiva	8	1	0	26	177.104,64 €
Obrigar o trabalhador a adquirir bens ou serviços a ele próprio ou a pessoa por ele indicada	1	0	0	0	0,00 €
Proibição de diminuição de retribuição	4	0	0	23	105.366,00 €
Proibição de cedência do trabalhador para utilização de terceiro	0	0	0	11	29.035,32 €
Mudança de trabalhador para categoria inferior	0	0	0	1	3.264,00 €
Registo de pessoal	356	0	0	91	34.680,00 €
Formação profissional	14	1	0	10	10.914,00 €
Formação contínua	13	1	0	10	10.914,00 €
Elaboração do plano de formação	1	0	0	0	0,00 €
Contratos de trabalho a termo	68	0	0	125	288.263,81 €
Admissibilidade de contrato de trabalho a termo certo	4	0	0	15	122.808,00 €

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Outros	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Menção expressa dos factos que integram motivo justificativo	34	0	0	52	96.503,81 €
Indicação do termo e respetivo motivo justificativo	26	0	0	37	44.064,00 €
Sucessão de contratos de trabalho a termo	1	0	0	7	11.220,00 €
Comunicação à CITE do motivo da não renovação do CT de grávida puérpera ou lactante	1	0	0	6	4.794,00 €
Preferência na admissão como trabalhador sem termo	1	0	0	1	1.224,00 €
Compensação por caducidade de contrato de trabalho a termo	1	0	0	7	7.650,00 €
Trabalho temporário	22	17	0	29	69.972,00 €
Agências privadas de colocação	2	0	0	1	1.400,00 €
Controlo das condições de condução e repouso em transportes rodoviários	5	0	0	361	471.335,69 €
Local de trabalho	3	0	0	5	5.916,00 €
Duração e organização do tempo de trabalho	338	1	0	1.200	1.069.784,98 €
Registo de tempos de trabalho acessível	226	1	0	987	865.988,98 €
Conteúdo registo do tempo de trabalho	93	0	0	145	137.496,00 €
Registo do trabalhador que presta serviço no exterior da empresa	5	0	0	3	2.346,00 €
Prazo de conservação do registo de tempos de trabalho	0	0	0	9	6.936,00 €
Limites máximo de PNT	7	0	0	47	48.042,00 €
Adaptabilidade	2	0	0	2	2.142,00 €
Banco de Horas	5	0	0	7	6.834,00 €
Horário Trabalho	1.251	0	0	641	505.478,98 €
Intervalo de descanso	8	0	0	100	131.682,00 €
Descanso diário	5	0	0	37	39.576,00 €
Elaboração de horário de trabalho	10	0	0	0	0,00 €
Elementos obrigatórios do mapa de horário trabalho	373	0	0	263	237.830,98 €
Identificação dos trabalhadores	35	0	0	21	19.176,00 €

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Outros	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Afixação do mapa horário de trabalho	787	0	0	200	56.304,00 €
Alteração de horário de trabalho	10	0	0	8	9.792,00 €
Horário de trabalho com turnos	23	0	0	12	11.118,00 €
Trabalho a tempo parcial	0	0	0	1	612,00 €
Trabalho por turnos	20	1	0	50	57.426,00 €
Trabalho noturno	1	4	0	0	0,00 €
Trabalho suplementar	19	0	0	124	346.935,66 €
Condições de prestação de trabalho suplementar	0	0	0	1	3.264,00 €
Limites do trabalho suplementar	0	0	0	29	222.801,66 €
Registo trabalho suplementar	18	0	0	89	103.224,00 €
Descanso compensatório	1	0	0	5	17.646,00 €
Descanso semanal	2	0	0	24	22.440,00 €
Férias	351	0	0	150	92.820,00 €
Duração do período de férias	11	0	0	13	15.096,00 €
Ano do gozo das férias	2	0	0	1	612,00 €
Marcação do período de férias	33	0	0	15	19.380,00 €
Mapas de férias	301	0	0	91	30.396,00 €
Alteração do período de férias	1	0	0	2	3.060,00 €
Efeitos da cessação do contrato de trabalho no direito a férias	2	0	0	23	18.360,00 €
Violação do direito a férias	1	0	0	5	5.916,00 €
Retribuição	74	0	0	444	1.169.866,48 €
Subsídio de natal	8	0	0	90	366.042,94 €
Subsídio de férias	8	0	0	54	292.378,11 €
Remuneração mínima mensal garantida	1	0	0	15	39.984,00 €

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Outros	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Retribuição – forma de cumprimento	1	0	0	3	50.195,81 €
Recibo de retribuição	37	0	0	34	18.156,00 €
Retribuição – tempo de cumprimento	13	0	0	197	187.884,00 €
Trabalho noturno	1	0	0	14	75.208,30 €
Trabalho suplementar	3	0	0	15	18.054,00 €
Compensações e descontos	2	0	0	17	97.483,32 €
Pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	0	0	0	5	24.480,00 €
Declaração da falta de pagamento pontual da retribuição	1	0	0	51	48.144,00 €
Situação de crise empresarial	0	0	0	12	28.729,32 €
Transmissão de empresa	0	0	0	23	24.072,00 €
Cedência ocasional	0	0	0	4	3.774,00 €
Regulamento interno	1	0	0	1	1.530,00 €
Cessação de contrato de trabalho	21	0	0	284	126.990,00 €
Emissão de certificado de trabalho	18	0	0	62	21.420,00 €
Revogação por acordo	0	0	0	1	204,00 €
Despedimento por facto imputável ao trabalhador	0	0	0	3	2.754,00 €
Despedimento coletivo	1	0	0	26	16.830,00 €
Por extinção de posto de trabalho	2	0	0	179	74.562,00 €
Por inadaptação	0	0	0	4	4.284,00 €
Compensação	0	0	0	9	6.936,00 €
Atividades de representação de trabalhadores	8	1	0	2	3.060,00 €
Regulamentação coletiva trabalho	352	0	0	429	1.041.650,03 €
Retribuição	57	0	0	116	233.682,00 €
Subsídio de Natal	4	0	0	0	0,00 €
Subsídio/ Retribuição de férias	9	0	0	9	7.956,00 €
Subsídio de turno/ Mudança de turno	11	0	0	35	102.000,00 €

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Outros	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Subsídio de alimentação	51	0	0	28	37.298,98 €
Trabalho noturno	3	0	0	18	12.036,00 €
Trabalho suplementar	7	0	0	24	24.174,00 €
Diuturnidades	11	0	0	15	45.696,00 €
Duração e organização do tempo de trabalho	7	0	0	17	33.048,00 €
Outros subsídios	6	0	0	2	2.244,00 €
Violação de IRCT - Generalidade de trabalhadores	43	0	0	57	59.568,00 €
Violação de IRCT - por cada trabalhador	111	0	0	104	481.907,05 €
Publicidade de IRCT	32	0	0	4	2.040,00 €
Greve	0	0	0	4	45.900,00 €
Relatório Único	7	1	0	128	160.242,00 €
Poder disciplinar	1	0	0	1	612,00 €
Período de laboração	2	0	0	9	8.160,00 €
Atividade profissional dos marítimos	1	0	0	5	2.244,00 €
Trabalho a bordo das embarcações de pesca	0	0	0	1	612,00 €
Trabalho no domicílio	1	1	0	0	0,00 €
Estágios Profissionais	0	0	0	2	1.428,00 €
FCT e FGCT	1	0	0	18	44.335,32 €
Legislação desemprego	23	0	0	324	72.625,00 €
Apresentação / envio documentos	148	0	0	555	194.310,00 €
Quantias em dívida	7	0	1.184⁽³⁾	1	612,00 €
Total	3.398	99	1.231	7.138	8.635.669,99 €

(1) Notificações por utilização indevida do contrato de prestação de serviços

(2) Suspensões de trabalho

(3) Notificações para apuramento de quantias em dívida

2.3.2.2. Procedimentos coercivos e não coercivos no domínio da segurança e saúde no trabalho

A atividade concreta desenvolvida pela ACT nos locais de trabalho concretiza-se, nomeadamente, através de um conjunto de instrumentos aplicados pelos(as) inspetores(as) do trabalho (advertências, notificações para tomada de medidas, autos de notícia, suspensões imediatas de trabalho em situações de perigo grave e iminente e participações-crime).

Tais instrumentos revestem-se de uma natureza eminentemente preventiva na estratégia da abordagem assegurada pelos(as) inspetores(as) do trabalho. Com efeito, a sua utilização integra uma importante componente técnica que, associada ao exercício dos poderes de autoridade dos(as) inspetores(as), tem em vista obter melhorias nas condições de trabalho, contribuindo para a redução da sinistralidade laboral.

O sancionamento das infrações verificadas cumpre também funções de prevenção, além de prosseguir objetivos de assegurar a efetividade do direito. Nesse âmbito, foram formalizadas 90 advertências.

Os principais tipos de infração objeto de procedimento inspetivo no âmbito da segurança e saúde nos locais de trabalho estão indicados no quadro seguinte, grande parte dos quais são formalizados com base em disposições que transpõem Diretivas Comunitárias especiais.

Quadro 53 – Procedimentos nos domínios da SST

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Suspensões de trabalho	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Princípios gerais de prevenção	17	823	6	132	740.716,18 €
Participação trabalhadores	1	220	0	21	94.857,96 €
Informação	1	106	0	12	48.788,64 €
Consulta	0	114	0	9	46.069,32 €
Formação	11	511	0	79	68.748,00 €
Falta de formação adequada em SST	11	478	0	78	68.136,00 €
Formação (trabalhadores designados/ responsáveis pela aplicação das medidas de emergência / representantes dos trabalhadores)	0	33	0	1	612,00 €
Organização dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	5	108	0	150	420.926,10 €
Atividades principais do serviço de SST	10	686	0	15	12.546,00 €

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Suspensões de trabalho	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Proteção do património genético	0	20	0	1	1.020,00 €
Serviço de segurança no trabalho	0	4	0	2	2.550,00 €
Vigilância da saúde	25	393	0	861	894.824,79 €
Atividades emergência – Incêndio, 1ºs socorros e evacuação de trabalhadores	1	34	0	3	24.684,00 €
Serviço comum de segurança e saúde no trabalho	0	1	0	0	0,00 €
Prestação de serviços externos de SST sem autorização	0	8	1	23	90.499,32 €
Coordenação de atividades externas	0	21	0	13	79.866,00 €
Acompanhamento serviços externos SST	0	0	0	1	612,00 €
Atividades simultâneas ou sucessivas no mesmo local de trabalho	0	21	1	12	79.254,00 €
Serviço de interno de segurança e saúde no trabalho	1	8	0	2	1.428,00 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	80	42	0	1.261	3.211.999,22 €
Seguro de acidentes de trabalho (falta)	8	7	0	967	3.043.709,66 €
Seguro de acidentes de trabalho (declarações omissas ou insuficientes)	43	29	0	178	140.388,00 €
Seguro de acidentes de trabalho (falta de identificação da seguradora no recibo de retribuição)	11	0	0	9	6.426,00 €
Seguro de acidentes de trabalho – trabalhador independente (falta)	4	0	0	87	4.339,56 €
Obrigações de reabilitação e reintegração profissional	0	5	0	1	1.224,00 €
Participação à seguradora de acidente de trabalho (falta)	0	0	0	13	11.628,00 €
Participação à seguradora não remetida por meio informático	0	1	0	0	0,00 €
Afixação na empresa dos direitos e obrigações do sinistrado e dos responsáveis	14	0	0	0	0,00 €
Empregador sem responsabilidade transferida - participação escrita a Tribunal	0	0	0	6	4.284,00 €
Documentos obrigatórios - Comunicação acidentes de trabalho à ACT e documentos em falta	1	4	0	40	40.902,00 €
Exigências essenciais da segurança de máquinas¹⁹	0	12	0	0	0,00 €

¹⁹ Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho, que regula a colocação no mercado e a entrada em serviço das máquinas.

Matérias	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Suspensões de trabalho	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Diretivas comunitárias SST especiais^{20 21}	35	15.615	329	638	1.429.262,96 €
Total	187	18.510	336	3.241	7.114.830,53 €

Quadro 54 – Procedimentos inspetivos (diretivas comunitárias SST especiais)

Diplomas de transposição de diretivas comunitárias especiais	Advertências	Notificações para tomada de medidas	Suspensões de trabalho	Infrações	Moldura sancionatória mínima (€)
Locais de trabalho	8	3.176	3	51	173.095,28 €
Equipamento de trabalho	0	2.052	111	153	256.393,32 €
Equipamento com visor	0	7	0	0	0,00 €
Equipamento proteção individual	1	558	3	25	23.358,00 €
Movimentação manual cargas	0	36	0	1	1.530,00 €
Sinalização segurança	0	207	0	5	4.998,00 €
Agentes físicos	1	132	0	2	5.438,64 €
Ruído	1	129	0	1	2.719,32 €
Vibrações	0	3	0	1	2.719,32 €
Radiações óticas	0	0	0	0	0,00 €
Agentes químicos	1	795	14	32	62.592,30 €
Agentes químicos	0	334	0	4	5.473,32 €
Agentes cancerígenos	0	5	0	0	0,00 €
Amianto	1	449	14	28	57.118,98 €
Atmosferas explosivas	0	7	0	0	0,00 €
Agentes biológicos	0	15	0	0	0,00 €
Setores especiais	24	8.637	198	369	901.857,42 €
Segurança na construção	24	8.543	198	367	899.715,42 €
Indústria extrativa	0	68	0	1	1.530,00 €
Embarcações de pesca	0	26	0	1	612,00 €
Total	35	15.615	329	638	1.429.262,96 €

²⁰ Os dados referentes às diretivas comunitárias especiais encontram-se discriminados no quadro seguinte.

²¹ As normas estabelecidas nas diretivas específicas são as normas mínimas de protecção dos trabalhadores, podendo os Estados-Membros optar por manter ou aumentar os níveis de protecção

Apresentam-se no quadro seguinte os dados relativos a processos administrativos (autorizações solicitadas para a realização de trabalho e comunicações obrigatórias dirigidas à ACT) bem como aos procedimentos inspetivos referentes à exposição ocupacional ao amianto, de acordo com a disciplina legal decorrente da transposição da Diretiva 2009/148/CE sobre a matéria.

**Quadro 55 - Procedimentos inspetivos
no domínio da exposição ocupacional ao amianto**

	Diploma DL 266/2007			Procedimentos				Documentos obrigatórios
	Visitas inspetivas	Entidades	Locais de trabalho	Notificação tomada de medidas	Suspensão imediata de trabalhos	Infrações atuadas	Moldura sancionatória mínima (€)	
2012	92	46	78	166	ND	13	34.476,00	120
2013	134	67	92	524	3	10	26.928,00	471
2014	321	144	219	604	13	25	59.395,62	562
2015	494	146	354	487	8	16	45.762,30	779
2016	396	147	289	449	14	28	57.118,98	833

2.4. Licenciamento Industrial

No âmbito dos processos de licenciamento industrial, a ACT emite pareceres, a solicitação da respetiva entidade coordenadora, e integra as “vistorias” conjuntas com a entidade licenciadora e demais entidades participantes aos estabelecimentos industriais antes de iniciarem a respetiva laboração ou na sequência de alterações à configuração do processo produtivo, tendo em vista assegurar uma intervenção no domínio da segurança do trabalho na fase de projeto (segurança integrada), de que se destacam o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação²², o Regime Geral da Gestão de Resíduos²³, bem como o Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos.

No decurso de 2016, a ACT emitiu 298 pareceres e participou em 93 vistorias em procedimentos de licenciamento previstos em vários regimes jurídicos, tendo existido um aumento significativo se comparado com o ano anterior – 2015: 134 pareceres e 31 vistorias.

²² Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor.

²³ Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

Quadro 56 – Licenciamento Industrial
Pareceres/vistorias por setor de atividade

Atividades (CAE – REV 3)	2016	
	Pareceres	Vistorias
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	82	15
B – Indústrias extrativas	12	3
C – Indústrias transformadoras	153	62
E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8	4
F – Construção	10	2
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	23	5
H – Transportes e armazenagem	2	1
I – Alojamento, restauração e similares	1	0
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5	1
S – Outras atividades de serviço	1	0
CAE Ignorada	1	0
Total	298	93

2.5. Acidentes de trabalho objeto de inquérito ACT

A ocorrência de acidentes de trabalho constitui um indicador expressivo da existência de disfunções nos locais de trabalho e nas respetivas envolventes. A informação da sua ocorrência permite à ACT direcionar com maior acerto a atividade inspetiva para as situações de trabalho evidenciadas, permitindo também às organizações produtivas conhecer melhor as necessidades de correção das medidas de prevenção aplicadas nos locais de trabalho. Esta é, aliás, a razão pela qual a ACT é destinatária de informação sobre a ocorrência de acidentes de trabalho graves e mortais.

Compete aos(as) inspetores(as) do trabalho proceder à realização de inquéritos de acidentes de trabalho, em especial sobre os acidentes mortais ou que revistam carácter grave ou frequente. Esta tarefa é de importância fundamental porque permite avaliar as medidas suscetíveis de evitar a sua repetição, propor, fazer aplicar e acompanhar a efetivação das medidas de controlo que se demonstrem necessárias. O inquérito visa um diagnóstico do contexto que originou o acidente de trabalho, desencadeando o estudo das condições de trabalho na empresa/organização em questão e uma análise global da situação de trabalho, uma vez que, por princípio, o acidente tem origem em múltiplas causas. Acessoriamente, à ACT pode ser solicitada a realização de “*inquérito urgente e sumário*” de acidente de trabalho²⁴ para servir de apoio à atividade dos Tribunais de Trabalho.

Delimitação de conceitos no âmbito dos inquéritos de acidente de trabalho realizados pela ACT

Acidente de trabalho: Todo o acontecimento inesperado e imprevisto incluindo os atos de violência, derivado do trabalho ou com ele relacionado²⁵, do qual resulta uma lesão corporal ou mental ou a morte, de um ou vários trabalhadores.

São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica ou estão a trabalhar ou realizam tarefas para o empregador.

São ainda considerados acidentes de trabalho os acidentes de trajeto. O acidente de trajeto é o acidente que ocorre no trajeto normalmente utilizado pelo trabalhador, qualquer que seja a direção na qual se desloca, entre o seu local de trabalho ou de formação ligado à sua atividade profissional e a sua residência principal ou secundária, o local onde toma normalmente

²⁴ As estatísticas da justiça sobre “Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”(2007-2013) encontram-se disponíveis em

http://www.siej.dgpi.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_63572492386937500

0

²⁵ Ocorrido no local e no tempo de trabalho.

as suas refeições ou o local onde recebe normalmente o seu salário, do qual resulta a morte ou lesões corporais. O acidente de trajeto é também designado de acidente *in itinere*.

Exclusões

Das definições referenciadas devem considerar-se excluídos do âmbito de intervenção da ACT, para além daqueles acidentes que são devidos a **“forças inevitáveis da natureza”** e são **“independentes da intervenção humana”**, os designados **acidentes tecnológicos**, isto é aqueles cujo fator causal principal seja alheio a uma atividade de trabalho propriamente dita e, por isso, não se devam a risco criado pelas condições de trabalho.

Acidentes de trabalho mortais objeto do inquérito da ACT

A ACT realiza inquérito a todos os acidentes de trabalho mortais que lhe tenham sido comunicados ou dos quais tenha conhecimento por qualquer forma, socorrendo-se para o efeito de todas as fontes, formais ou informais, de informação, entre as quais as participações obrigatórias dos empregadores e, no caso da construção civil, das entidades executantes e dos donos de obra, as participações das autoridades policiais e da comunicação social. Na seleção e priorização dos inquéritos de acidente de trabalho incluem-se os inquéritos realizados aos acidentes de viagem, de transporte ou de circulação e aos acidentes *in itinere*.

Importa realçar que os dados estatísticos apresentados neste relatório referem-se, única e exclusivamente, a acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito de acidente de trabalho por parte da ACT.

No decurso do ano de 2016, a ACT realizou 140 inquéritos de acidentes de trabalho mortais²⁶.

Nos quadros seguintes apresenta-se o número de inquéritos realizados no ano de 2016 a acidentes de trabalho mortais, por tipo de acidente, atividade económica, dimensão da empresa, momento da ocorrência, natureza do desvio, agente material, sexo e idade do trabalhador, tipo de lesão e localização geográfica.

²⁶ Dados recolhidos em 27 de fevereiro de 2017.

Quadro 57 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT no ano respetivo - por tipo de acidente

Tipo de acidente	Ano da ocorrência			
	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	%
Nas instalações	107	104	119	85
In itinere	9	17	10	7
Em viagem, transporte ou circulação	19	21	11	8
Total	135	142	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a ⁽¹⁾24/02/2016 e ⁽²⁾27/02/2017

Os setores de atividade económica onde foram inquiridos mais acidentes de trabalho foram, por ordem decrescente e em termos absolutos, os setores da construção, da indústria transformadora, da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

Quadro 58 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por atividade económica

Seção CAE	Designação	N.º acidentes mortais	
		Total	%
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	15	10
B	Indústrias extrativas	5	3
C	Indústrias transformadoras	28	20
D	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	1
F	Construção	43	31
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	16	11
H	Transportes e armazenagem	11	8

Seção CAE	Designação	N.º acidentes mortais	
		Total	%
I	Alojamento, restauração e similares	1	1
J	Atividades de informação e de comunicação	1	1
K	Atividades financeiras e de seguros	0	0
L	Atividades imobiliárias	0	0
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	1
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11	8
O	Administração Pública e defesa; Segurança Social obrigatória	0	0
P	Educação	1	1
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1	1
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0	0
S	Outras atividades de serviços	2	1
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	0	0
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0
CAE ignorada		3	2
TOTAL		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 59 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por tipo de empresa

Tipo de empresa por n.º de trabalhadores	Total	%
1-9 trabalhadores	57	40,7
10-49 trabalhadores	34	24,3
50-249 trabalhadores	25	17,8
250-499 trabalhadores	3	2,2
500 trabalhadores ou mais	9	6,4
Dimensão desconhecida	0	0
Trabalhadores Independentes, sem trabalhadores a cargo	3	2,2
Em averiguação	9	6,4
Total	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 60 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por mês de ocorrência

Mês	Total	%
Janeiro	23	16,43
Fevereiro	17	12,14
Março	14	10
Abril	8	5,71
Maio	10	7,14
Junho	13	9,29
Julho	7	5
Agosto	14	10
Setembro	12	8,57
Outubro	6	4,29
Novembro	10	7,14
Dezembro	6	4,29
Total	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 61 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por dias da semana

ias da semana	Total	%
2ª feira	25	17,86
3ª feira	27	19,29
4ª feira	38	27,14
5ª feira	21	15
6ª feira	14	10
Sábado	14	10
Domingo	1	0,71
Total	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 62 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por desvio

Código	Desvio	Total	%
0	Nenhuma informação	18	12,86
10	Desvio por problema elétrico, explosão, incêndio	2	1,43
20	Desvio por transbordo derrubamento, fuga, escoamento, vaporização e emissão	3	2,14
30	Rutura, arrombamento, rebentamento, resvalamento, queda, desmoronamento de agente material	27	19,29
40	Perda total ou parcial de controlo de máquina, meio de transporte – equipamento de movimentação, ferramenta manual, objeto, animal	8	5,71
51	Queda de pessoa do alto	13	9,29
52	Escorregamento ou hesitação com queda de pessoa – ao mesmo nível	10	7,14
60	Movimento do corpo sujeito a constrangimento físico (conduzindo geralmente a lesão externa)	1	0,71
70	Movimento do corpo sujeito a constrangimento físico (conduzindo geralmente a lesão interna)	8	5,71
80	Surpresa, susto, violência, agressão, ameaça, presença	1	0,71
99	Outro desvio	26	18,57
Em averiguação		23	16,43
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 63 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por contacto – modalidade da lesão

Código	Contato - modalidade da lesão	Total	%
0	Nenhuma informação	17	12,14
10	Contacto com corrente elétrica, temperatura, substância perigosa via inalação, contacto com a pele/olhos ou ingestão	3	2,14
20	Afogamento, soterramento, envolvimento	4	2,86
30	Esmagamento em movimento vertical ou horizontal sobre / contra um objeto imóvel	23	16,43
40	Pancada por objeto em movimento, colisão com um objeto em movimento, incluindo veículos - colisão com uma pessoa	17	12,14
50	Contacto com agente material cortante	1	0,71
60	Entalção, esmagamento, arranque (secção de um membro, mão, dedo), etc.	22	15,71

Código	Contato - modalidade da lesão	Total	%
70	Constrangimento físico do corpo, constrangimento psíquico	1	0,71
80	Mordedura, pontapé (animal ou humano)	0	0
99	Outro Contacto - modalidade da lesão não referida nesta classificação	16	11,43
Em averiguação		36	25,71
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 64 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por tipo de local

Código	Tipo de local	Total	%
0	Nenhuma informação	1	0,71
10	Zona industrial	19	13,57
20	Estaleiro, construção, pedreira, mina a céu aberto	31	22,14
30	Área de agricultura, produção animal, piscicultura, zona florestal	15	10,71
40	Local de atividades terciária, escritório, entretenimento, diversos	6	4,29
50	Estabelecimento de saúde	0	0
60	Local público	17	12,14
70	Domicílio	1	0,71
80	Local de atividade desportiva	0	0
90	No ar, em altura – com exclusão de estaleiros	2	1,43
100	Subterrâneo – com exclusão de estaleiros	0	0
110	Sobre água – com exclusão de estaleiros	1	0,71
120	Em meio hiperbárico – com exclusão de estaleiros	0	0
999	Outro tipo de local de trabalho	11	7,86
Em averiguação		36	20
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 65 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por agente material da atividade

Código	Agente material	Total	%
00.00	Nenhum agente material ou nenhuma informação	17	12,14
01.00	Edifícios, construções, superfícies - ao nível do solo (interior ou exterior, fixos ou móveis, temporários ou não)	7	5
02.00	Edifícios, construções, superfícies, acima do solo (interior ou exterior)	14	10
03.00	Edifícios, construções, superfícies, abaixo do solo (interior ou exterior)	1	0,71
04.00	Dispositivo de distribuição de matéria, de alimentação, canalizações	0	0
05.00	Motores, dispositivos de transmissão e de armazenamento de energia	1	0,71
06.00	Ferramentas manuais – não motorizadas	0	0
07.00	Ferramentas sustidas ou conduzidas manualmente – mecânicas	0	0
08.00	Ferramentas manuais – sem especificações quanto à motorização	0	0
09.00	Máquinas e equipamentos portáteis ou móveis	12	8,57
10.00	Máquinas e equipamentos – fixos	4	2,86
11.00	Dispositivos de transporte e de armazenamento	7	5
12.00	Veículos terrestres	14	10
13.00	Outros veículos de transporte	3	2,14
14.00	Materiais, objetos, produtos, componentes de máquina, estilhaços, poeiras	13	9,29
15.00	Substâncias químicas, explosivas, radioativas, biológicas	0	0
16.00	Dispositivos e equipamentos de segurança	0	0
17.00	Equipamentos de escritórios e pessoais, material de desporto, armas, equipamento doméstico	0	0
18.00	Organismos vivos e seres humanos	2	1,43
19.00	Resíduos diversos	0	0
20.00	Fenómenos físicos e elementos naturais	3	2,14
99.00	Outros agentes materiais não referenciados nesta classificação	6	4,29
Em averiguação		36	25,71
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 66 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por tipo de lesão

Código	Tipo de lesão	Total	%
0	Tipo de lesão desconhecida	25	17,86
10	Feridas e lesões superficiais	0	0
20	Fraturas	6	4,29
30	Deslocações, entorses e distensões	0	0
40	Amputações (perda de partes do corpo)	0	0
50	Concussões e lesões internas	13	9,29
60	Queimaduras, escaldaduras e congelação	1	0,71
70	Envenenamentos (intoxicações), infeções	0	0
80	Afogamento e asfixia	3	2,14
90	Efeitos do ruído, vibrações e pressão	0	0
100	Efeitos de temperaturas extremas, luz e radiações	0	0
110	Choque	5	3,57
120	Lesões múltiplas	45	32,14
99	Outras lesões especificadas	6	4,29
Em averiguação		36	25,71
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

**Quadro 67 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito
Tratados pela ACT em 2016- por parte do corpo atingida**

Código	Parte do corpo atingida	Total	%
0	Parte do corpo atingida, outra ou não especificada	8	5,71
10	Cabeça	20	14,29
20	Pescoço, incluindo espinha e vértebras do pescoço	0	0
30	Costas, incluindo espinha e vértebras	2	1,43
40	Tórax e órgãos torácicos	11	7,86
50	Extremidades superiores	1	0,71
60	Extremidades inferiores	2	1,43
70	Corpo inteiro e múltiplas partes	49	35
99	Outras partes do corpo não especificadas	11	7,86
Em averiguação		36	25,71
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

**Quadro 68 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito
tratados pela ACT em 2016 - por grupo profissional**

Código	Profissão do sinistrado	Total	%
10	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	3	2,14
20	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	0	0
30	Técnicos e profissionais de nível intermédio	4	2,86
40	Pessoal administrativo e similares	5	3,57
50	Pessoal dos serviços e vendedores	6	4,29
60	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	4	2,86
70	Operários, artífices e trabalhadores similares	28	20
80	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	14	10
90	Trabalhadores não qualificados	40	28,57
0	Forças armadas	0	0
Em averiguação		36	25,71
Total		140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 69 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por nacionalidade

Nacionalidade	Total	%
Cidadão nacional	130	92,86
Estrangeiro da U.E.	9	6,43
Estrangeiro, de um país terceiro	0	0
Nacionalidade desconhecida	1	0,71
Em averiguação	0	0
Total	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 70 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por sexo

Sexo	Total	%
Feminino	9	6,43
Masculino	131	22,14
Total	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 71 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT em 2016 - por faixa etária

Faixa etária	Total	%
Até 24	4	2,86
25-34	7	5,00
35-44	25	17,86
45-54	31	22,14
55-64	32	22,86
65 e mais anos	5	3,57
Desconhecida	36	25,71
Total	140	100

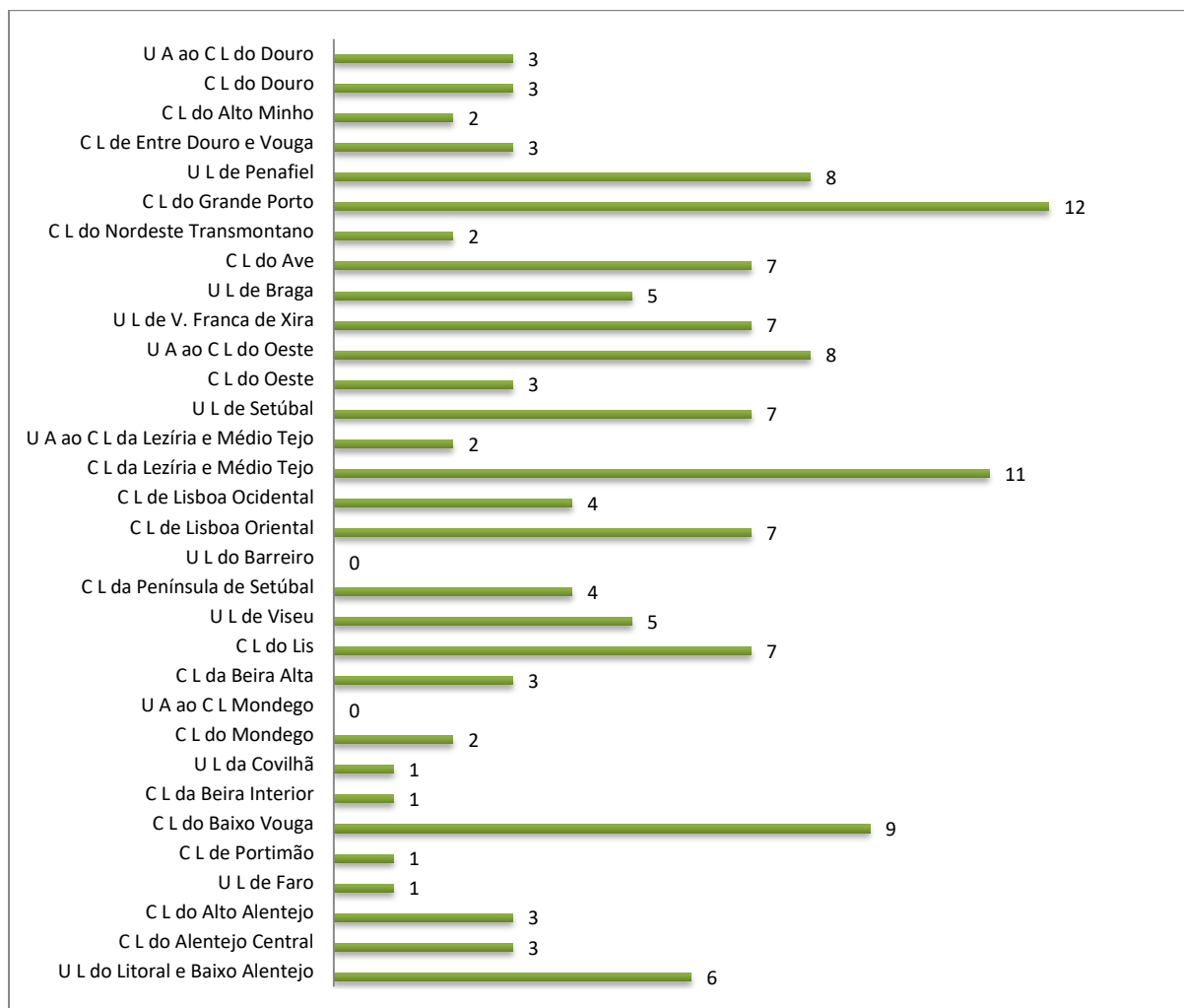
Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 72 - Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito tratados pela ACT por distrito, em 2016

Distrito	Total	%
Lisboa	21	15
Porto	20	14,29
Leiria	15	10,71
Santarém	13	9,29
Aveiro	12	8,57
Braga	12	8,57
Setúbal	11	7,86
Beja	7	5
Viseu	6	4,28
Vila real	5	3,57
Guarda	3	2,14
Portalegre	3	2,14
Bragança	2	1,43
Castelo Branco	2	1,43
Coimbra	2	1,43
Évora	2	1,43
Faro	2	1,43
Viana do Castelo	2	1,43
Total	140	100

Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Gráfico 11 – Acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito pela ACT, em 2016, por serviço desconcentrado



Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017

Quadro 73 – Atividade inspetiva associada a acidentes de trabalho

Visitas	Notificação de Tomada de Medidas	Suspensão Imediata dos Trabalhos	Infrações autuadas	Moldura Sancionatória Mínima (em euros)
1.368	2.247	86	451	1.009.713,53

Foram realizadas 1.368 visitas no âmbito de acidentes de trabalho. No contexto dessas visitas foram formalizados 452 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de €1.009.713,53. Foram ainda formalizados procedimentos de notificação de tomada de medidas relativamente a 2.247 situações irregulares verificadas – o que significou um aumento de 137,7% relativamente a 2015: 945. Em resultado de diligências efetuadas para elaboração de inquéritos de acidente de trabalho, foram objeto de notificação de suspensão imediata de trabalhos, 86 situações causadoras de probabilidade séria de lesão da vida, integridade física ou saúde dos trabalhadores.

2.6. Atividade de informação e aconselhamento

2.6.1. Considerações gerais

A função da ACT no domínio da informação e aconselhamento a trabalhadores, empregadores(as) e seus representantes sobre a melhor forma de dar cumprimento à legislação sobre as condições de trabalho reveste particular importância.

A ACT tem desenvolvido nesta área um conjunto de ferramentas e de instrumentos tendo como objetivo promover o cumprimento através da informação, assumindo o sítio da ACT na *internet* (www.act.gov.pt) como um meio de comunicação essencial para atingir os destinatários da ação da ACT.

Neste contexto, foi redesenhado o conteúdo do sítio da ACT de forma a ser mais fácil a pesquisa de informação, tendo também sido disponibilizados conteúdos, que são descarregáveis gratuitamente.

Merece especial destaque a evolução do número de visitas ao sítio da ACT que passou de 960 mil em 2012 para quase 9 milhões em 2016.

Quadro 74 – N.º de visitas à página da ACT

	2012	2013	2014	2015	2016
N.º de visitas à pagina da <i>internet</i> da ACT	960.000	2.800.000	5.400.000	7.430.739	8.957.969

Em 2014, a ACT começou a estar presente nas redes sociais, procurando estar assim cada vez mais perto do público destinatário da sua ação, aproveitando a capacidade destes canais para disseminação de informação e de boas práticas.

Assim, em 2016, as principais atividades neste âmbito passaram pela gestão da página do *Facebook* da ACT – onde foram disponibilizados 673 novos conteúdos e dada resposta a 1.852 questões –, do Canal da ACT no *Youtube* – com 109 novos vídeos – e da conta da ACT no *Twitter* – com 1.532 novas publicações.

Merecem destaque alguns dos conteúdos do sítio da ACT na *internet* que a seguir se enumeram:

- Perguntas e respostas frequentes;
- Publicações eletrónicas, respeitantes à clarificação sobre alguns domínios relevantes da lei para apoio de empregadores e trabalhadores;
- Cartazes e folhetos temáticos e edição digital;
- Simulador de compensações;
- Instrumentos de diagnóstico de matérias de segurança e saúde no trabalho;
- Formulários relativos a obrigações de comunicação à ACT;
- Listas de verificação, fundamentalmente para apoio a atividades de auditoria interna de segurança e saúde no trabalho, particularmente nas PME's;
- Informação sobre destacamento de trabalhadores nos países da União Europeia, decorrendo da posição da ACT como serviço de ligação a outras entidades que na UE detêm idêntica missão;
- Dados estatísticos sobre acidentes de trabalho mortais objeto de inquérito da ACT;
- Base de dados de instrumentos de regulamentação coletiva.

Internet da ACT	
Principais atividades	Reorganização da informação
	Atualização de conteúdos de informação, nomeadamente de conceção de 8 monofolhas, 1 caderno informativo e 7 publicações eletrónicas
Áreas reestruturadas	Campanha REACH
Novas Áreas	Centenário da Inspeção do Trabalho em Portugal
	Campanha Ibérica de Prevenção de Acidentes de Trabalho
	Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores
	Ação Nacional de Promoção da Igualdade de Género no Trabalho

Ao nível do portal da *Internet* foram concebidos e disponibilizados *online* conteúdos relativos a 81 notícias e a 17 divulgações de eventos, quer da ACT, quer de entidades nacionais e internacionais com missões similares às suas.

A ACT procura satisfazer as necessidades de informação e documentação dos destinatários da sua ação, bem como dos seus próprios trabalhadores e serviços, através de cinco áreas que se interligam e complementam: comunicação, assessoria de imprensa, dinamização de eventos, edições ACT e disponibilização de um Centro de Recursos em Conhecimento.

Ao nível da *Intranet* foi também realizada uma reorganização e atualizada a informação disponibilizada, tendo por objetivo a partilha de recursos entre todos os funcionários da ACT.

Intranet da ACT	
Principais Atividades	Reorganização da Informação
	Atualização da Informação
	Criação de 42 novas áreas

Simulador de compensações online

Em 2014, foi desenvolvido pela ACT e disponibilizado no sítio na *internet* um simulador de compensações das quantias devidas no momento da cessação do contrato de trabalho que teve - em 2016 - 2.432.934 milhões de consultas.

Eventos organizados e participados pela ACT

Quadro 75 – Seminários e colóquios organizados pela ACT

Ano	N.º de Eventos	N.º de participantes
2012	12	1.194
2013	3	663
2014	7	1.037
2015	9	2.245
2016	11	2.374

No que toca à atividade editorial, foram editadas 7 publicações eletrónicas em 2016.

Quadro 76 – Publicações em papel e eletrónicas

Ano	N.º de publicações em papel e eletrónicas
2012	6
2013	18
2014	61
2015	36
2016	7

A ACT disponibiliza também uma base de dados de instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) atualizada com o objetivo de facilitar o acesso e conhecimento das mesmas.

Quadro 77 - Consultas à Base de Dados de IRCT

Consultas	Total
Total	193.451

2.6.2. Serviço informativo

No âmbito da ação de informação e conselho assegurada pela ACT, assumiu particular relevo, em 2016, a garantia do serviço informativo presencial, por todos os serviços durante um período de funcionamento diário, assegurando a proximidade entre os serviços da ACT e os destinatários da sua ação.

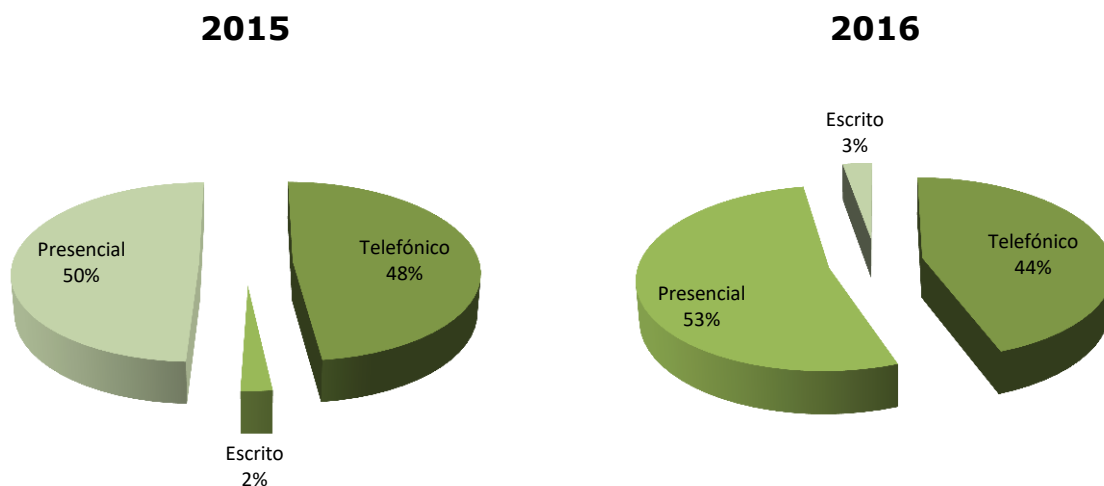
Também durante 2016 foi assegurada a linha única de serviço informativo telefónico exclusivamente por técnicos e inspetores da ACT (5 dias por semana).

Com todos os serviços a assegurarem serviço informativo presencial diário e o serviço informativo telefónico é possível abranger um maior número de destinatários, tendo existido um aumento em 2016 de cerca de 50% relativamente ao ano de 2013.

Quadro 78 – Serviço informativo e ações de sensibilização

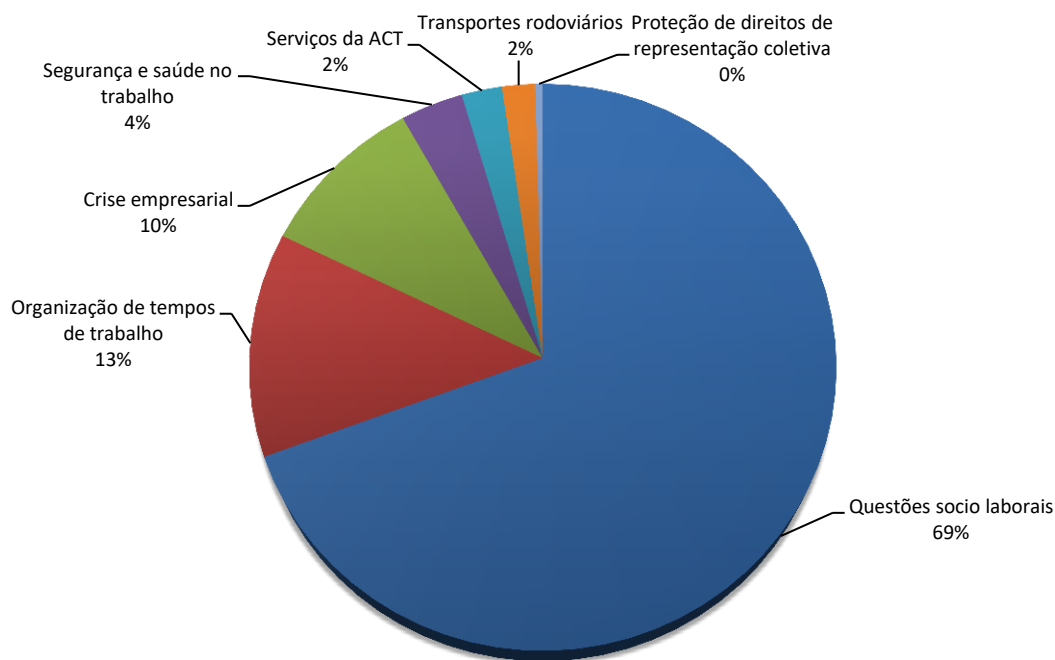
Anos	Serviço Informativo			Ações sensibilização		Total
	Presencial	Telefónico	Outro	N.º	Pessoas	
2012	222.506	36.399	157.089	-	-	415.994
2013	218.445	45.866	2.904	1.417	109.868	377.083
2014	226.610	131.819	12.875	1.609	57.729	429.033
2015	164.914	211.758	10.303	2.392	92.217	479.192
2016	208.112	174.769	11.082	1.880	173.866	567.829

Gráfico 12 – Serviço informativo por meio de informação



Em termos de matérias tratadas no serviço informativo, destacam-se as questões relativas a relações sociolaborais, seguidas das relativas a organização dos tempos de trabalho, como ilustrado no gráfico seguinte.

Gráfico 13 – Serviço informativo – matérias tratadas



Quadro 79 – Destinatários do serviço informativo, em 2016

Por destinatário	N.º
Empregadores	51.167
Trabalhadores	314.451
Outros	28.345
Total	393.963

Em termos de ações de sensibilização, destaca-se a organização e participação da ACT, em 2016, em 1.880 ações de sensibilização, com 173.866 participantes.

3. Principal incidência de ação inspetiva

3.1. Intervenções e campanhas em destaque

Quadro 80 - Campanhas em destaque

Projetos Específicos	Meta	Indicador	Resultado	Taxa de Execução
Campanha ibérica sobre acidentes de trabalho	2	n.º de instrumentos	3	150%

Campanha nacional de Segurança e Saúde para os trabalhadores temporários

370

n.º de ações inspetivas

0

0%

Identificação do Projeto

Campanha ibérica sobre acidentes de trabalho

Objetivos

Sensibilizar população sobre dimensão, gravidade e consequências dos acidentes de trabalho em Portugal e em Espanha.

Atividades previstas

Produção de conteúdos e de material da campanha

Atividades realizadas

Foram produzidos os seguintes conteúdos e materiais da Campanha:

- Programa Enquadrador – 1;
- Protocolos com Parceiros Sociais com assento no Conselho Consultivo – 6;
- Protocolos de Adesão à Campanha com Parceiros Sociais e Institucionais – 21;
- Cartazes – 2;
- Ofício-Circular Interno para os Serviços – 1;
- Monofolhas – 3 (Queda em altura; Soterramento em Vala; Intoxicação por produto químico);
- Instrumentos de apoio à Campanha – 8 (Apresentações -2; Registo presenças; Ficha de promoção de evento; Ficha de Planificação de atividades; Questionário de avaliação de reação; Certificados de participação - 2);
- Guiões de filmes – 7 (Queda em altura; Soterramento em Vala; Intoxicação por produto químico; Contacto elétrico; Esmagamento empilhador; Esmagamento por carga; Espaços confinados);
- Mapeamento da sinistralidade – efetuado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP).

Atividades previstas	Atividades realizadas
Divulgação da campanha	Divulgação da campanha: <ul style="list-style-type: none"> • Spot de Rádio; • Artigos – 3 (Revista ANECRA; Revista ANTRAN; Revista CAP); • Seminário de Lançamento da Campanha (Maio/Sintra); Site da ACT e dos Parceiros Sociais e Institucionais.
Ações de promoção de SST	Ações de promoção de SST: <ul style="list-style-type: none"> • Seminários – 1 (Feira Nacional de Agricultura); • Reuniões de trabalho; • Ações de sensibilização – 7; • Simulacros – 2; • Participação em feiras internacionais – 1; Fóruns setoriais.
Ação inspetiva	A ação inspetiva realiza-se em 2017.

Justificação dos desvios	
Meta: <ul style="list-style-type: none"> • 2 instrumentos 	
Taxa de execução: <ul style="list-style-type: none"> • 150% 	
Justificação do desvio: <ul style="list-style-type: none"> • Grande foco na produção de materiais de sensibilização sobre dimensão, gravidade e consequências dos acidentes de trabalho. 	

Identificação do Projeto
Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os trabalhadores temporários
Objetivos

Consciencializar entidades empregadoras e trabalhadores sobre regras do trabalho temporário e dissuadir práticas de trabalho temporário ilegal.

Atividades previstas	Atividades realizadas
Elaboração de suportes de comunicação	Divulgação da Campanha através do sítio da internet da ACT. Conceção e disponibilização de informação: <ul style="list-style-type: none"> • Cartaz da Campanha; • Díptico - Direitos e deveres de cooperação e de informação da empresa de trabalho temporário e da empresa utilizadora; • Monofolha - Direitos e deveres do trabalhador temporário; • Díptico - Etapas para acolhimento e boa integração dos trabalhadores temporários; • Caderno informativo - Perguntas e respostas sobre o regime jurídico do trabalho temporário. Divulgação das ações de sensibilização através do sítio da internet da ACT. Conceção e divulgação de um spot publicitário da Campanha, o qual

	foi divulgado nos meios de comunicação social durante o mês de dezembro de 2016.
Atividades previstas	Atividades realizadas
Seminário de Lançamento do Campanha Nacional	O Seminário de lançamento da Campanha ocorreu em 21 de abril de 2016.
Dinamização/apoio a Seminários, workshops, ações de informação e sensibilização	Das 84 ações de sensibilização/ informação/ seminários previstas, os serviços desconcentrados realizaram, até ao final do ano, 88 ações.
Formação de trabalhadores e dirigentes da ACT	Realizados dois workshop's, para inspetores do trabalho e dirigentes da ACT, envolvendo 40 participantes.
Ações inspetivas	As ações inspetivas transitaram para o ano de 2017.
Justificação dos desvios	

Metas:

- 370 ações inspetivas

Taxa de execução:

- 0%

Justificação do desvio:

- Este projeto foi objeto de várias alterações, decididas com os parceiros sociais, ao nível da sua designação, âmbito, objetivos e cronograma de atividades.

3.1.1. Diálogo social

O diálogo social é um instrumento fundamental para promover a melhoria das condições do trabalho, por isso, é uma componente essencial no desenvolvimento da missão da ACT.

Em termos orgânicos, a ACT integra o Conselho Consultivo para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, um órgão colegial de representação tripartida, o qual emite pareceres em matéria de segurança e saúde no trabalho sobre os diversos instrumentos de gestão da ACT. Este Conselho realizou 9 reuniões em 2016.

Além desta representação orgânica, face à importância que o diálogo social assume, a ACT, no âmbito da sua função de cooperação, tem procurado promover o envolvimento dos parceiros sociais em inúmeras atividades que desenvolve.

Merecem particular destaque o envolvimento regular dos parceiros sociais a nível dos serviços centrais:

- nas Campanhas promovidas pela ACT, no âmbito da segurança e saúde, tendo sido realizadas neste âmbito, entre 2015 e 2016, 85 reuniões com parceiros sociais;
- nos grupos dinamizados pela ACT para resolução de questões específicas de determinados setores de atividade, como sejam a construção civil, pesca e segurança privada, que realizaram 19 reuniões entre 2015 e 2016.

Também merecem evidência, pelo elevado número de parceiros sociais envolvidos:

- a Campanha de Prevenção de Riscos Profissionais em Máquinas e Equipamentos de Trabalho – 26 parceiros sociais, em 2016;
- a Campanha de Prevenção de Riscos Profissionais em Máquinas e Equipamentos de Trabalho – 32 parceiros sociais, em 2015, e 18 parceiros, em 2016;
- a Campanha de Segurança e Saúde no Trabalho da Condução Automóvel Profissional – 21 parceiros sociais, em 2015;
- a Estratégia Nacional 2015/20 – 17 parceiros sociais, na elaboração de proposta, em 2015, e 16 parceiros na sua operacionalização, em 2016;
- o grupo de diálogo setorial das Pescas – 13 parceiros sociais, em 2016, e 11 parceiros sociais, em 2015.

A todas estas reuniões somar-se-ão todas aquelas realizadas pelos serviços desconcentrados, nomeadamente, as que resultam do decorrer normal dos processos inspetivos.

Quadro 81 – Reuniões com parceiros

Âmbito	Temática	2015			2016			Total	Total	Total
		Pessoas	Parceiros	Reuniões	Pessoas	Parceiros	Reuniões	Pessoas	Parceiros	Reuniões
Campanhas	Campanha de Prevenção de Riscos Profissionais em Máquinas e Equipamentos de Trabalho	37	32	6	29	18	2	66	50	8
	Condução Automóvel Profissional	27	21	11	16	10	2	43	21	13
	Segurança e Saúde para trabalhadores temporários	-	-	-	7	7	4	7	7	4
	Ibérica de Prevenção de Acidentes de Trabalho	-	-	-	1108	26	60	1108	26	60
Grupo de Trabalho	Máquinas - Folheto de trabalhador Habilitado	7	5	3	-	-	-	7	5	3
	Máquinas - Folheto Local de Trabalho Bem Concebido	2	1	2	-	-	-	2	1	2
	Máquinas - Folheto Máquina Segura	7	4	1	-	-	-	7	4	1
	Máquinas - Folheto Equipamento bem adaptado	8	4	1	-	-	-	8	4	1
	Máquinas - Folheto Equipamento verificado	6	4	1	-	-	-	6	4	1
	Máquinas - Folheto gestão da segurança de máquinas	5	3	1	-	-	-	5	3	1
	Máquinas – Cartaz Pontes rolantes, acessórios de elevação	9	7	2	-	-	-	9	7	2
	Máquinas – Cartaz Trator agrícola	7	5	2	-	-	-	7	5	2
	Máquinas – Cartaz Andaimos	14	10	3	-	-	-	14	10	3
	Máquinas – Cartaz Empilhador	7	5	3	-	-	-	7	5	3
Grupos Setoriais	Agências privadas de colocação	7	4	2	-	-	-	7	4	2
	Segurança Privada	8	4	1	7	3	3	13	5	4
	Pesca	13	11	1	41	13	3	54	14	4
Conselho Consultivo	Construção Civil	34	5	6	23	4	5	57	9	10
	Promoção da SST	6	5	7	14	6	9	14	6	16

Âmbito	Temática	2015			2016			Total	Total	total
		Pessoas	Parceiros	Reuniões	Pessoas	Parceiros	Reuniões	Pessoas	Parceiros	Reuniões
Estratégia Nacional 2015/2016	Proposta de Estratégia	51	17	8	-	-	-	51	17	8
	Comissões Paritárias Construção Civil	-	-	-	43	6	11	43	6	11
	Operacionalização e monitorização				20	16	2	20	16	2
Plano Estratégico de Ação	Agricultura, Pecuária e Floresta	7	7	2	80	6	2	87	8	4
Ponto Focal da EU-OSHA	Coordenação da Campanha Europeia	6	2	2	17	6	3	23	6	5
	Ferramenta OiRA	10	7	1	14	4	1	24	11	2
Semana Temática	Condução Automóvel Profissional	15	11	8	-	-	-	15	11	8
Total		293	174	74	1419	125	107	1704	265	180

3.1.2. Protocolos celebrados, grupos de trabalho e missões

A ACT desenvolve uma atividade transversal no âmbito das áreas da inspeção do trabalho e da promoção da SST. Esta atividade é comum a outras instituições existentes noutros países, pelo que assume particular importância o relacionamento institucional com as suas congéneres estrangeiras e interlocutores nacionais.

Quadro 82 – Iniciativas nas quais a ACT participou no decurso de 2016**Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA)**

43ª Reunião do Conselho de Administração + Reunião Plenária + Seminário "Itens de Avaliação sobre o Futuro do Trabalho"

1ª Reunião Pontos Focais Nacionais + Seminário de Lançamento da nova Campanha

2ª Reunião Anual dos Pontos Focais Nacionais da Agência Europeia

Conferência sobre a Prevenção de Cancro Ocupacional

44ª Reunião do Conselho de Administração

Seminário promovido pela Agência Europeia

Reunião dos Pontos Focais Nacionais + Seminário

Comité Consultivo para a Segurança e Saúde no Trabalho

2 Reuniões do Grupo de Interesses Governamental (GIG)

Reunião do Grupo de Peritos Pontos de Contato Nacionais sobre a Estratégia em SST

2 Reuniões do Grupo de Interesses Governamental (GIG) + 26ª e 27ª Reunião Plenária do Comité Consultivo precedidas de uma reunião GIG

Reunião do GT sobre "Ações resultantes da avaliação *ex-post* do acervo sobre a SST"

Reunião do Grupo de Peritos em OSH

Cooperação Bilateral com Espanha (ITSS/MEYSS)

Reunião do Grupo de Trabalho: Campanha Ibérica sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho 2016-2017

2 Vistorias ao Navio Congelador "Novo Lagoal"

Seminário "Job Day Florestal"

Vistoria a Navio Congelador

Cooperação bilateral no âmbito dos PALOP

V Semana Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, em Cabo Verde

Eurofound - Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

2 Sessões do Seminário - Foundation Seminars Series 2016

2 Reuniões do Grupo Governamental + 2 Reuniões do Conselho de Administração

Conferência "Alterar as Condições de Trabalho na Europa - Avançar para um melhor trabalho"

INTEFP - Institut National du Travail del' Emploi et de la Formation Professionnelle

Reunião do Lançamento do Projeto EURODETACHEMENT

Seminário do Projeto "EURODETACHEMENT"

Semana Europeia + Seminário de Restituição do Estágio dos Inspetores do Trabalho de França

4 Missões de imersão do Projeto EURODETACHEMENT

União Europeia (Comissão Europeia, Conselho Europeu e outros)

2 Reuniões do Comité de Disposições em Matéria Social no Domínio dos Transportes Rodoviários

3 Reuniões do Grupo de Peritos da Comissão sobre a transposição da Diretiva relativa ao Destacamento de Trabalhadores

Reunião de Preparação da 105ª Sessão da CIT

6º Seminário do Projeto "Para um destacamento Justo e Responsável"

Sessão Inaugural da Plataforma Europeia para o Reforço da Cooperação no Combate ao Trabalho não Declarado

Reunião do Grupo das Questões Sociais: Nova Iniciativa Legislativa sobre Carcinogénicos e Mutagénicos - revisão da Diretiva 2004/37/CE

OIT

Formação de Inspetores do Trabalho sobre Construção Civil no Burkina Faso

105ª Conferência Internacional do Trabalho

Reunião do Comité de Peritos em matéria de Destacamento de Trabalhadores

Reunião do Comité de Adaptação ao Progresso Técnico - Diretiva 98/24/CE relativa à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho

2 Reuniões sobre a Plataforma Europeia do Trabalho não Declarado

Conferência "OSH Conference"

Seminário Final do Projeto "Para um Destacamento Justo e Responsável"

Seminário de validação sobre desenvolvimento e conceção de um modelo estrutural para a construção e implementação de um Sistema de Informação da OSHA da EU

1ª Reunião do Grupo de peritos "Tacógrafo"

Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Responsabilidade Social das Empresas

Seminário TAIEX sobre as Normas de Segurança em matéria de Conceção dos Locais e Postos de Trabalho

Conferência sobre o tema "Promoção do trabalho decente no mercado de trabalho da UE, melhor cumprimento e execução"

Reunião de Peritos AETR do Comité de Disposições Sociais no âmbito dos Transportes Rodoviários

Mesa Redonda Internacional sobre o tema: Exploração de Trabalhadores Migrantes e o Tráfico de Seres Humanos

Conferência sobre a Prevenção de Cancro Ocupacional

Conferência sobre exploração laboral

2 *Workshops* sobre Trabalho não Declarado

Conferência Internacional da OIT, por ocasião das comemorações do 92º aniversário da Direção do Trabalho do Chile, em Santiago do Chile

SLIC/CARIT - Comité dos Altos Responsáveis das Inspeções do Trabalho

1 Reunião do Grupo de Trabalho "Impacto da Crise nas Inspeções do Trabalho"

2 Reuniões do Grupo de Trabalho "Enforcement"

Reunião preparatória + Reunião do GT MACHEX

2 Reuniões da Comissão de Acompanhamento do Estudo SLIC - "Melhorar a Intervenção da Inspeção do Trabalho em micro e pequenas empresas"

2 Reuniões do Grupo de Trabalho "Cross Border Enforcement"

Reunião Preparatória do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação do Sistema de Inspeção do Trabalho de Malta

70ª Reunião do CARIT - Dia Temático e Reunião Plenária

71ª Reunião do CARIT - Dia Temático e Reunião Plenária

Reunião Preparatória do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação do Sistema de Inspeção do Trabalho da Suécia

Reunião do Grupo de Trabalho "Estratégia"

Reunião CIRCAB - KSS

Avaliação do Sistema de Inspeção do Trabalho de Malta

Avaliação do Sistema de Inspeção do Trabalho da Suécia

Reunião de Preparação do Dia Temático de Malta

Projeto Mind Safety – Safety Matters!

Encontro de Trabalho do Projeto "Mind Safety - Safety Matters"

Reunião de Trabalho do Projeto "Mind Safety - Safety Matters"

Reunião de Trabalho e Seminário de Divulgação do Projeto "Mind Safety - Safety Matters"

Outras missões

3 Reuniões no âmbito da Especialização em Técnicas para a Reconstrução 3D de Acidentes de Trabalho, no âmbito da Cooperação com Espanha

Reunião de Peritos sobre Exploração Laboral

Conferência Internacional TISPOL 2016

Formação de Formadores sobre a Atuação perante Fichas de Dados de Segurança com cenários de Exposição

Seminário Internacional

Visita ao *Datacenter* de Dublin da Microsoft

Missões de cooperação internacional

Face ao ano anterior, no ano 2016 é de salientar a concretização de um maior número de missões, não só constantes do plano elaborado, como resultantes de inúmeros convites de entidades homólogas para a ACT se fazer representar. Tal desempenho resultou de uma maior dotação orçamental disponível para o efeito aliada aos procedimentos internos adotados que permitiram a aquisição de viagens e alojamentos a preços mais económicos. A ACT foi ainda solicitada para organizar um elevado número de acolhimentos, que realizou com êxito.

Gráfico 14 – Missões internacionais concretizadas

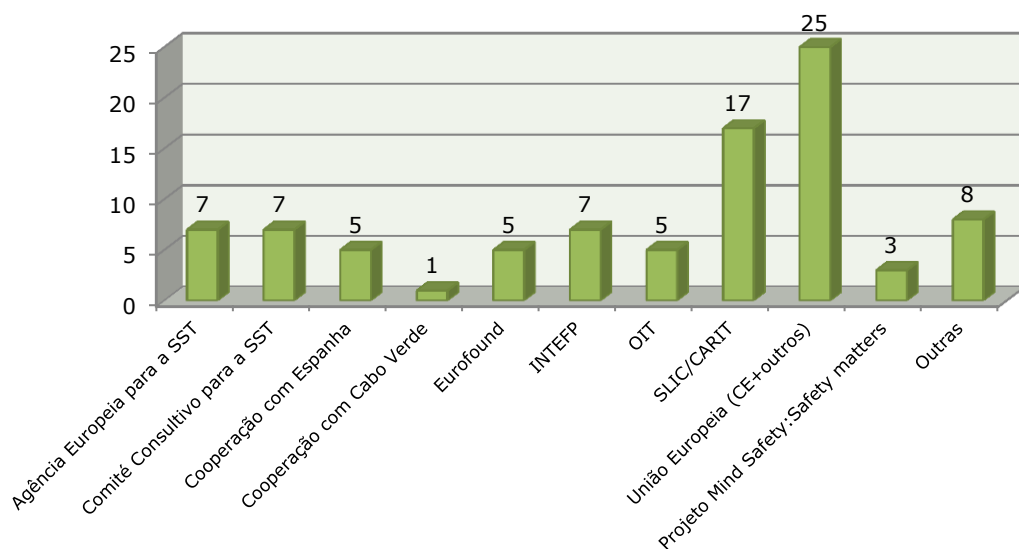


Gráfico 15 – Total de missões concretizadas e de Inspetores/Técnicos Superiores envolvidos

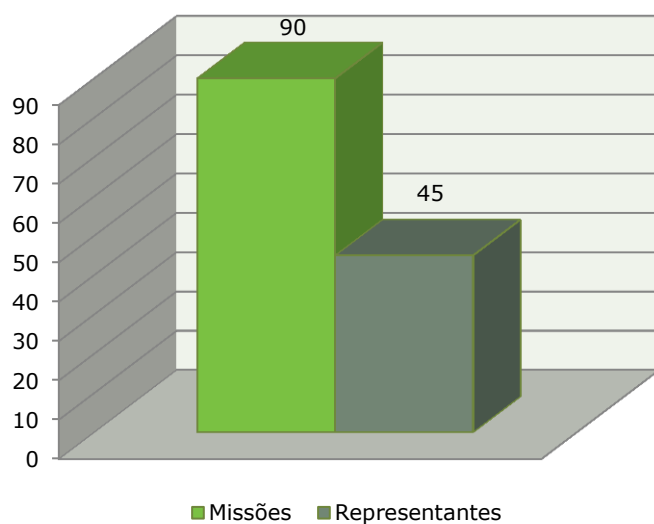
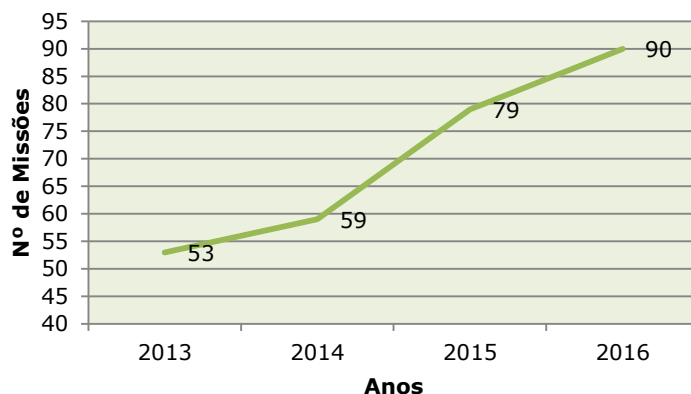


Gráfico 16 - Evolução da representatividade internacional da ACT 2013-2016



A ACT realizou igualmente, com êxito, um elevado número de acolhimentos para cuja organização foi solicitada.

Quadro 83 – Acolhimento de delegações estrangeiras

País de origem	Entidade	Âmbito	Local e Data
Turquia	ÇASGEM - Centro de Formação e Investigação sobre Segurança Social e Trabalho	Projeto Europeu de Assistência Técnica para Reforço da capacitação institucional.	Lisboa, 22 janeiro
Genebra	Sra. Nancy Leppink, Chefe do Dep. Adm. do Trabalho, Inspeção do Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho (LABADMIN/OSH)	Cooperação com a OIT	Lisboa, 17 março
Reino Unido	Participação do Sr. Kevin Meyers, Presidente da IALI – Associação Internacional da Inspeção do trabalho	Cerimónia de lançamento das comemorações de Centenário da Inspeção do Trabalho Portuguesa	Lisboa, 18 março
Suécia			Lisboa, 12 maio
Espanha	ITSS – Inspeção do Trabalho e Segurança Social de Espanha	XI Reunião da Comissão Mista de Acompanhamento	Porto, 7 junho
Emirados Árabes Unidos	Representantes da Inspeção do Trabalho dos EAU	OIT, para futura cooperação bilateral	Lisboa, 18 a 22 julho
França	INTEFP - Institut National du Travail de l' Emploi et de la Formation Professionnelle	Formação de Inspetores do Trabalho Estagiários, componente prática na ACT	Lisboa, 3 a 7 outubro
Internacional	RIIFT – Réseau International d'Institutions de Formation dans le domaine du Travail	Realização da 20ª edição da reunião anual	Estoril, 27 e 28 outubro
Estónia	Serviço de Inspeção de Saúde Ocupacional da Inspeção do Trabalho da Estónia	Visita de estudo em doenças profissionais	Lisboa, 23 novembro
Roménia	SLIC	Programa de troca de Inspetores	13 a 16 dezembro

Para implementar uma ação preventiva e pedagógica, a ACT celebrou e implementou protocolos de colaboração com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, facilitando a comunicação e parcerias tendentes à prossecução da missão dessas entidades.

Protocolos, projetos e grupos de trabalho:

Durante 2016, mereceram particular destaque os trabalho realizados no âmbito dos seguintes protocolos, projetos e grupos de trabalho:

- Protocolo de colaboração entre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge e a ACT
- Protocolo de Colaboração entre a ACT e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Protocolo de colaboração ACT e a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME)
- Comissão Técnica 194 – Nanotecnologias
- Comissão Técnica - Amianto
- Comissão Técnica 42
- Grupo de Trabalho Técnico-Científico da DGS “Vigilância da saúde dos trabalhadores expostos a radiação ionizante”
- Grupo de Trabalho Técnico-Científico da DGS “Vigilância da saúde dos trabalhadores expostos a agentes químicos cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução”
- Campanha “Apoio aos Técnicos de Segurança no Trabalho e Ambiente na implementação do REACH pelos utilizadores a jusante”, com envolvimento da ACT e a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), que coordenam a Campanha e a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).
- Projeto conjunto da ACT/APSEI/IPQ cujo produto final consiste na publicação de guias eletrónicos a disponibilizar nos sítios oficiais das entidades envolvidas, bem como a sua divulgação através de ações de informação/sensibilização, workshops e outros eventos em todo o território continental.
- Em março de 2015 teve início a fase operacional do projeto conjunto entre a IGAMAOT e a ACT, designado por “Projeto REACH – Cenários de Exposição” que se deu por concluído em 2016 e que visa “melhorar a implementação das medidas de gestão do risco previstas nos cenários de exposição das fichas de dados de segurança alargadas”, de forma a proporcionar melhores condições de trabalho aos trabalhadores e reduzir potenciais impactes negativos sobre o meio ambiente.
- Conselho Consultivo da APCER - Associação Portuguesa de Certificação.
- Representante nacional do Sistema de Informação do Mercado Interno – IMI, entre estados-membros a Comissão Europeia no âmbito da Diretiva Serviços e no âmbito das qualificações Profissionais.

- Elaboração do relatório nacional de implementação a nível nacional das Diretivas Comunitárias sobre prescrições mínimas de SST.
- Conselho Sectorial para Qualificação Serviço às Empresas para a atualização da qualificação de Técnico/a de Segurança no Trabalho (nível 4).
- Comissão de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, coordenada pela Autoridade Marítima Nacional e criada através do Despacho n.º 7029/2010, 16 de Março, dos Ministérios da Defesa Nacional, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e da Solidariedade Social. Colaboram Instituições do Estado com responsabilidades da tutela do mar e Associações de profissionais do sector.
- Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas (CNTMP), criada por despacho ministerial conjunto de 24.11.1997 (Despacho Conjunto n.º 113-A/98). Esta Comissão tem por objetivo a revisão permanente da regulamentação do setor de transporte de mercadorias perigosas e de acompanhar a sua execução.
- Grupo de Trabalho para a Padronização, coordenado pela Direção-Geral das Atividades Económicas, nos termos do n.º9 do Despacho n.º14209/2012, 24 de outubro de 2012 e no âmbito do SIR- Sistema da Indústria Responsável, criado através de Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2012 – Programa da Indústria Responsável, com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial e criou uma Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do programa.
- Grupo de trabalho coordenado pelo IPAC (Instituto Português de acreditação), sobre as Entidades acreditadas no âmbito do SIR-IPAC:
 - ✓ Acompanhamento e elaboração do documento OEC002-Organismos de inspeção setorial: Licenciamento Industrial (disponibilizado na página do IPAC).
- Colaboração na análise de requisitos e elaboração de questionários para a AMA-Certificação de entidades formadoras e procedimentos no âmbito do SIR.
- Grupo de trabalho para o desenvolvimento de atividades no âmbito das substâncias psicoativas em meio laboral, com atividades diversas.

3.2. Trabalho não declarado

O trabalho total ou parcialmente não declarado à Administração do Trabalho e à Segurança Social, por empresas da economia informal ou da economia estruturada, e fenómenos como a dissimulação do contrato de trabalho, através de figuras como a falsa prestação de serviços, os falsos estágios remunerados ou falsas situações de voluntariado constituem fenómenos que contribuem para a segmentação social (com a constituição de grupos de trabalhadores afastados da proteção social) e para a insuficiência financeira das receitas públicas, sendo ainda um grave fator de concorrência desleal para as empresas que cumprem as suas obrigações.

A situação de crise tem potenciado o crescimento das situações de trabalho total e parcialmente não declarado, diminuindo as fontes de receita e os recursos financeiros do Estado, sendo cada vez menor na sociedade o nível de consciência da necessidade de cumprimento quanto a estas matérias.

O trabalho não declarado tem também efeitos negativos nas condições de trabalho dos trabalhadores e dos seus direitos, seja pela insegurança do enquadramento (potenciadora de riscos psicossociais), falta de proteção social, em caso de doença ou acidente de trabalho, falta de vigilância da saúde, ausência de sistema reparador e de reintegração em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, colocando os trabalhadores em situações de risco, sendo, em muitos casos, fator de discriminação e exclusão social.

Assim, a ACT tem procurado dar especial enfoque a este fenómeno para promover o reforço da efetividade do direito neste âmbito.

No quadro infra encontra-se identificado o número de trabalhadores(as) não declarados(as) detetados, bem com o número de situações regularizadas.

Quadro 84 – Nº trabalhadores detetados no âmbito do trabalho não declarado (incluindo dissimulado) - 2016

Anos	N.º de Empresas Acompanhadas	N.º de Trabalhadores			
		Contrato Dissimulado	Regularizados	Não Declarado	Regularizados
2012	16.919	396	(1)	1.118	(1)
2013	17.911	500	(1)	1.939	(1)
2014	16.603	1.510	507	2.591	1.079
2015	14.622	478	291	3.002	1.600
2016	15.829	559	84	3.527	1.236

(1) A informação sobre regularização passou a ser recolhida em 2014.

**Quadro 85 - Ação inspetiva no domínio do trabalho não declarado
(incluindo dissimulado)– 2012/2016**

Ação Inspetiva	Visitas inspetivas				
	2012	2013	2014	2015	2016
Trabalho total/ parcialmente não declarado	13.515	13.687	12.275	13.914	8.858
Dissimulação de contrato de trabalho	505	1.529	1.364	1.124	903
Ação inspetiva	Advertências				
	2012	2013	2014	2015	2016
Trabalho total/ parcialmente não declarado	1.499	1.510	2.336	4.386	1.283
Dissimulação de contrato de trabalho	64	132	160	350	129
Ação inspetiva	Infrações autuadas				
	2012	2013	2014	2015	2016
Trabalho total/ parcialmente não declarado	4.953	4.076	5.661	4.090	3.039
Dissimulação de contrato de trabalho	219	229	548	175	143
Ação inspetiva	Moldura sancionatória mínima (€)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Trabalho total/ parcialmente não declarado	6.682.651	5.951.833	7.754.833	5.100.264,72	3.704.049,02
Dissimulação de contrato de trabalho	408.962	585.069	2.266.178	306.466,1	256.974,36

Foram considerados todos os setores de atividade, com prioridade para a construção civil, hotelaria e restauração, comércio e setor agroflorestal.

Foram realizadas 8.858 visitas inspetivas direcionadas aos fenómenos de trabalho total ou parcialmente não declarado, abrangendo 3.527 trabalhadores. Na sequência da intervenção da ACT foram regularizados 1.236 trabalhadores, assegurando a regularidade da sua declaração à segurança social.

Em resultado da atividade inspetiva desenvolvida, foram formalizados 3.039 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de € 3.704.049. Foram realizadas 1.283 advertências.

Dissimulação de contrato de trabalho

Em sede de dissimulação de contrato de trabalho, através de figuras como a falsa prestação de serviços, os falsos estágios remunerados ou outros tipos contratuais, foram realizadas 903 visitas inspetivas, com averiguação de 559 situações irregulares. Na sequência da intervenção da ACT foram regularizados 84 trabalhadores, convertendo o contrato de prestação de serviços em

contrato de trabalho e a respetiva modificação da relação contributiva para com a segurança social.

Em resultado da atividade inspetiva desenvolvida, foram formalizados 143 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de € 256.974,36. Foram ainda realizadas 129 advertências.

3.3. Trabalho irregular

O recurso à celebração de contratos de trabalho a termo e a utilização de trabalho temporário fora dos condicionalismos legais previstos para cada um dos casos merece ser objeto de intervenção, porquanto a estas formas de contratação está associado um elevado nível de precariedade e constitui um meio injustificável de criação de desigualdades entre trabalhadores(as) e entre empresas.

No quadro infra encontra-se identificado o número de trabalhadores(as) em situação contratual irregular detetados, bem com o número de situações regularizadas.

Quadro 86 – N.º trabalhadores detetados no âmbito do trabalho irregular - 2016

Anos	N.º. de Empresas Acompanhadas	N.º. de Trabalhadores			
		A Termo ilegais	Regularizados	Temporários ilegais	Regularizados
2012	16.919	1.230	(1)	50	(1)
2013	17.911	1.480	(1)	68	(1)
2014	16.603	846	434	30	18
2015	14.622	791	407	17	17
2016	15.829	673	400	33	32

(1) A informação sobre regularização passou a ser recolhida em 2014.

Quadro 87 - Ação inspetiva no domínio do trabalho a termo, temporário e outras formas contratuais – 2012/2016

Ação Inspetiva	Visitas inspetivas				
	2012	2013	2014	2015	2016
Contratação a termo	2.644	2.185	1.984	2.978	1.114
Trabalho temporário	333	403	336	431	625
Outras formas contratuais	365	1.176	1.096	1.001	495
Ação inspetiva	Advertências				
	2012	2013	2014	2015	2016
Contratação a termo	445	380	552	1.523	372
Trabalho temporário	20	15	13	134	139
Outras formas contratuais	74	180	277	378	173
Ação inspetiva	Infrações autuadas				
	2012	2013	2014	2015	2016
Contratação a termo	1.211	726	835	734	514
Trabalho temporário	57	37	64	108	109
Outras formas contratuais	134	460	632	280	248
Ação inspetiva	Moldura sancionatória mínima (€)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Contratação a termo	1.996.940	1.415.528	1.053.706	1.015.330,08	729.609,82
Trabalho Temporário	132.913	66.300	238.560	187.009,85	253.253,81
Outras formas contratuais	282.612	738.849	774.893	396.947,08	315.208,00

Utilização irregular de contratos de trabalho a termo

A ação centrada na utilização irregular de contratos de trabalho a termo foi desenvolvida por exercício da ação inspetiva em matéria de fundamento e duração dos contratos de trabalho a termo, sucessão de trabalhadores a termo no mesmo posto de trabalho, preferência na admissão dos trabalhadores contratados a termo, informação da admissão e cessação de contratos de trabalho a termo às entidades competentes e igualdade de tratamento dos trabalhadores contratados a termo. Cumulativamente, a ação reportou-se à vigilância da saúde e à transferência da responsabilidade civil por acidentes de trabalho.

Foram realizadas 1.114 visitas inspetivas no âmbito da utilização irregular de contratos a termo.

Na sequência da atividade inspetiva desenvolvida, os serviços da ACT formalizaram 514 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de € 729.609,82. Foram realizadas, neste âmbito, 372 advertências.

Trabalho temporário

Em matéria de trabalho temporário o exercício da ação inspetiva incidiu sobre o fundamento, duração e sucessão dos contratos de trabalho temporário, em correlação com os contratos de utilização de trabalho temporário, condições de trabalho dos trabalhadores temporários, nomeadamente, por referência ao estatuto dos trabalhadores da empresa utilizadora.

Foram realizadas 625 visitas, das quais resultou a formalização de 109 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de €253.253,81. Foram realizadas, neste âmbito, 139 advertências.

3.4. Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços

A ação inspetiva em matéria de destacamento de trabalhadores ao abrigo da Diretiva n.º 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho consta dos quadros infra.

Quadro 88 - Ação inspetiva no domínio do destacamento de trabalhadores – 2016

Intervenção Inspetiva	Visitas	Advertências	Infrações autuadas
Destacamento em território português	8	0	0
Destacamento para outro estado	205	12	106
Total	213	12	106

Em matéria de destacamento de trabalhadores(as) para outro estado, o empregador deve comunicar à ACT, com cinco dias de antecedência, a identidade dos (as) trabalhadores(as) a destacar para o estrangeiro, bem como o utilizador, o local de trabalho, o início e termo previsíveis da deslocação. No ano de 2016, foram efetuadas 7.943 comunicações de destacamento para outro estado.

**Quadro 89 - Comunicações de destacamento de trabalhadores
para outro estado por região – 2016**

Destacamento de trabalhadores no âmbito de prestação de serviços	Número de comunicações à ACT	N.º de trabalhadores abrangidos	%
Região do Algarve	124	306	1,09
Região do Alentejo	12	25	0,09
Região Centro	1.927	7.572	27,09
Região de Lisboa e Vale do Tejo	1.414	3.730	13,34
Região Norte	4.466	16.319	58,38
Total	7.943	27.952	100

**Quadro 90 - Comunicações de destacamento de trabalhadores
para outro estado por país – 2016**

País de destino	Número de comunicações	N.º de trabalhadores abrangidos			%
		H	M	Total	
França	4.093	15.288	75	15.363	54,96
Bélgica	1.021	4.045	1	4.046	14,47
Espanha	847	2.827	37	2.864	10,25
Holanda	371	1.408	26	1.434	5,13
Alemanha	148	413	2	415	1,48
Argélia	194	410	2	412	1,47
Reino Unido	110	338	35	373	1,33
Outros	1.159	2.920	125	3.045	10,89
Total	7.943	27.649	303	27.952	100

Quadro 91 - Comunicações à ACT de destacamento de trabalhadores por setor de atividade económica – 2016

Atividade Económica (CAE – Rev. 3)	N.º comunicações à ACT	%
A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	5	0,06
C – Indústrias transformadoras	1.424	17,93
F – Construção	3.565	44,88
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	164	2,06
H – Transportes e armazenagem	15	0,19
I – Alojamento, restauração e similares	3	0,04
J – Atividades de informação e comunicação	21	0,26
K – Atividades financeiras e de seguros	3	0,04
L – Atividades imobiliárias	17	0,21
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	494	6,22
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.211	27,84
S – Outras atividades de serviço	21	0,26
Total	7.943	100

O artigo 4.º da Diretiva 96/71/CE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, fixa obrigações claras em matéria da cooperação entre as autoridades nacionais, cabendo aos estados-membros criar as condições necessárias para essa cooperação.

Para concretização destes objetivos, os estados-membros do Espaço Económico Europeu (EEE) designaram os serviços de ligação e as autoridades responsáveis pelo acompanhamento dos termos e condições de trabalho estabelecidos no artigo 4.º da Diretiva.

A nível nacional, compete à ACT desenvolver as diligências necessárias à cooperação com os serviços de ligação dos restantes estados-membros. Para a troca de informação entre os serviços de ligação, foram consensualizados formulários multilingue (em formato papel). Com o objetivo de facilitar e tornar mais rápida a colaboração entre estados-membros a Comissão Europeia desenvolveu o Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI). O sistema IMI é uma ferramenta eletrónica acessível através da *internet*, que foi concebida para assistir as entidades competentes do Espaço Económico Europeu que têm de proceder à troca de informações com as entidades homólogas de outros estados-membros. A troca de informação com as entidades de outros estados-membros através do Sistema IMI, no âmbito da Diretiva destacamento de trabalhadores iniciou-se em maio de 2011.

Quadro 92 - Pedidos de informação recebidos pela ACT via Sistema IMI por país

Anos	França	Bélgica	Áustria	Países Baixos	Roménia	Bulgária	Total
2013	49	32	1	0	1	0	83
2014	37	39	7	1	0	1	85
2015	71	47	23	0	0	2	143
2016	96	51	19	0	2	1	169

Durante o ano de 2016 foi dada resposta a 169 pedidos de informação de serviços de ligação de outros estados-membros da União Europeia (9 referentes a pedidos de 2015).

Quadro 93 - Pedidos recebidos via Sistema IMI por região

Região	2013	2014	2015	2016
Região Norte	48	53	83	93
Região Centro	11	9	20	20
Região de Lisboa e Vale do Tejo	22	20	36	51
Região do Alentejo	2	2	1	0
Região do Algarve	0	1	3	5
Total	83	85	143	169

Quadro 94 - Pedidos recebidos via sistema IMI por CAE

(CAE – Rev. 3)	2016
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1
C – Indústrias transformadoras	8
F – Construção	133
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4
H – Transportes e armazenagem	3
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	15
CAE Ignorada	5
Total	169

Em 2016, o Instituto de Segurança Social emitiu 59.328 modelos A1, concentrando-se maior parte dos pedidos em Braga, Setúbal e Porto, sendo o principal país de destino França e a principal atividade económica a construção, como ilustrado nos gráficos seguintes.

Gráfico 17 – N.º de Modelos A1 emitidos em 2016 (Total 59.328)

Fonte: Instituto de Segurança Social

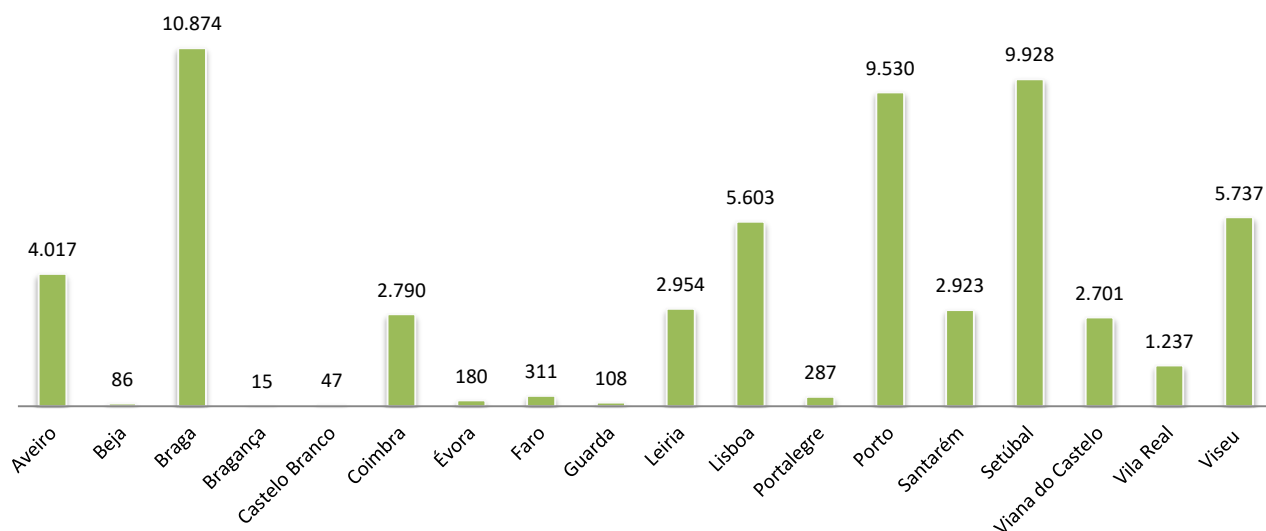
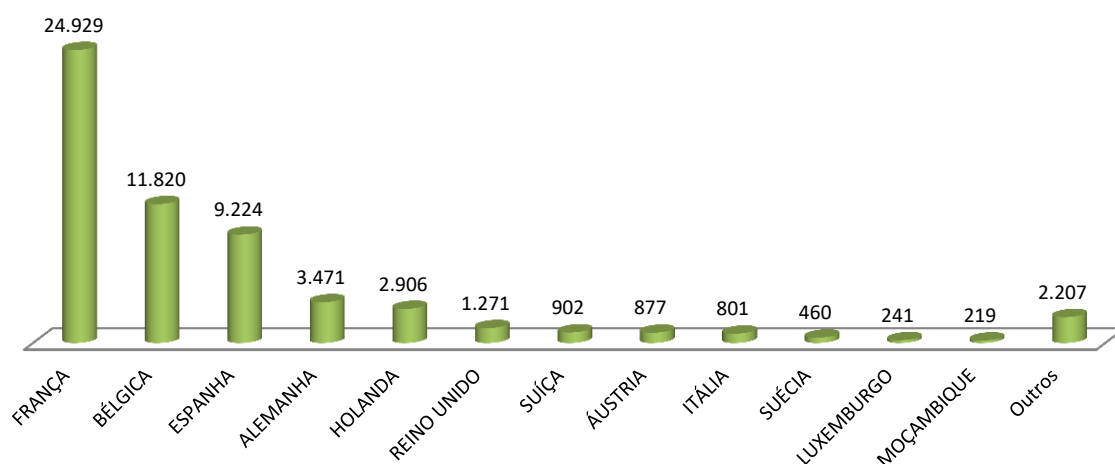


Gráfico 18 – N.º de Documentos A1/E101 emitidos em 2016, por país de destino (Total 59.328)

Fonte: Instituto de Segurança Social



**Gráfico 19 – N.º de Documentos A1/E101 emitidos em 2016,
por setor de atividade económica (Total 59.328)**

Fonte: Instituto de Segurança Social



3.5. Ação inspetiva no domínio dos grupos vulneráveis

A abordagem da igualdade de género como uma questão de cidadania, o respeito pelas diferenças e a universalidade das garantias associadas ao contrato de trabalho, assim como a proteção de grupos vulneráveis de trabalhadores (como os menores, sobretudo na utilização do seu trabalho em espetáculos, publicidade e atividades afins) justificaram a realização de ações inspetivas pelos serviços da ACT.

De seguida apresentam-se dados de visitas e procedimentos associados às temáticas elencadas.

Quadro 95 – Grupos vulneráveis

Temáticas	Visitas	Notificação tomada medidas	Advertências	Infrações atuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
Igualdade e não discriminação no trabalho e no acesso ao emprego	518	261	158	164	237.068,68

Temáticas	Visitas	Notificação tomada medidas	Advertências	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
Em função do género	191	85	81	80	104.580,96
Em função da nacionalidade	17	1	4	18	15.354,00
Em função da raça	5	0	1	2	1.062,00
Na contratação a termo	19	12	1	3	3.672,00
Outras formas de discriminação	286	163	71	61	112.399,72
Trabalhadores imigrantes	347	339	104	191	246.472,00
Trabalhadores menores	55	22	10	33	38.127,00
Outros grupos vulneráveis de trabalhadores	29	4	5	5	6.264,00

Foram realizadas 518 visitas, com o objetivo de desenvolver estratégias de prevenção e controlo para promover políticas e práticas de igualdade e não discriminação no acesso ao emprego e nas condições de trabalho.

As situações sinalizadas no âmbito da exploração e tráfico de seres humanos, para exploração laboral, foram reportadas às autoridades competentes. Foram desenvolvidas 44 ações inspetivas dirigidas a esta temática.

O exercício da atividade de informação²⁷ e controlo no âmbito da igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego em função do género teve como principais focos a proteção das garantias associadas à parentalidade, a prevenção da discriminação no trabalho e emprego em função do género e a promoção da igualdade de remuneração entre homens e mulheres para trabalho de natureza, qualidade e quantidade igual.

A ação dirigida às condições de emprego e trabalho de menores consistiu no exercício da ação inspetiva, em matéria de idade mínima de admissão e escolaridade dos(das) trabalhadores(as) menores, condições de participação dos(das) trabalhadores(as) menores em espetáculos, publicidade e atividades afins, cumprimento dos deveres de comunicação e autorização, transferência da responsabilidade civil por acidentes de trabalho e vigilância da saúde.

²⁷ Vide www.cite.gov.pt no que toca à articulação institucional com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

3.6. Controlo das condições de condução e repouso em transportes rodoviários

O exercício da atividade de controlo das condições de condução e repouso em transportes rodoviários e restantes setores com utilização de transportes pesados de passageiros ou mercadorias incidu em matérias de duração dos períodos de condução e repouso na condução de veículos pesados, registo dos tempos de condução e repouso em suporte documental adequado, conservação dos registos nas empresas, informação e formação prestadas aos trabalhadores, transferência da responsabilidade civil por acidentes de trabalho e vigilância da saúde.

De seguida apresentam-se dados associados a esta temática.

Quadro 96 - Controlo das condições de condução e repouso em transportes rodoviários

Dias de condução controlados	N.º de visitas	Notificações tomada de medidas	Advertências	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
339.253	1.416	408	67	256	301.718,22

Foram controlados 339.253 dias de condução e realizadas 1.416 visitas inspetivas no âmbito da intervenção inspetiva de controlo das condições de trabalho e repouso em transportes rodoviários. Em resultado da atividade inspetiva desenvolvida, os serviços da ACT formalizaram 256 procedimentos coercivos, cuja moldura sancionatória mínima ascendeu ao valor de € 301.718,22. Os(as) Inspetores(as) do trabalho elaboraram, ainda, 67 advertências e 408 notificações para tomada de medidas.

3.7. Atividades de representação coletiva de trabalhadores

A participação e o diálogo social afiguram-se como fatores fundamentais para a consensualização de políticas e práticas de melhoria das condições de trabalho e do bem-estar nos locais de trabalho. Os mecanismos de participação dos representantes dos trabalhadores e dos empregadores em diferentes fóruns de diálogo devem ser encarados como um importante instrumento na promoção do cumprimento das obrigações dos empregadores e dos trabalhadores no exercício efetivo do direito à informação, consulta e participação, bem como da cooperação entre os sujeitos da relação laboral e respetivas estruturas representativas.

Se aos empregadores cabe desenvolver políticas e estratégias organizacionais que reconheçam as condições de trabalho e a prevenção de riscos profissionais como um fator de sucesso, aos trabalhadores e seus representantes incumbe tomar parte nas medidas desenvolvidas pelos empregadores como reais interessados.

Por outro lado, as empresas devem passar da perspectiva do mero cumprimento legal para a internalização substantiva da responsabilidade social, patamar de maior exigência e de cumprimento voluntário.

Os quadros abaixo representam o exercício de ação inspetiva em matéria de condições de exercício das funções de representação coletiva nas empresas, prestação de informação e diálogo entre as empresas e as estruturas de representação e trabalhadores

Quadro 97 – Ação inspetiva em matéria de representação coletiva

N.º de visitas	Notificações tomada de medidas	Advertências	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima
144	82	62	23	67.422,00

Relativamente à promoção das condições favoráveis ao exercício da representação coletiva dos trabalhadores e do diálogo social com assunção da responsabilidade social das organizações, foram realizadas 144 visitas inspetivas. Tendo sido formalizadas 62 advertências, 82 notificações para tomada de medidas e 23 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de € 67.622,00.

Neste âmbito, a atuação da ACT concretizou-se em 177 verificações discriminadas por matérias conforme constante do quadro seguinte.

Quadro 98 - Proteção dos direitos de representação coletiva

Matérias	N.º de verificações
Informação, consulta, participação	37
Meios e instalações adequadas	30
Quotização sindical	21
Greve	40
Discriminação de representantes sindicais	16
Crédito de horas	15
Plenários	10
Discriminação de representantes da comissão de trabalhadores	8
Total	177

Com efeito, o exercício da ação inspetiva no âmbito das condições de exercício da representação coletiva incidu em matérias de proteção dos direitos e garantias atribuídos aos representantes dos(as) trabalhadores(as) no exercício das funções de representação e devido a esse exercício; condições de exercício das funções de representação coletiva nas empresas; e prestação de informação e diálogo entre as empresas e as estruturas representativas dos(as) trabalhadores(as).

3.8. Situações de crise empresarial

A ação centrada nas situações de crise empresarial²⁸, a pedido ou por iniciativa, foi desenvolvida com vista à averiguação da legalidade procedimental em situações de redução ou suspensão temporária dos contratos de trabalho por facto respeitante ao empregador, encerramento e diminuição temporária da atividade, de despedimento coletivo, extinção de postos de trabalho, "salários em atraso" e insolvência. As intervenções relacionadas com as 1.379 verificações àquelas matérias resultam quantificadas no quadro seguinte:

²⁸ A este propósito ver quadros 8 e 9 sobre Layoff e despedimento coletivo.

Quadro 99 - Acompanhamento de situações de crise empresarial

Matérias	N.º de verificações
Salários em atraso	407
Extinção de posto de trabalho	401
Pedido de declaração de retribuição em mora	194
Despedimento colectivo	62
Encerramento definitivo	74
Lay off	35
Fundo de Garantia Salarial	107
Insolvência	36
Pedido de modelo de FGS	51
Encerramento temporário	12
Total	1.379

Quadro 100 - Resposta a solicitações em situações de crise empresarial

N.º de solicitações	N.º de respostas	Capacidade de intervenção na proteção dos direitos de trabalhadores
1.379	1.102	79,91%

Constata-se que na origem destas solicitações podem encontrar-se pedidos de associações sindicais, de associações patronais, de sindicatos, de entidades empregadoras, de trabalhadores e seus representantes, de tribunal, de deputados ou outra origem.

O quadro resumo de situações de crise empresarial evidencia, de forma discriminada, a abrangência dos fenómenos objeto de acompanhamento:

Quadro 101 – Intervenção inspetiva da ACT em situações de crise empresarial

Situações de crise empresarial	N.º empresa	Créditos devidos a trabalhadores				Contribuições à Segurança Social				Infr. Auto de notícia	Moldura sancionatória mínima (€)
		N.º Trab	Pago (€)	Apurado (€)	Total (€)	N.º Trab	Pago (€)	Apurado (€)	Total (€)		
Salários em atraso	368	706	596.512,93	1.124.392,39	1.720.905,32	452	124.665,72	237.271,40	361.937,12	261	386.934,94
Extinção de posto de trabalho	388	62	478.075,84	183.901,18	661.977,02	54	35.897,33	17.112,83	53.010,16	177	105.011,32
Despedimento coletivo	50	43	31.138,05	60.592,51	91.730,56	43	9.222,99	16.982,50	26.205,49	39	47.022,00
Encerramento definitivo	69	4	0	21.685,55	21.685,55	8	0	26.820,92	26.820,92	37	46.286,32
Lay Off	34	43	25.461,80	22.891,87	48.353,67	28	7.166,98	11.681,93	18.848,91	9	8.874,00
Insolvência e PER	31	80	2.694,94	0,00	2.694,94	74	785,08	0,00	785,08	4	4.569,88
Encerramento temporário	12	0	0	0	0	0	0	0	0	4	12.036,00
Fundo de garantia salarial	89	15	20.523,28	24.282,36	44.805,64	14	7.134,97	7.134,97	14.269,94	0	0
Declaração retribuições em mora	132	47	41.995,18	42.281,40	84.276,58	30	10.286,85	22.289,31	32.576,16	67	45.879,00
Modelo Fundo de garantia salarial	47	1	14.402,09	0	14.402,09	0	0	0	0	4	1.270,00
Total geral	1.220	1.001	1.210.804,11	1.480.027,26	2.690.831,37	703	195.159,92	339.293,86	534.453,78	602	657.883,46

A ACT realizou, ainda, intervenção quanto ao cumprimento de obrigações laborais que impendem sobre empregadores, nomeadamente, nas seguintes situações:

- Quanto a pedido de emissão de declaração de retribuições em mora;
- Para acompanhamento de situações atinentes ao Fundo de Garantia Salarial.

No âmbito de situações de crise empresarial, em resultado da atividade desenvolvida, os(as) inspetores(as) do trabalho efetuaram 6 participações-crime ao Ministério Público para procedimento criminal por verificação de factos em matéria de encerramento ilícito (responsabilidade penal em caso de encerramento por facto imputável ao empregador) e 2 por falta de pagamento pontual da retribuição.

4. Principal incidência de ação inspetiva no domínio da prevenção dos riscos profissionais

4.1. Intervenção em setores de maior incidência de sinistralidade

4.1.1. Construção e obras públicas

No início da década de 90, por força do aumento do número de obras públicas construídas, o setor conheceu um desenvolvimento significativo, atraindo a si um conjunto considerável de mão-de-obra, da qual se destaca a mão-de-obra imigrada, quer sobretudo dos países do Leste europeu, quer ainda de países de língua portuguesa. Na década seguinte esta realidade inverteu-se, tendo vindo a registar-se uma redução da atividade neste setor.

A ação de verificação de condições de segurança e saúde em estaleiros da construção civil desenvolveu-se mediante a realização de visitas inspetivas a estaleiros temporários ou móveis, nomeadamente quanto a envio e afixação da comunicação prévia de abertura de estaleiro e atualizações, nomeação de coordenador de segurança e comunicação, coordenação efetiva das atividades desenvolvidas em fase de projeto e em fase de obra, registo das atividades de coordenação, registo da cadeia de contratação, realização de plano de segurança e saúde adequado ao estaleiro e devidamente atualizado ou, quando indevido, de fichas de procedimentos de segurança, proteção contra os riscos em estaleiro (nomeadamente, queda em altura, soterramento, riscos de circulação de veículos, riscos elétricos), segurança na utilização de equipamentos, movimentação manual de cargas, sinalização de segurança, vigilância da saúde e transferência da responsabilidade civil por acidentes de trabalho.

Quadro 102 – Ação inspetiva na construção civil e obras públicas

N.º de estaleiros	N.º de visitas	N.º de empresas	N.º de trabalhadores	Notificações tomada de medidas	Adver-tências	Suspensão trabalhos	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
6.398	10.312	5.816	25.933	9.156	308	248	1.366	2.011.805,26

Foram realizadas 10.312 visitas dirigidas às condições de segurança e saúde no trabalho em 2.444 estaleiros da construção civil e obras públicas, tendo sido fiscalizados 5.816 empregadores.

Em resultado da atividade inspetiva desenvolvida, os serviços da ACT formalizaram 1.366 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de €2.011.805,26. Foram objeto de suspensão imediata de trabalhos, em estaleiros da construção, 248 situações causadoras de probabilidade séria de lesão da vida, integridade física ou saúde dos(as) trabalhadores(as); foram formalizadas 9.156 notificações para tomada de medidas.

As infrações referidas reportam-se a ilícitos previstos na legislação setorial da construção civil e em outros diplomas de segurança e saúde no trabalho. Para infrações relativas a legislação da segurança na construção, devem ser consultados relativos aos procedimentos por CAE.

O exercício da ação inspetiva neste âmbito incidiu, para além dos riscos de queda em altura, nos riscos de queda de objetos por elevação, nos riscos provocados pela circulação de veículos e de outras máquinas de estaleiro, nos riscos elétricos, nos riscos de soterramento, bem como nas questões associadas à gestão e à coordenação de segurança nesses mesmos estaleiros.

4.1.2. Indústria extrativa

No ano de 2016, foram realizadas 201 visitas no sector da indústria extrativa, tendo sido abrangidos 3.105 trabalhadores(as) e 131 empresas, num total de 115 estabelecimentos.

Em resultado da intervenção realizada, foram formalizados 236 notificações para tomada de medidas e 4 advertências, 32 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de € 79.539,96.

Quadro 103 - Ação inspetiva na indústria extrativa

Estabelecimentos Visitados	Visitas	Empresas	N.º Trabalhadores	Not. tomada medidas	Advertências	Susp. Trabalhos	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
115	201	131	3.105	236	4	1	32	79.539,96

4.1.3. Agricultura

O setor agrícola nacional é integrado por empresas familiares e pequenas e médias empresas (PME's) muito dispersas, com défices de organização e marcadas por uma forte sazonalidade.

Desenvolve-se também uma agricultura intensiva em zonas geográficas mais aptas, onde as empresas que operam neste segmento reúnem cada vez mais as características comuns às empresas da generalidade dos setores de atividade, salvo no que respeita à sazonalidade que aqui é maior.

ACT implementou um Plano estratégico de ação para o setor agrícola, pecuário e florestal com os parceiros sociais e institucionais do setor que se tem revelado muito eficaz na partilha de conhecimento e de informação. Conhecimento este que é indispensável para uma adequada avaliação dos riscos profissionais e adoção das condições necessárias para a implementação de uma efetiva qualidade de vida no mundo rural, permitindo, assim, uma ampliação e aprofundamento da relação entre os diversos atores intervenientes no setor.

Dinamizámos uma rede com as associações do setor fomentando a circulação de informação e a difusão de boas práticas. Foram criados e divulgados instrumentos na área da prevenção de riscos profissionais, para reforçar a capacidade de intervenção dos atores na implementação de boas práticas de segurança e saúde e promover a melhoria das condições de trabalho nos setores, adequados à redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais.

Do balanço final do Plano estratégico de ação para o setor agrícola, pecuário e florestal importa salientar a dinâmica implementada pelos parceiros sociais e institucionais, na promoção e realização dos seminários, ações de sensibilização, desenvolvidas em frentes de trabalho, o esclarecimento direto aos agricultores e produtores florestais, de informação pertinente para a melhoria das condições de trabalho nas diversas atividades do setor, a distribuição dos instrumentos de divulgação e a correção de situações irregulares detetadas, pelo que a rede estabelecida deverá dar continuidade ao trabalho desenvolvido em resposta aos resultados das ações de sensibilização e da ação inspetiva.

Em 2016 foram realizadas 1.035 visitas no setor agrícola, tendo sido abrangidos 6.492 trabalhadores e 726 empresas, num total de 648 estabelecimentos. Em resultado da intervenção inspetiva realizada, foram formalizados 429 procedimentos coercivos, a que correspondeu a moldura sancionatória mínima de € 594.652,64.

Quadro 104 - Ação inspetiva na agricultura

Estabelecimentos Visitados	Visitas	Empresas	N.º Trabalhadores	Not. tomada medidas	Adver-tências	Susp. Trabalhos	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
648	1.035	726	6.492	793	77	3	429	594.652,64

4.1.4. Pescas

O setor das pescas constitui uma atividade económica em que as condições de segurança no trabalho são particularmente potenciadoras da ocorrência de acidentes de trabalho.

Com efeito, trata-se de um dos setores de atividade que nos países comunitários apresentam uma taxa de incidência de acidentes de trabalho superior à média dos restantes setores, resultantes da especificidade dos riscos que lhe estão associados.

Em 2016, foram realizadas 158 visitas neste setor, tendo sido abrangidos 618 trabalhadores e 119 empresas, num total de 158 estabelecimentos/embarcações. No plano do controlo inspetivo, em 2016, foram formalizados 21 procedimentos coercivos, a que correspondeu uma moldura sancionatória mínima de €17.310,00.

Quadro 105 - Ação inspetiva no setor das pescas

Estab./ Embarcações	Visitas	Empresas	N.º trabalhadores	Not. tomada medidas	Adver- tências	Not. susp. Trabalhos	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima (€)
158	158	119	618	105	6	0	21	17.310

A Campanha para a melhoria das condições do trabalho na pesca, lançada em 2014 encerrou em 2016, tendo sido uma iniciativa inédita no setor ao visar promover a melhoria das condições de trabalho, a redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais e a regularização das relações de trabalho, contando com o envolvimento e participação dos principais atores sociais e profissionais.

O seu desenvolvimento é sustentado num protocolo estabelecido entre a ACT e as principais Associações Representativas dos Empregadores e dos Trabalhadores, e de Parceiros Institucionais. De acordo, com as Estatísticas da Pesca 2012, do INE, verifica-se que a maioria dos acidentes de trabalho no setor está relacionada com a atividade da faina, constatando-se, que ocorrem mais vítimas mortais em naufrágios. Entre 2010 e 2012, ocorreram 28 mortos e mais de 3.500 feridos, resultando em cerca de 103.500 dias de trabalho perdidos contexto que, entre outros, determinou a oportunidade desta Campanha.

4.1.5 Outros setores de atividades

Em termos globais, foram realizadas 6.291 visitas inspetivas em 4.448 estabelecimentos/loais com risco elevado. Em resultado da atividade inspetiva desenvolvida, foram formalizados 3.311 procedimentos coercivos. Os(as) inspetores(as) do trabalho realizaram, nestas ações, 5.425 notificações para tomada de medidas.

Privilegiou-se, ainda, a prevenção e controlo do risco de exposição ao amianto²⁹ em trabalhos de remoção, demolição ou outros processos construtivos e em locais de trabalho e operações com exposição prejudicial à saúde dos trabalhadores.

²⁹ Sobre a intervenção inspetiva neste domínio ver o ponto 2.3.2.2, nomeadamente, no que toca a procedimentos inspetivos, coercivos e não coercivos, em cumprimento de diretivas comunitárias especiais no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

A ação inspetiva da ACT nas atividades da indústria transformadora, metalurgia, indústria têxtil e vestuário, comércio/manutenção e reparação automóvel, a indústria de madeiras/cortiça e indústria hoteleira encontra-se refletida, no ano de 2016, em alguns indicadores que constam do quadro seguinte.

Quadro 106 – Ação inspetiva da ACT em outros setores de atividade

Intervenção inspetiva	Estab. Visitados	Visitas	N.º de Trabalhadores	Not. tomada medidas	Advert.	Not. suspensão trabalhos	Infrações autuadas	Moldura sancionatória mínima
Indústria metalurgia e fabricação equipamento transporte	912	1.380	50.672	1.669	123	46	265	556.317,32
Ind. Têxtil e Vestuário	541	769	19.424	374	142	0	263	473.667,24
Com. Rep. Auto	472	690	2.369	1.381	132	0	232	417.953,38
Ind. Madeiras e Cortiça	197	300	3.645	607	44	32	73	169.348
Ind. Hoteleira	2.326	3.152	14.634	1.394	1.409	2	2478	2.632.036,42

5. Atividade no domínio da instrução de processos de contraordenação

No ano de 2016 foi cobrado o valor global de € 13.410.650,44 correspondente a coimas pagas na sequência da tramitação de processos de contraordenação laboral nos diversos serviços desconcentrados da ACT.

O quadro abaixo ilustra a evolução do valor das coimas cobrado pela ACT e do valor reconhecido como receita da ACT.

Quadro 107 – Evolução do valor das coimas cobradas e da receita da ACT proveniente das coimas (2012-2016)

Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Valor cobrado pela ACT	9.577.100,65 €	7.029.021,87 €	13.727.351,96 €	12.636.217,89 €	13.410.650,44 €
Receita da ACT	6.023.239,14 €	4.947.035,26 €	6.619.121,33 €	6.387.300,74 €	6.842.959,56 €

A partir de 2014, com a constituição de uma equipa multidisciplinar em 2013, a ACT começou a assegurar e controlar adequadamente o registo e a contabilização das suas receitas próprias cobradas em processos de contraordenação e que se reflete em maior rigor e fiabilidade dos registos obtidos, a partir daquele ano.

No período compreendido entre 2012 e 2016, a percentagem do número total de infrações registadas e de coimas pagas voluntariamente, independentemente do ano de registo, encontra-se demonstrada no quadro seguinte.

Quadro 108 – Evolução da percentagem de infrações registadas por ano e de coimas pagas referentes ao mesmo ano

INFRAÇÕES		2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Regis- tadas	N.º	30.176		23.576		24.314		20.141		21.457	
	Mínimo da moldura da coima	42.027.760,95	100	31.828.027,88	100	36.760.217,35	100	28.703.967,81	100	28.148.190,56	100
Pagas voluntariamente	N.º	18.466		15.177		15.660		18.014		17.822	
	Montante	8.548.613,71		6.229.906,73		7.057.664,38		5.592.287,54		5.553.290,17	
Total montantes apurados		9.577.100,65	22,79	7.029.021,87	22,08	13.727.351,96	37,34	12.636.217,89	44,02	13.410.650,44	47,64

Analisada a evolução do total de montantes apurados comparativamente com o valor mínimo da moldura das coimas, verifica-se existir um aumento das quantias apuradas em 2016 relativamente aos anos anteriores, **representando 47,6%** do montante global mínimo da moldura da coima associada aos processos de contraordenação. Estes dados revelam incremento da eficácia dos processos de contraordenação instaurados.

Quadro 109 - Evolução do número de infrações registadas e pagas voluntariamente

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
N.º de infrações registadas	30.176	23.576	24.314	20.141	21.457
N.º de infrações pagas voluntariamente	18.466	15.177	15.660	18.014	17.822
% pagas voluntariamente / registadas	61,2%	64,4%	64,4%	89,4%	83,1%

Constata-se que, em 2016, o número de infrações pagas voluntariamente **representa 83,1%** do número de infrações registadas, o que revela um **aumento de 21,9%** de eficácia dos processos de contraordenação instaurados quando comparados com os dados do ano de 2012.

**Quadro 110 – Infrações registadas e de coimas pagas em 2016,
por serviço desconcentrado**

Unidade Orgânica	Total montantes coimas pagas	% Coimas pagas/montante total	Receita ACT	Infrações					
				Registadas			Pagas voluntariamente		% Pagamento voluntário/coimas pagas
				N.º	Minimo da moldura da coima	% Coimas pagas/moldura mínima da coima	N.º	Montante	
Unidade Local do Barreiro	434.769,46	3,24	218.079,45	1.248	2.114.039,60	20,57	673	256.300,00	58,95
Centro Local do Nordeste Transmontano	146.514,56	1,09	73.827,73	270	314.048,80	46,65	323	84.137,77	57,43
Centro Local do Oeste	222.628,54	1,66	111.586,55	399	616.635,24	36,1	387	123.653,10	55,54
Unidade Local de Setúbal	490.644,63	3,66	247.605,69	869	1.341.776,75	36,57	730	252.885,31	51,54
Centro Local do Grande Porto	962.275,06	7,18	488.219,84	1.932	2.561.609,84	37,57	1.398	492.722,66	51,2
Centro Local de Lisboa Oriental	751.612,42	5,6	378.360,22	1.200	1.313.558,70	57,22	822	378.975,19	50,42
Unidade Local de Vila Franca de Xira	780.655,61	5,82	388.804,81	1.594	2.466.846,55	31,65	1.440	380.881,25	48,79
Centro Local da Península de Setúbal	368.583,17	2,75	189.722,78	949	1.366.710,07	26,97	568	176.597,06	47,91
Centro Local do Ave	599.123,92	4,47	311.461,42	1.087	1.010.223,71	59,31	966	270.454,00	45,14
Unidade de Apoio ao CL do Oeste	116.979,77	0,87	60.880,21	171	274.269,86	42,65	133	51.519,63	44,04
Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo	564.106,10	4,21	284.386,40	824	1.058.758,53	53,28	974	242.799,28	43,04
Centro Local de Entre Douro e Vouga	716.782,78	5,34	358.394,78	790	1.186.654,24	60,4	1.051	304.130,39	42,43
Unidade Local de Faro	507.152,90	3,78	263.631,29	760	936.621,78	54,15	522	213.438,65	42,09
Centro Local de Lisboa Ocidental	332.384,71	2,48	164.746,50	224	347.667,46	95,6	372	139.887,42	42,09
Unidade Local de Braga	406.329,05	3,03	207.509,02	500	596.822,84	68,08	533	166.291,37	40,93

Unidade Orgânica	Total montantes coimas pagas	% coimas pagas / montante total	Receitas ACT	Infrações					
				Registadas			Pagas voluntariamente		% Pagamento voluntário / coimas pagas
				Nº	Mínimo da moldura da coima	% Coimas pagas / moldura mínima da coima	Nº	Montante	
Centro Local do Alto Minho	563.666,42	4,2	292.059,40	733	892.798,04	63,13	524	224.421,13	39,81
Unidade Local da Covilhã	156.602,23	1,17	78.605,87	326	404.818,65	38,68	247	61.730,63	39,42
Centro Local da Lezíria e Médio Tejo	520.452,07	3,88	261.596,32	766	1.051.686,45	49,49	830	203.285,65	39,06
Unidade de Apoio ao CL do Mondego	84.184,81	0,63	44.105,03	170	205.062,40	41,05	99	30.230,35	35,91
Unidade Local de Penafiel	384.727,80	2,87	195.744,24	530	681.112,38	56,49	397	134.643,52	35
Centro Local do Alto Alentejo	227.413,49	1,7	117.859,25	321	297.866,34	76,35	321	79.117,78	34,79
Centro Local do Lis	570.946,42	4,26	288.836,16	967	1.143.363,68	49,94	671	197.275,56	34,55
Unidade de Apoio ao CL do Douro	82.916,71	0,62	42.296,95	111	183.436,20	45,2	74	28.005,59	33,78
Centro Local da Beira Alta	474.679,64	3,54	251.773,09	635	444.546,00	106,78	568	159.547,51	33,61
Centro Local do Mondego	389.988,74	2,91	212.434,25	581	652.212,54	59,79	376	127.667,51	32,74
Centro Local do Alentejo Central	600.259,36	4,48	302.730,01	936	1.214.245,32	49,43	686	190.205,35	31,69
Unidade Local de Viseu	401.568,41	2,99	209.460,88	477	488.330,86	82,23	390	127.217,37	31,68
Centro Local do Baixo Vouga	584.787,45	4,36	302.078,92	932	1.677.353,81	34,86	743	185.058,51	31,65
Centro Local do Douro	324.078,32	2,42	167.879,73	309	331.595,16	97,73	263	98.176,65	30,29
Centro Local de Portimão	229.641,81	1,71	116.649,62	447	507.396,52	45,26	328	67.546,00	29,41
Centro Local da Beira Interior	207.020,62	1,54	103.520,55	246	261.345,00	79,21	230	58.090,83	28,06
Unidade de Apoio ao CL da Lezíria e Médio Tejo	165.812,43	1,24	87.432,10	139	187.617,24	88,38	177	41.036,12	24,75
Dir. de Serviços de Apoio à Actividade Inspectiva	41.361,03	0,31	20.680,50	14	17.160,00	241,03	6	5.361,03	12,96
Total Geral	13.410.650,44	100	6.842.959,56	21.457	28.148.190,56		17.822	5.553.290,17	

De seguida apresentam-se o número de processos pendentes, a 31 de dezembro do ano a que respeitam, com identificação da fase processual em que se encontram.

Quadro 111 – Evolução do n.º de processos contraordenacionais pendentes, por fase processual

Fase administrativa	2013	2014	2015	2016
Em diligências instrutórias	21.414	7.505	5.236	12.862
Com proposta de decisão	23.726	28.532	18.486	5.916
Subtotal	45.140	36.037	23.722	18.778
Fase judicial	2013	2014	2015	2016
Em tribunal	34.238	37.143	41.577	40.841
Total pendência	79.378	73.180	65.299	59.619

O enfoque, desde 2013, na eficácia dos processos de contraordenação, com a afetação de um maior número de recursos humanos à instrução de processos, traduziu-se na diminuição significativa do número de processos pendentes em sede administrativa.

Salienta-se que, no final do ano de 2013, existiam 45.140 processos pendentes na fase administrativa, na ACT. Em 2016 o número de processos pendentes nesta sede reduziu 58,4% relativamente ao número de processos pendentes em 2013, o que traduz o enfoque da ACT na eficácia da sua atividade.

Durante o ano de 2016, na ACT existiram 45.179 processos em tramitação, resultante do somatório do número de processos pendentes do ano anterior com os novos processos registados em 2016. Deste volume de processos, a ACT tramitou um total de 26.401 processos, encontrando-se pendente, em 31/12/2016, 18.778 processos, menos 4.944 que no ano anterior, evidenciado no quadro seguinte.

Quadro 112 – Destaque de n.º processos, por fase

Fase administrativa	2013	2014	2015	2016	Variação 2015-2016 (%)
Pendentes na ACT	45.140	36.037	23.722	18.778	-20.8%
Registados como novos	23.576	24.314	20.141	21.457	6.5%

Fase judicial	2013	2014	2015	2016	Varição 2015-2016 (%)
Pendentes em Tribunal	34.238	37.143	41.577	40.841	-2.6%

Com condenação em Tribunal **734** **9.218*** **2.801** **4.556** **62.7%**

*N.º referente a condenações entre 2004-2014, não registadas nos respetivos anos no sistema informático

Em 2016, salienta-se o aumento significativo do número de condenações em tribunal quando comparado com os anos anteriores, o qual reflete o investimento realizado no sentido da melhoria das decisões administrativas proferidas, conforme demonstrado no quadro que antecede.

6. Atividade técnica administrativa

6.1. Atividade geral

No ano de 2016, o setor da atividade administrativa apresenta os seguintes indicadores mais relevantes quanto a comunicações obrigatórias dirigidas à ACT e autorizações administrativas.

Quadro 113 – Comunicações obrigatórias e autorizações administrativas no domínio das relações de trabalho

Comunicações obrigatórias	Nº
Destacamento de trabalhadores para outro Estado	7.959
Livretes individuais de controlo (condutor)	185
Contratos de trabalho com trabalhador estrangeiro (celebração)	1.486 ⁽¹⁾
Contratos de trabalho com trabalhador estrangeiro (cessação)	1.021 ⁽¹⁾
Dissolução de pessoa coletiva/encerramento de empresa/atividade	3.157
Suspensão do contrato pelo trabalhador (falta de pagamento)	2.149
Despedimento por extinção de posto de trabalho	1.556
Modelo Subsidio de desemprego	297
Comunicação prévia de trabalho temporário no estrangeiro	4
Despedimento por inadaptação do trabalhador	14
Admissão de menores	58
Parecer da C.P.C.J. quanto à participação de menores em espetáculos	1
Autorizações administrativas	Nº
Redução ou dispensa do intervalo de descanso diário	143
Alargamento do período de laboração	120
Redução da categoria profissional quando determine diminuição da retribuição	40
Pedido de laboração contínua	16

⁽¹⁾ Este dado não reflete toda a informação, por se encontrar em consolidação diversas fontes de dados.

Quadro 114 – Comunicações obrigatórias e autorizações administrativas no domínio da segurança e saúde no trabalho

Comunicações Obrigatórias	Nº
Abertura de estaleiro e suas alterações	9.250
Notificação de atividades com exposição ao amianto	664
Acidentes de trabalho que evidenciem uma situação particularmente grave	175
Acidentes de trabalho sujeitos a regulamentação especial	30
Notificação de agentes biológicos (DL n.º 84/97)	47
Riscos Profissionais (tipificados na legislação)	1
Autorizações Administrativas	Nº
Autorização de trabalhos de remoção/demolição de amianto	169
Pareceres	Nº
Emissão de parecer em licenciamento industrial	65

6.2. Trabalho de estrangeiros

No ano de 2016 verificou-se a comunicação de 1.486 contratos de trabalho relativos a trabalhadores estrangeiros.

Quadro 115 – Distribuição geográfica de contratos de trabalho de trabalhadores estrangeiros

Regiões	2016
Região Norte	0
Região Centro	1.462
Região de Lisboa e Vale do Tejo	0
Região do Alentejo	0
Região do Algarve	24
Total	1.486⁽¹⁾

⁽¹⁾ Este dado não reflete toda a informação, por se encontrar em consolidação diversas fontes de dados.

Quadro 116 – Contratos comunicados de trabalhadores estrangeiros por classe etária

Classe etária	Nº de contratos	%
15 a 24	272	18,30
25 a 34	621	41,79
35 a 54	569	38,29

Classe etária	Nº de contratos	%
55 a 64	24	1,62
Mais de 65	0	0
Total	1.486⁽¹⁾	100

⁽¹⁾ Este dado não reflete toda a informação, por se encontrar em consolidação diversas fontes de dados.

O contexto de forte diminuição da atividade económica, de encerramento de empresas e de despedimentos conduziu a que muitos dos trabalhadores imigrantes tenham regressado aos seus países de origem ou tenham emigrado para outros países.

6.3. Processos de alargamento do período de laboração e de laboração contínua

Foram concluídos 136 processos de alargamento do período de laboração e de laboração contínua conforme quadro infra.

Quadro 117 – Processos de laboração contínua e alargamento do período de laboração – 2012/2016

Período de referência	2012	2013	2014	2015	2016
Alargamento de laboração	141	89	118	127	120
Laboração contínua	34	18	22	25	16
Total	175	107	140	152	136

7. Conclusão

A Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 consubstancia a política nacional de prevenção de riscos profissionais e de promoção do bem-estar no trabalho, para o horizonte temporal de 2015-2020. E a ACT tem como um dos objetivos, para além da reforço do acompanhamento das situações de crise empresarial, a promoção da redução do número de acidentes de trabalho.

Do trabalho inspetivo desenvolvido na investigação e análise de acidentes de trabalho, em 2016, apurou-se que foram objeto de inquérito pela ACT 140 acidentes de trabalho mortais, em toda a atividade económica, salientando-se os ocorridos na construção (30,7%), na indústria transformadora (20%) e na agricultura (10%) – onde se inclui a produção animal, caça, floresta e pesca. Foram, também, objeto de inquérito pela ACT 264 acidentes de trabalho graves³⁰.

Para a caracterização dos acidentes de trabalho mortais ocorridos em 2016 verificou-se, na base de registo da ACT, que o agente material causador de um maior número de acidentes situou-se, nomeadamente:

- Edifícios, construções, superfícies acima do solo (interior ou exterior), não especificado – 10% do total de acidentes de trabalho mortais;
- Veículos terrestres - não especificado – 10% do total de acidentes de trabalho mortais;
- Materiais, objectos, produtos, componentes de máquina, estilhaços, poeiras – 9,2% do total de acidentes de trabalho mortais;
- Máquinas e equipamentos portáteis ou móveis – 8,5% do total de acidentes de trabalho mortais.

74,2% dos acidentes de trabalho mortais ocorreram nas instalações das entidades empregadoras, nos distritos de Aveiro, Braga, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal, tendo-se registado 40,7% em microempresas, 24,2% em pequenas empresas e 17,8% em médias empresas.

Como desvios assinalados destacaram-se o escorregamento ou hesitação com queda, a rutura, arrombamento e desmoronamento de agente material, e, a perda total ou parcial de controlo de máquinas. Quanto à modalidade da lesão (contato) concluiu-se que as principais foram: esmagamento em movimento vertical ou horizontal sobre ou contra um objeto imóvel, a entalção e o esmagamento, em movimento vertical ou horizontal, que conduziram a lesões múltiplas, concussões e lesões internas, essencialmente no corpo inteiro e na cabeça.

³⁰ Dados retirados de base de dados dinâmica: recolha a 27/02/2017.

Para fazer face a esta realidade a ACT, apesar da redução de 21,8% do número de inspetores entre 2009 e 2016, apostou no esclarecimento das pessoas – trabalhadores e empregadores – visando promover o cumprimento através da informação. São dados deste enfoque:

- Serviço informativo telefónico da ACT, ao qual acederam cerca de 180 mil pessoas;
- Presença ativa da ACT nas redes sociais, tendo dado resposta a 1.582 questões;
- Participação em 1.880 ações de sensibilização com 173.866 participantes;
- Simulador, com 2,5 milhões de utilizadores;
- Reformulação do Portal da ACT, com disponibilização permanente de guias técnicos, informação, formulários eletrónicos e minutas, o qual passou a ter 9 milhões em 2016, tendo tido 960 mil em 2012.

A ACT procurou também um grande envolvimento dos parceiros sociais nas campanhas, no planeamento e nas ações de sensibilização. De destacar o número elevado de parceiros sociais envolvidos principalmente no âmbito da campanha ibérica de prevenção de acidentes de trabalho – 26 parceiros, das máquinas e equipamentos de trabalho – 18 parceiros, e condução automóvel – 10 parceiros.

Na sequência das ações inspetivas realizadas foram adotadas mais 7% de notificações para tomadas de medidas, quando comparado com o ano anterior. Este procedimento representou 54% do total de procedimentos adotados, privilegiando, deste modo, a ACT, imediatamente ou com prazo, o cumprimento das normas legais, principalmente no setor da construção, onde incidiu 49% deste procedimento e na indústria transformadora 17% - os setores com maior índice de sinistralidade.

A ACT, também, aumentou em 7% o número de processos de contraordenação instaurados, merecendo destaque a instauração de 21% dos processos no setor do alojamento, restauração e similares; 19% no setor do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; e 13% quer no setor das indústrias transformadoras quer no setor da construção. Destaca-se, também, o aumento de processos de contraordenação no âmbito do trabalho não declarado, na ordem dos 82%, resultado do enfoque da ACT no combate a este fenómeno.

No domínio contraordenacional e refletindo o aumento da eficácia dos processos de contraordenação instaurados, constata-se que o montante das quantias apuradas em coimas representou 47,6% do montante global mínimo da moldura da coima associada aos processos de contraordenação - em 2012 esse valor era apenas de 22,79% e em 2015 foi de 44,02%.

Neste âmbito, a ACT continuou a apostar na promoção da diminuição do número de processos pendentes, tendo, em 2016, existido uma redução de 58% dos processos relativamente ao ano de 2013. E salienta-se o aumento significativo do número de condenações em tribunal quando comparado com os anos anteriores – mais 63% quando comparado com 2015 -, o qual reflete o investimento realizado pela ACT neste domínio.

Na procura permanente de novas metodologias e estratégias de ação, a ACT pretende continuar a apostar na construção de locais de trabalho dignos e seguros para que possa contribuir para a redução significativa do número pessoas que morrem a trabalhar.

Resumo

O presente relatório procura retratar a atividade de promoção do cumprimento da legislação laboral desenvolvida pelo serviço de inspeção do trabalho português no ano de 2016, de acordo com os requisitos previstos nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.º 81, de 1947, sobre a inspeção do trabalho na indústria e comércio e n.º 129, de 1969 sobre a inspeção do trabalho na agricultura.

Résumé

Ce rapport cherche à saisir l'activité de promouvoir le respect du droit du travail par le service d'inspection du travail portugais en 2016, selon les exigences des conventions de l'Organisation internationale du Travail (OIT) n ° 81, 1947 sur l'inspection du travail dans l'industrie et du commerce et n ° 129 de 1969 sur l'inspection du travail dans l'agriculture.

Abstract

This report seeks to capture the activity of promoting compliance with labor law developed by the Portuguese labour inspection service in 2016, according to the requirements of the conventions of the International Labour Organisation (ILO) n.º 81, 1947 on the labour inspection in industry and n.º 129 of 1969 on the labour inspection in agriculture.